



PUC RIO

CARLOS EDUARDO VEIGA DA SILVA

**SEM NÓS DOIS, O QUE RESTA SOU EU:
OS CAMINHOS PARA
A SEPARAÇÃO CONJUGAL**

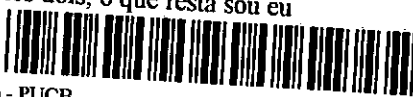
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2001

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO**

**Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>**

N.Châm. 150 S586s TESE UC
Autor Silva, Carlos Eduardo Veiga da
Titulo Sem nós dois, o que resta sou eu



Ex.1 PUC-Rio - PUCB

00225241

116064

CARLOS EDUARDO VEIGA DA SILVA

**SEM NÓS DOIS, O QUE RESTA SOU EU:
OS CAMINHOS PARA A
SEPARAÇÃO CONJUGAL**

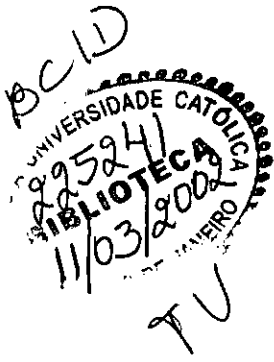
Tese apresentada ao Departamento de
Psicologia da PUC/RJ como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, novembro de 2001

116064



150
5586P
TEJE UC

Para Monique, Sandra e Fabrizio,
que estão sempre comigo.

Para minha avó, que me indicou
discos inesquecíveis.

AGRADECIMENTOS

À Terezinha Féres-Carneiro, que orientou esse estudo, concedendo-me confiança e liberdade.

À Júnia de Vilhena, que colaborou me emprestando ora uma idéia, ora um livro ou artigo, estímulo e confiança – às vezes, tudo isso junto.

À Ana Maria Nicolaci da Costa, pelo apoio afetivo durante todos esses anos.

Aos meus pais, Roberto e Theresa, cuja presença e sensibilidade me levam sempre à origem do que sou e, portanto, foram parte indispensável para realização desse estudo.

Aos entrevistados, pela disponibilidade em revelar histórias tão interessantes.

Aos meus pacientes, que dão sentido ao meu trabalho.

Ao CNPq, pela ajuda financeira na realização desse estudo.

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar o processo de separação conjugal, mostrando sua natureza social e relacionando os fatores psicológicos às condições a eles associadas. Ele ancora-se nas idéias da construção social da realidade e nas interpretações que se apoiam no interacionismo simbólico. Tais linhas de argumentação estão presentes na etnografia da vida a dois, mostrando como a interação de natureza intersubjetiva atua no sentido da definição, negociação e alteração dos significados que os atores concedem a situações sociais.

Ao formar um casal, os indivíduos reorganizam suas vidas em função do outro, adquirindo amigos e memórias em comum, construindo um futuro conjunto. Redefinem a si mesmos como uma díade, diante deles próprios e dos outros, os quais validam a "identidade conjugal" que eles criaram. Na separação, esse processo parece ser invertido. Os indivíduos lutam por uma identidade própria, que permita romper os laços que tinham até então com o outro.

Realizou-se um estudo de campo onde foram entrevistados 20 indivíduos, 10 mulheres e 10 homens, separados, com filho(s) dessa união, perfil sócio-econômico e cultural da classe média carioca e idades entre 35 e 50 anos. A partir da fundamentação teórica e do discurso dos entrevistados, foram propostas seis categorias de análise: segredos, mentiras, indícios e manifestações de descontentamento, momento de decisão, pais e amigos próximos e relacionamentos amorosos seguintes.

Na avaliação do material obtido, as linhas gerais de cada vivência, quando comparadas às outras, mostraram uma sequência de comportamento, apontando para alguns padrões de transição encontrados nesse processo de separação conjugal. Apesar de ter partido da premissa de que homens e mulheres teriam características e atitudes distintas desde o início do processo de separação até sua conclusão, não foi possível inferir sobre qual dos gêneros guarda mais segredos, mente mais ou manifesta mais descontentamento sobre o relacionamento. Foram encontradas diferenças de gênero somente na categoria referente ao período “pós-separação”.

O aprofundamento da compreensão da dinâmica desse processo pode contribuir para a eficácia da prática clínica no atendimento a casais.

ABSTRACT

The purpose of the study is to analyse the process of marital separation, showing its social nature and relating the psychological facts to the social conditions associated to them. It is based upon the ideas of the social construction of reality and the interpretations that are sustained by the symbolic interactionism. These lines of argumentation are present in the ethnography of marriage, showing how the interaction of the intersubjective nature works in the sense of definition, negotiation and alteration of the meanings that the actors give to the social situations.

As two people become a couple, they reorganize their lives acquiring friends and common memories; therefore building conjoint future. They redefine themselves as a dyad, having their “marital identity” also validated by others. This process seems to be inverted in marital separation when the subjects struggle for their own individual identity which will allow them to sever the ties they had with each other.

A field study was conducted in which twenty middle class, separated subjects living in Rio de Janeiro were interviewed; ten women and ten men. All the subjects had at least one child. Their age range varied from 35 to 50 years. Based on the theoretical framework as well as the analysis of the subjects’ discourse, six categories were proposed: secrets, lies, indicators and manifestations of discontentment, the decisive moment, parents and close friends and the postseparation relationships.

In the final evaluation of the collected material, the general lines of each subject's experience, when compared to the others, showed a sequence of behaviors. This sequence points to some transitional patterns found in the process of marital separation. Although the initial premiss was that men and women would have different characteristics and attitudes from the very beginning of the process of separation to its conclusion, it wasn't possible to infer which one, man and woman, keeps more secrets, tells more lies or shows more discontentment in the relationship. Differences of behavior associated with gender were only found in "post-separation" category.

A better understanding of the dynamics of this process may contribute to the efficacy of the marital therapy.

Ah se eu te pudesse fazer entender
Sem teu amor eu não posso viver
E sem nós dois, o que resta sou eu
Eu assim tão só...

E eu preciso aprender a ser só
Poder dormir sem sentir teu calor
Ao ver que foi só um sonho e passou...
Ah o amor,
Quando é demais ao findar levar a paz
Me entreguei sem pensar
Que a saudade existe e se vem
É tão triste ver...

Meus olhos choram a falta dos teus
Esses teus olhos que foram tão meus
Por Deus entenda que assim eu não vivo
Eu morro pensando no nosso amor...

(Marcos e Paulo Sérgio Valle, "Preciso aprender a ser só", 1965)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O CASAMENTO	7
1.1) As transformações do modelo de família e de casamento: Da antiguidade a contemporaneidade	8
1.2) As relações amorosas e conjugais	23
1.3) O casal contemporâneo	34
CAPÍTULO 2 – CONJUGALIDADE: A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO	39
2.1) A construção de uma realidade comum	40
2.2) Conjugalidade e individualidade: um difícil convívio	51
2.3) A desconstrução de uma realidade comum	55
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CAMPO	70
3.1) Sujeitos	71
3.2) Instrumento	76
3.3) Método	78
3.4) Análise do material	82

CAPÍTULO 4 – A SEPARAÇÃO	85
4.1) Segredos	86
4.2) Mentiras	107
4.3) Indícios e manifestações de descontentamento	123
4.4) Momento de decisão	143
4.5) Pais e amigos próximos	160
4.6) Relacionamentos amorosos seguintes	173
CONCLUSÃO	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193

INTRODUÇÃO

×O aumento de casamentos desfeitos nas últimas décadas tem chamado a atenção de numerosos estudiosos interessados na estrutura da família contemporânea. A separação conjugal, por causa de sua atual freqüência, não é mais um fato isolado, particular e exclusivo de quem está pessoalmente envolvido. Trata-se de um fenômeno social que vem assumindo dimensões cada vez maiores, com um significado social cada vez mais amplo e requerendo assim uma atenção extensa.

O presente estudo ancora-se principalmente nas idéias contidas na premissa da construção social da realidade, como se pode depreender das interpretações que se apoiam no interacionismo simbólico e na fenomenologia social (Schutz, 1979; Hewitt, 1976; Berger e Kellner, 1964; Berger e Luckman, 1966). Tais linhas de argumentação estão presentes na etnografia da vida a dois a sustentar a idéia de que a interação de natureza intersubjetiva atua no sentido da definição, negociação e alteração dos significados que os atores concedem a situações sociais.

√Após Durkheim, é notório falar do casamento como o espaço que serve de proteção ao indivíduo contra a anomia. O casamento é uma instrumentalidade produtora de “nomos” para designar um arranjo social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem dentro da qual lhe é possível experimentar a vida como dotada de sentido.

Segundo Berger e Kellner (1964), o casamento é um ato dramático no qual dois indivíduos, portadores de um passado individual diferente,

renegociam o que eles são com respeito ao mundo e ao outro. Eles reorganizam suas vidas em função da relação. Adquirem amigos, bens e memórias em comum, construindo uma conjugalidade. Entendo aqui por conjugalidade, uma relação social que se institui em um par, que condensa um “estilo de vida”, que se funda em uma dependência mútua e uma dada modalidade de arranjo cotidiano mais do que propriamente doméstico.

Os indivíduos redefinem a si mesmos como uma díade, diante deles próprios e dos outros, os quais respondem à identidade social comum que eles criaram, a “de casal”. Esse processo necessita de validação e esta vai requerer uma contínua interação com os outros que coabitam no mesmo mundo socialmente construído. Eles passam a ser convidados para os eventos enquanto casal, o correio passa a ser endereçado a ambos e são rapidamente incorporados ao mundo social daqueles que vivem com parceiros, fortalecendo suas novas definições de si mesmos e do mundo. A identidade social da díade que criaram é reafirmada constantemente. Vários autores da sociologia da família (Berger e Kellner, 1964; Bawin-Legros, 1987; Menahen, 1988; Singly, 1993; Willi, 1995) afirmam que a formação da conjugalidade é um processo de construção de uma realidade comum. A vida a dois provoca uma resignificação da realidade individual de cada parceiro, cria referências comuns e estabelece uma identidade “de casal”. Os parceiros organizam suas vidas em função da relação conjugal, construindo um pequeno mundo no qual irão viver e comprometendo-se numa história comum. Formam, na terminologia de Almeida Prado (1996), um sistema de vasos comunicantes, na terminologia de Anzieu (1974) uma “pele comum”, na terminologia de Ferro Bucher (1996) um “nós conjugal”, na terminologia de Féres-Carneiro (1998) uma “identidade conjugal” e na terminologia de Vilhena (1988a), um “nós psíquico”, onde se apoiam os ideais e projetos comuns.

“Assim, se constitui um nós psíquico, da mesma forma que esta parceria vai se perpetuando, configurando um sentimento de igualdade na identidade do casal.” (p.7)

Todas essas idéias chamaram-me a atenção pois, aparentemente, ocorre o inverso desse processo na separação. Ao invés de fins abruptos, transições graduais. Muito antes da separação física, a separação social com o desenvolvimento de experiências, amigos e futuros próprios. Através da minha prática clínica –primeiramente com crianças e adolescentes, depois com casais – passei a cuidar de pessoas que se separam e, assim, mantêm um contato mais direto com a sua dor. Passei a dedicar-me a tentar criar condições, seja para a manutenção do casamento, seja para o seu desfazer, participando das angústias e expectativas ligadas a uma ameaça de separação.

† Para poder se separar, duas pessoas devem desligar-se não apenas de seus bens, mas também de sua identidade “de casal”. Sair de um casamento implica uma redefinição de si mesmo em pelo menos três níveis: o dos pensamentos privados do indivíduo, o existente entre os dois cônjuges e o do contexto social mais amplo em que a relação ocorre. À medida em que essas redefinições vão se tornando públicas – primeiro entre os dois cônjuges, depois para a família e os amigos próximos, e finalmente para colegas de trabalho, conhecidos e estranhos –, a resposta dos outros perpetua os caminhos separados que os cônjuges estão tomando. A separação parece estar terminada quando os cônjuges se definem e são definidos pelos outros como separados e independentes entre si – quando ser casal, um par, uma díade, não é a principal fonte de identidade. ✕

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de separação conjugal, mostrando sua natureza social e relacionando os fatores psicológicos

às condições sociais a eles associadas. Estudo como se processa a transição na saída de um casamento, começando desde a primeira suspeita de insatisfação indo até a conclusão do processo de separação conjugal. Investiguei não apenas como os acontecimentos se sucedem no tempo, mas também como os sujeitos os ordenam. Embora exista uma vasta literatura sobre separação – principalmente sobre suas causas – ela em geral pouco informa sobre as negociações que vão ocorrendo entre os cônjuges no decorrer do tempo. Parto da premissa de que a separação é a narrativa de duas transições: uma que se inicia antes da outra. Embora ambos os cônjuges possam passar pelas mesmas etapas de transição de modo a separar-se, estas começam e terminam em épocas distintas para cada um deles. O entendimento do processo de separação está relacionado ao fato de que o estudo seja feito sob o ponto de vista ou daquele que iniciou ou daquele que se sentiu abandonado. Os relacionamentos íntimos, cujas biografias e relatos constituem a substância dessa pesquisa, estão localizados no quarto capítulo, a fim de ilustrar cada categoria estudada. Embora o meu propósito tenha sido o de examinar as similaridades, assinalo as diferenças em cada categoria. Constatei também o quanto foi difícil estudar esse assunto do ponto de vista acadêmico, sem tocar na minha própria emoção.

O estudo é desenvolvido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, pretendo primeiramente fazer uma revisão histórica da instituição do casamento e de suas vicissitudes no decorrer dos séculos, discutindo as transformações sofridas no modelo de família. Num segundo momento, intenciono contextualizar as relações amorosas e conjugais contemporâneas, marcadas pela maior valorização dos indivíduos que compõe o casal e pela ênfase na satisfação de suas necessidades e desejos. O casal contemporâneo busca uma relação amorosa intensa e íntima, mas que, ao mesmo tempo, possa

preservar a individualidade de cada parceiro, respeitando seus momentos de vida e suas aspirações pessoais.

No segundo capítulo, procuro investigar os mecanismos constitutivos da conjugalidade tal como se estabelece em um determinado universo social, no interior das camadas médias urbanas cariocas, marcado pela vigência de valores igualitários. Discuti o processo de constituição de um casal, que estruturas e condições lhe são necessárias e pertinentes para tal designação, como se constrói essa “zona comum” de interação, na qual os parceiros devem adaptar suas realidades individuais à realidade comum da vida a dois. O casamento provoca uma redefinição na forma de cada um ver o mundo e de ver a si mesmo. O casal constrói, mantém e modifica a realidade que é significativamente vivida pelos dois indivíduos, através de seus diálogos cotidianos. A conjugalidade desenvolve referências comuns, que se constituem a partir de uma série de negociações e acordos entre os parceiros. Ainda nesse capítulo, discuto a desconstrução dessa mesma conjugalidade, enfocando tanto sua natureza social, como também relacionando os fatores psicológicos às condições sociais a eles associadas.

No terceiro capítulo, justifico a metodologia utilizada para a minha pesquisa, as idas e vindas na elaboração do método, desde a revisão bibliográfica sobre o material teórico produzido sobre casamento e separação até a escolha do instrumento utilizado para a investigação. Nesse estudo de campo, entrevistei 20 sujeitos, 10 mulheres e 10 homens, separados há pelo menos um ano, com filho(s) do casamento desfeito, perfil sócio-econômico e cultural da classe média carioca e idades entre 35 e 50 anos. O universo pesquisado é o que está muito próximo a minha prática clínica como psicoterapeuta de família e de casal.

No quarto capítulo, o mais extenso, discuto o processo de separação conjugal, mostrando sua natureza social e relacionando os fatores psicológicos às condições sociais a eles associadas. A partir da fundamentação teórica e do discurso dos vinte sujeitos entrevistados, foram propostas 6 categorias de análise: os segredos, as mentiras, os indícios e as manifestações de descontentamento, o momento de decisão, a participação dos pais e amigos próximos e os relacionamentos amorosos seguintes. A avaliação do material obtido e as linhas gerais de cada entrevista, quando comparadas às outras, mostraram uma seqüência de comportamento, apontando para alguns padrões de transição encontrados nesse processo de separação conjugal. Através da análise dos dados, pude formular contribuições acerca de como os sujeitos vivenciam e elaboram o processo de separação conjugal.

No quinto capítulo, procuro articular os principais resultados encontrados na pesquisa de campo.

Acredito que o conhecimento produzido por esta pesquisa será relevante para todos os interessados pelo casamento e pela família, uma vez que esta área de estudo e pesquisa se defronta com o desafio e a necessidade de desenvolver novas abordagens teóricas e práticas que possam responder às mudanças que estão ocorrendo na família e na sociedade.

CAPÍTULO 1

O CASAMENTO

1.1) As transformações do modelo de família e de casamento: Da antiguidade a contemporaneidade.

Historiadores como Ariès (1973, 1982) e Flandrin (1982) fizeram incursões no campo da qualidade das relações existentes dentro da chamada família nuclear atual e a compararam com o que teriam sido as mesmas relações familiares no passado.

Ariès (1973) resgata as imagens da família, concluindo que o sentimento de família nasceu nos séculos XV e XVI, tendo o seu apogeu no século XVII. A vida privada surge junto com o moderno sentimento de família e de infância, que anteriormente não era sequer expressado. Família e linhagem eram os dois agrupamentos distintos, embora interrelacionados, que constituíam os laços de sangue. A família era mais do que a atual família conjugal contemporânea, pois estendia-se aos vários membros que residiam juntos. A linhagem estendia-se a todos os descendentes de um mesmo ancestral.

A partir do século X, houve um fortalecimento da solidariedade da linhagem e da indivisão do patrimônio em consequência da dissolução do Estado. Devido a uma forte necessidade de proteção, os laços de sangue se estreitaram e surgiu a indivisão dos bens dos dois cônjuges, administrada pelo marido. Anteriormente, cada cônjuge administrava seus bens hereditários separadamente, sem a interferência do outro.

No século XII, houve um afrouxamento dos laços de família e a família conjugal tornou-se mais independente. A capacidade da mulher entrava em declínio à medida que aumentava o poder paterno. Difundiou-se o direito da progenitura, que substituiu a indivisão e protegia o patrimônio.

O início do desenvolvimento da família moderna se deu a partir do século XIV. No século XIV, houve o reforço do poder paterno e o enfraquecimento dos laços da linhagem. A família então se transformou na célula social, base dos Estados e fundamento do poder monárquico, sendo inclusive enaltecida pela religião, que teve forte influência nos próximos acontecimentos. Anteriormente, a Igreja da Idade Média consagrava apenas as uniões dos reis. A partir desse momento, a Igreja passou a enaltecer a união conjugal, valorizando-a espiritualmente e legitimando-a. Até então, o casamento não passava de um contrato leigo, tido como uma concessão à fraqueza da carne.

À medida que o casamento foi consagrado, o sentimento de família passou a ser cada vez mais incorporado. A criança passa a ser o personagem central familiar, associando-se à principal prece em comum da família, o “benedicite”. O sentimento de infância reforça cada vez mais o sentimento de família e a criança passa a despertar grande emoção ao ser pensada enquanto imagem viva dos seus pais.

A escola não participava da aprendizagem direta de uma geração e outra. A aprendizagem das crianças era ministrada por famílias estranhas que recebiam essas crianças. Essa aprendizagem incluía não só conhecimentos teóricos, mas também aprendizagem de serviços domésticos em geral. Desse modo, a criança se afastava desde cedo da família, dificultando um sentimento profundo entre pais e filhos. Esse hábito era presente em todas as camadas da sociedade.

O respeito pela igualdade entre os filhos de uma família, acabando com o direito da progeneritura, se deu no final do século XVIII e início do seguinte. Foi dado um passo em direção à família sentimental moderna. O afeto dos pais por seus filhos estendeu-se a toda a realidade familiar.

Houve também progressos da vida privada e da intimidade doméstica. Esse sentimento de família se aperfeiçoou com o fechamento da família ao exterior, criando espaço para o segredo. Até o século XVII, o tipo de sociabilidade dominante dificultava as conquistas da intimidade. A sociabilidade daquela época incluía convenções sociais e entretenimentos – todos coletivos. Não havia distinção entre vida social e vida privada. O fundamental era manter as relações sociais com o grupo em que se havia nascido e elevar a própria posição através do uso dessa rede de relações. Ter sucesso na vida significava obter uma posição mais honrosa numa sociedade em que todas as pessoas se viam, se ouviam e se encontravam quase todos os dias (ruas, praças, passeios, cafés, grandes casas).

No século XVIII, a família se afastou mais ainda da sociedade, estabelecendo um caráter mais particular, manifestado através da organização da casa, que passa a ter cômodos independentes e mais especializados. O respeito à intimidade alheia surgiu, assim como a discriminação e o isolamento. A família moderna se distancia do mundo e se restringe ao grupo nuclear de pais e filhos. A promoção dos cuidados e o desenvolvimento dos filhos são ministrados pelos pais. O sentimento da casa se conjuga ao sentimento de família, que passa a ser o refúgio e o “locus” da afetividade (Ariès, 1973).

O autor observa que esse caminho em direção a uma vida mais intimista representou um triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais. Porém, questiona-se sobre que tipo de individualismo é esse que canaliza toda a energia do casal para servir aos interesses de uma posterioridade reduzida.

O autor ainda aponta que, juntamente com a Revolução Industrial, houve uma revolução da afetividade, que passa a concentrar-se no interior da

família. O operário dividirá sua vida em dois pólos: o trabalho e a família. Distingui-se assim os domínios do público e do privado.

No século XIX, a família já se apresentava enquanto domínio privado. Ariès procura entender as transformações que explicam a mudança de um tipo de organização social, em que não havia uma distinção clara entre mundo público e privado, para um em que há uma separação entre eles, século XIX, onde o espaço público é ocupado pelo Estado e o privado ocupado pela família - as mulheres se limitavam à casa e os homens usufruíram da sociabilidade da cidade e dos cafés, que passaram a ser o local de encontros sociais. Porém, no século XX, o inchamento das cidades fez com que estas percam sua função socializante. O surgimento de aglomerações e a segregação de funções entre bairros residenciais e de trabalho fizeram com que desaparecesse a vida coletiva, que era caracterizada anteriormente pela vida urbana. Houve um retorno do homem à sua casa, isolando-se em sua intimidade e partilhando-a eventualmente com estreito círculo de amigos.

A família passou a monopolizar a afetividade e, segundo Russo e Santos (1981), a assumir funções de manutenção e confirmação da identidade do indivíduo, à medida em que se tem uma intensificação do investimento emocional na família e no casamento e uma diminuição da sociabilidade, visto que a rede social urbana é bastante limitada em termos de relacionamentos significativos.

Giddens (1992) rompe com uma dicotomia rígida entre a esfera pública e privada, uma vez que as transformações da intimidade, com a emergência que o autor chama de “relacionamentos puros” sinalizam para mudanças emancipadoras da vida social.

“A transformação da intimidade poderia ser uma influência subversiva sobre as instituições modernas como um todo. Um mundo social em que a realização emocional substituísse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daquele que conhecemos hoje. As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas”. (p.11)

Para Giddens, esta separação entre as duas esferas não é desejável uma vez que, nas sociedades contemporâneas, a sexualidade, assim como outras categorias como cuidados pessoais, saúde e beleza, são geridas pelo que o autor chama de “sistemas abstratos” que passam a ser fundamentais na formação da identidade do eu.

“Hoje em dia, o eu é para todos um projeto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro. É um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revista”. (p. 41)

Portanto, a sexualidade, só para ficar neste exemplo, não se reduz somente ao domínio privado, “doméstico”, mas é um elemento de formação da identidade reflexiva do eu que passa a ser constituído em meio a sistemas técnicos, especializados, tal como comportamentos adequados sugeridos pela mídia.

A idéia de casamento também sofreu modificações ao longo da história. Flandrin (1982), pesquisando a sexualidade dos casados, postula sobre a desconfiança que a moral cristã apresentava em relação aos prazeres carnis, que significavam a prisão do espírito no corpo, obstáculo à adoração

divina. A união sexual tinha fins únicos de procriação. O casamento, considerado em si inferior ao celibato, era uma concessão, uma consolação dada ao homem por Deus. A busca do prazer era tida como pecaminosa. Os casamentos eram negociados pelas famílias e os cônjuges não tinham direito de escolha. O objetivo principal do casamento era o de formar alianças entre as famílias e produzir herdeiros.

Entre os séculos IX e XI, havia dois modelos de casamento: o leigo e o da Igreja. O casamento era um ato privado, ocorria em casa, com o testemunho e consentimento da comunidade. Não era universal, não era indicado para todos, havendo uma reserva de filhos solteiros, que também se relacionava com uma reserva de patrimônio. O casamento só vai receber o estatuto de sacramento no século XII, reforçando seu caráter único e indissolúvel, assim como a união eterna entre Cristo e sua Igreja. O consentimento dos futuros esposos tinha um papel importante no modelo de casamento proposto pela Igreja, o que não acontecia no modelo leigo. O vínculo matrimonial considerado legítimo era aquele estabelecido entre pessoas livres e iguais em suas decisões.

Mais tarde, a Igreja concentrou-se sobre a passagem do caráter privado ao público da cerimônia de casamento. Inicialmente, esta passa a ocorrer em frente à Igreja e somente no século XVII entra na Igreja, que passa agora a responsabilizar-se pela instituição casamento, estudando os obstáculos para sua efetivação. A cerimônia na Igreja vai implicar a publicidade do casamento e seu registro por escrito. O ato de casar-se passou a ser legitimado por esse momento. Posteriormente, o Estado assumirá tais obrigações.

A partir dos séculos XVI e XVII, a busca pelo prazer é condenada somente se desvinculada da finalidade de procriar. Havia a dívida conjugal, que deveria ser cumprida tanto pelas mulheres quanto pelos maridos. O casal

não se aproximava de modo espontâneo, simultâneo. A busca era masculina, enquanto a esposa deveria se expressar somente fisionomicamente.

A atividade sexual conjugada era bastante controlada através da continência que se estendia aos dias de festa, de jejum, dias santos, impureza (menstruação), período de gravidez e pós-parto, etc... Certas posições que a moralidade vigente atribuía aos animais eram proibidas. O amor conjugal era também condenado, visto como obstáculo à adoração de Deus. A vida sexual conjugal sofreu grande doutrinação cristã até meados do século XVII.

O casamento era um negócio de família, necessitando de regras para manter-se estável e não baseando-se no relacionamento amoroso. Havia específicas diferenças entre o amor dentro e fora do casamento. Dentro do casamento, valorizavam-se o pudor, a reserva, o formalismo e o automatismo no ato sexual. O desejo sexual deveria ser prontamente apagado, evitando sua perduração. Jogos violentos da paixão e do erotismo deveriam também ser apagados.

No século XVIII, a sociedade começou a aproximar as duas formas de amor consideradas anteriormente incompatíveis, incentivando que o amor conjugal se desenvolvesse após o casamento. Os cônjuges passam a escolher-se em função dos sentimentos que nutrem um pelo outro, e a cerimônia de casamento passa a ter o objetivo de sacramentar essa união, tornando-a legítima. O erotismo começa a fazer parte do casamento. Shorter (1977) assinala que o amor romântico aparece, de início, entre as classes economicamente baixas, já que o casamento contratual com o objetivo de incorporação ou manutenção dos bens não existia.

O amor cortês exaltava o amor infeliz, o amor à margem do casamento, o amor impossível de se realizar, o amor adúltero, já que o casamento significava somente união política e econômica dos corpos. A

generalização do amor como condição no casamento vai propor então o amor feliz, oficial, não mais marginal (D'Incao, 1992).

A finalidade do casamento passa a não ser mais a manutenção de propriedades, bens ou alianças políticas, e sim um vínculo de amor e felicidade, a satisfação de impulsos afetivos e sexuais. Há o privilégio da escolha do parceiro por amor, a glorificação do amor materno, a privacidade, a intimidade, o conforto da família, a respeitabilidade e a permanência no casamento. Ele é indissolúvel e legitimado pelos laços civil e religioso, sendo a celebração solene e pública. Essa forma de casamento mantém-se na primeira metade do século XX, sofrendo modificações no início dos anos 60. A partir de transformações sociais ocorridas nas décadas de 60 e 70, essa concepção de casamento e os valores relativos à sua estruturação e funcionamento passam a ser questionados, provocando alterações nas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Os padrões tradicionais passam a abrir fendas, fazendo surgir uma “modernização” no conjunto de valores desses segmentos.

Nesse panorama, representações “tradicionais” passam a conviver com representações “modernas”, formando modelos que coexistem simultaneamente, ora competindo entre si. No modelo “tradicional”, referido a rede de relações com raízes no esquema patriarcal tradicional, as identidades masculina e feminina configuram-se demarcadas com precisão, ou seja, o que cabe a um exclui o outro, seja em comportamentos, interesses ou sentimentos. O casamento é indissolúvel, monogâmico e com fins de reprodução. Duas formas distintas de responsabilidade moral convivem juntas: a feminina, marcada na sexualidade e na maternidade, através da fidelidade conjugal, virgindade e dedicação aos filhos; a masculina, marcada na relação com o trabalho e na virilidade, através da manutenção econômica e proteção.

Chico Buarque expôs essas identidades com clareza e realismo na canção “O casamento dos pequenos burgueses” (1978). A canção é uma aguda crítica à classe média urbana (“os pequenos burgueses”), cujo sentido de acomodação não permite o rompimento com modelos instituídos, acirrando um cotidiano desgastado.

*Ele faz o noivo correto
Ela faz que quase desmaia
Vão viver sob o mesmo teto
Até que a casa caia.*

*Ele é o empregado discreto
Ela engoma o seu colarinho
Vão viver sob o mesmo teto
Até explodir o ninho.*

*Ele faz o macho irrequieto
Ela faz crianças de monte
Vão viver sob o mesmo teto
Até secar a fonte.*

*Ele é o funcionário completo
Ela aprende a fazer suspiros
Vão viver sob o mesmo teto
Até trocarem tiros.*

*Ele tem um caso secreto
Ela diz que não sai dos trilhos
Vão viver sob o mesmo teto
Até casarem os filhos.*

*Ele fala de cianureto
Ela sonha com formicida
Vão viver sob o mesmo teto
Até que alguém decida.*

*Ele tem um velho projeto
Ela tem um monte de estrias
Vão viver sob o mesmo teto
Até o fim dos dias.*

*Ele às vezes cede um afeto
Ela só se despe no escuro
Vão viver sob o mesmo teto
Até um breve futuro.*

*Ela esquenta a papa do neto
Ele quase fez fortuna
Vão viver sob o mesmo teto
Até que a morte os una.*

(Chico Buarque, "O casamento dos pequenos burgueses", 1978)

A visão externa dá amplitude a uma situação de acomodação pela adoção dos preconceitos e limitações típicos da classe média urbana estereotipada. A história do casal se passa, estabelecendo mudanças temporais e o desgaste do relacionamento na mesma medida em que cresce a passividade de ambos diante da vida. Em pares opostos, a canção traça os papéis dos cônjuges em sua trajetória a dois:

*Ele:
Faz o noivo correto
Empregado discreto
Macho irrequieto
Funcionário completo
Tem um caso secreto
Fala de cianureto
Às vezes cede um afeto
Quase que fez fortuna*

*Ela:
Faz que quase desmaia
Engoma seu colarinho
Faz crianças de monte
Aprende a fazer suspiros
Diz que não sai dos trilhos
Sonha com formicida
Tem um monte de estrias
Só se despe no escuro
Esquenta a papa do neto*

Na contemporaneidade porém, o casamento fundado na concepção de amor eterno, singular e dirigido a uma única e insubstituível pessoa ficou para trás. A idéia de eternidade das relações e dos sentimentos está sendo questionada. Assim, casamentos e famílias desfazem-se e refazem-se continuamente.

Jablonski (1991) afirma que o tipo moderno de família e casamento entrou em crise porque foram abalados os seus fundamentos básicos: a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre público e privado. Com o aumento da participação das mulheres no mundo público, houve uma redefinição das fronteiras entre o público e o privado atribuídas segundo o gênero, isto é, as mulheres passaram a desempenhar papéis na esfera pública e não mais limitaram suas aspirações ao casamento, ao lar e aos filhos.

Segundo Vaitsman (1995), a família moderna era estruturada por uma hierarquia de funções e papéis, impedindo assim o exercício da igualdade pelos dois sexos. Ao homem cabia o domínio público e à mulher o domínio privado (Figueira, 1987). Nesse contexto, a individualidade feminina e masculina só podiam se expressar dentro da dicotomia público/privado. A individualidade feminina se subordinava à masculina. A desigualdade institucionalizada no casamento fazia com que a livre escolha fosse mais um princípio que uma prática. Porém, quando a divisão dos papéis e funções foi redefinida, e homens e mulheres passaram a se ver como iguais, criaram-se condições favoráveis para que se manifestasse o conflito e aumentasse o número de separações conjugais.

Para a mulher contemporânea, o trabalho não é apenas uma necessidade, mas uma fonte de realização pessoal, e os filhos passam a constituir-se numa escolha. Contudo, como observa-se na prática, as promessas de libertação implícitas no movimento feminista estão ainda longe

de serem concretizadas na vida cotidiana. A dupla jornada de trabalho é um dos sintomas mais presentes da ambigüidade que faz com que a sociedade modernize-se em alguns pontos e permaneça bastante conservadora em outros. Jablonski (1991) afirma que o fato de a mulher trabalhar fora não resultou na contrapartida de os homens exercerem algum tipo de tarefa dentro de casa, a não ser em termos de uma mera e descompromissada “ajuda”, da qual eventualmente se envaidecem, como cita uma das entrevistadas da pesquisa de campo:

“Me irritava o fato de que, toda vez que eu pedia um favor na cozinha, depois ele me olhava como se merecesse uma medalha por isso, para que nunca mais lhe fosse pedido mais nada na vida”. (D., 40, executiva)

A maior igualdade sexual ressaltou a fragilidade do casamento e da família estruturados sobre normas patriarcais, abrindo espaço para o surgimento de conflitos e dificultando a estabilidade das relações a longo prazo.

“Quando homens e mulheres passam a se definir como iguais, torna-se mais fácil para ambos – social e pessoalmente – dissolver o casamento, que agora é mantido muito mais em função da satisfação individual que dos imperativos da divisão sexual do trabalho ou da família enquanto instituição.” (Vaitsman, 1995, p. 348)

A crise e a transformação do modelo da família e casal na contemporaneidade foram sinalizados pelos conflitos provocados pela ruptura da dicotomia entre papéis sexuais e um cotidiano marcado por instabilidades,

incertezas e mudanças. A fragmentação, instabilidade e incerteza que integram o cotidiano dos indivíduos marcam as formas de institucionalização do casamento e da família. As práticas e os sentimentos duradouros e estáveis perderam muito de sua sustentação social e cultural.

Aspirações e projetos de vida diferentes para os cônjuges foram propiciados pela expansão da individualidade de ambos os sexos. Criou-se uma coexistência de papéis públicos/privados propiciando conflitos em torno das atribuições de homens e mulheres no casamento, tornando “obsoleto”, em alguns segmentos, o modelo tradicional de casamento e família. Diferentes padrões de institucionalização das relações afetivo-sexuais passaram legitimamente a coexistir. As relações conjugais não formalizadas legalmente (o casamento em casas separadas, o casamento sem vínculos legais) generalizaram-se, assim como, as separações e os recasamentos. As fronteiras da identidade dos dois sexos são fluidas e permeáveis e a sexualidade dos parceiros é desvinculada da reprodução ou de uma resposta feminina ao desejo masculino. As novas práticas, decorrentes desses novos arranjos, com as diversas possibilidades de representação, tais como “mãe solteira”, “casal grávido”, “pai descasado”, “homem dono-de-casa”, “mulher chefe-de-família”, incorporaram-se ao imaginário social e individual e instaurou-se uma pluralidade de opções. Nos dias de hoje, temos uma pluralidade de formas conjugais e familiares que revela uma tradição cedendo espaço para a multiplicidade de vínculos amorosos, retirando homens e mulheres da passividade e rotina da tradição e atribuindo-lhes posição pivô nas transformações culturais e subjetivas. Assim, as “transformações na intimidade” (Giddens, 1991) vão forjando novas formas de aliança entre as pessoas, para que sejam reconhecidas e aceitas as diferenças. Justificadas no

vínculo amoroso, as alternativas conjugais vão redefinir as estruturas dos vínculos sociais.

As novas formas de conjugalidade apontam reflexos maiores até mesmo na dinâmica econômica dos países. As diversas mudanças ocorridas, principalmente nos últimos quarenta anos, mostram uma acelerada modernização dos costumes, com transformações tais quais: redução da família em seu tamanho, a emergência de mercado de consumo mais sofisticado, a ampliação do sistema de educação superior e a crescente valorização dos meios de comunicação em massa.

Singly (1993) lembra que era o casamento que estabelecia os laços de parentesco e que permitia dar um pai às crianças, definindo o lugar de cada um, assegurando direitos e deveres oriundos da filiação e da aliança. O divórcio define a separação do casal, mas não o rompimento dos laços entre pais e filhos. Assim, o parentesco é transferido da aliança para a filiação.

Dentre os aspectos macrossociais, o avanço tecnológico é um ponto que ganha relevância. O progresso científico interfere de maneira decisiva na forma de compreender-se o casal e seus valores. O desenvolvimento de tecnologias tem possibilitado a criação de um cenário impossível há alguns anos atrás. Além do controle da natalidade, um óvulo pode ser fertilizado in vitro e implantado no útero de outra mulher. Assim, é possível para uma mulher hoje em dia ter um filho sem sequer manter relações sexuais, nem engravidar.

Segundo Vaitsman (1995), a falta de um modelo único evidencia o pós-moderno nas práticas e nos discursos sobre casamento e família. As “circunstâncias da pós-modernidade” - heterogeneidade, pluralidade, instabilidade e incerteza - aumentaram as alternativas possíveis de comportamento e provocaram *“transformações nos padrões de*

institucionalização da vida afetivo-sexual” (p. 74), a partir da constituição das mulheres como indivíduos, afetando sua posição social e submetendo a dinâmica familiar à ideologia do igualitarismo.

“Homens e mulheres, diante de situações de vida instáveis, fragmentadas e que mudam a um ritmo acelerado, flexibilizam seus comportamentos. Os discursos pretendendo tematizar de forma universalizante os comportamentos afetivo-sexuais e as práticas de família e casamento não desapareceram. Agora, porém, vivem outros tipos de discursos, muito mais voltados para o presente e que reconhecem o sentido de efemeridade e contextualidade das situações individuais como um fato, pragmaticamente.” (p. 349)

Novos desafios foram criados para as relações familiares e conjugais, forçando-as a uma redefinição, para adaptar-se às diferentes demandas. No contexto contemporâneo, as relações são pluralizadas, a diversidade e a flexibilidade tornaram-se valores importantes na constituição das famílias e dos casais. Assim temos os casais homo ou heterossexuais, as famílias classificadas como monoparentais, recasadas ou recombinadas.

A diversidade, no sentido de que, ao invés de um único modelo de família, surgiu uma variedade de arranjos possíveis, onde os indivíduos podem escolher de acordo com as suas necessidades e conveniências. Arranjos considerados desviantes no passado, como concubinos, recasados, coabitantes, tornaram-se possibilidades viáveis na família pluralista.

Os indivíduos têm então a possibilidade de criar o arranjo familiar que melhor se adapte às suas necessidades. A flexibilidade passa a ser a característica básica da família pluralista, no sentido em que, cada arranjo

possível traz, também, os próprios desafios e ambivalências que têm que ser contornados, muitas vezes, unicamente pelos seus membros.

1.2) As relações amorosas e conjugais

De acordo com Souza (1994), a elevação do sentimento amoroso à categoria de pré-requisito e critério do sucesso do casamento é um acontecimento recente na nossa civilização. Sua função principal era ligar duas famílias para perpetuar a linhagem, constituindo assim uma descendência, ou aumentar o poder político e o prestígio social, com a união de dois patrimônios (Ariès, 1973). Com o reverenciamento feito ao amor na constituição da família moderna, de modo mais generalizado desde o século XVIII, o casamento por amor passa a ser uma possibilidade, ainda que em nível de discurso. Muszkat (1992) mostra que, nos dias de hoje, o “casamento de amor” compreende um tipo de prática moderna que se caracteriza por uma demanda romântica de satisfação, não apenas do corpo, mas também do “coração” e do “espírito”.

Segundo Giddens (1992), a difusão dos ideais românticos teve considerável influência na transformação da estrutura dessas relações. As idéias do amor romântico começaram a influenciar a formação dos laços matrimoniais e as considerações econômicas passaram a não serem as únicas a determinar o casamento. A partir da difusão dos ideais românticos, o laço conjugal passou a ter um significado especial, com uma valorização maior da afetividade entre os cônjuges. O lar passou a ser visto como um local de afeto e apoio emocional.

Os ideais do amor romântico vinculam-se à liberdade individual e à auto-realização, desligam o indivíduo das relações sociais e familiares mais amplas e criam uma história compartilhada para os envolvidos. Segundo o autor, o amor romântico suscita a intimidade, buscando um encontro de almas.

O amor romântico era um amor tipicamente feminino, já que os homens não chegaram a ser muito influenciados por ele e mantinham a divisão entre mulheres “imaculadas” e “impuras” como um aspecto central do delineamento da sua sexualidade. Pelo ideal do amor romântico, cabia às mulheres o papel de suavizar a natureza rude e instável do amado, que se mantinha impassível, frio e distante, até que seu coração fosse conquistado, a partir daí a afeição tornava-se a principal diretriz da vida do casal. A mulher, com sua devoção, dissolvia a indiferença do homem e substituía o seu antagonismo por devoção. Giddens mostra como os homens foram introduzidos, nas transformações que afetam o casamento e as relações pessoais, pelas mulheres. Na medida em que, para os homens, o apaixonar-se permaneceu vinculado à idéia de acesso à mulher, cuja virtude era protegida até o momento em que a união fosse santificada pelo casamento, o amor romântico era desvinculado da intimidade e entrava em conflito com as regras da sedução. Os homens ficaram, assim, especialistas nas técnicas de sedução e conquista e não nas questões de intimidade.

Para melhor compreensão do significado da expressão “amor romântico”, bem como a sua importância na constituição dos indivíduos, faz-se necessária a tarefa de um breve traçado histórico, ressaltando a imposição dessa concepção de amor à sociedade moderna.

Surge, no século XII, um gênero de literatura que contou com ampla aceitação social: o amor cortês, ou amor delicado, como chamavam os

escritores contemporâneos à sua primeira manifestação. Duby (1989) comenta:

“Para que fossem escutadas, era de fato preciso que essas obras, de alguma forma, estivessem em relação com o que preocupava as pessoas para as quais elas eram produzidas, com a sua situação real. Inversamente, elas não deixaram de influir sobre a conduta daqueles que lhes davam atenção”. (p.59)

O aparato do amor cortês prestava-se à tarefa de libertar a sociedade feudal da selvageria, ao mesmo tempo em que funcionava como forma de cultivar a docilidade da cavalaria. O amor cortês era encenado assim: um jovem assedia apaixonadamente uma dama, isto é, uma mulher casada que, por isso, é, para ele, inacessível, inconquistável. Toda a história não passa de um jogo de conquista.

“O amor cortês é um jogo. Educativo”. (p.60)

A dama tinha a função de estimular o ardor dos jovens, de elogiar as virtudes de cada um e de premiar o melhor, mais digno de sua amizade. Ser o melhor entre todos os outros implicava em ser o que melhor a havia servido. Conforme assinala Duby (1989):

“o amor cortês ensinava a servir... O exercício que lhe era solicitado era o de submissão. Era também o da fidelidade, do esquecimento de si”. (p. 60)

A exaltação de um enamoramento apaixonado, a valorização da fidelidade à amada e a entrega de si a um sentimento idealizado são protótipos do ideal de amor romântico. Porém, essa vivência amorosa era restrita a um espaço social limitado e era também secundária frente a interesses políticos e sociais da época. Essa versão amorosa ainda é localizada fora do par conjugal, o que se afirma como mais uma diferença fundamental com relação às imposições do amor romântico. O casamento não poderia abrigar a paixão e a fantasia pois poderia perder sua função principal de sustentáculo social.

“...o lugar dado ao casamento na organização da sociedade feudal pelas práticas da aliança e pela moral construída para justificar tais práticas explica bastante bem o fato de que todos os poemas e todas as máximas situem o amor cortês fora do campo matrimonial...” (p.38)

O amor “delicado”, embora apresente aspectos diferentes daquilo que é instituído pelo amor romântico – principalmente no que diz respeito à ligação entre amor e casamento -, inicia o cenário para a vivência amorosa moderna, ressaltando a paixão, a idealização e a fantasia.

Ariès (1982) fala da junção de amor e casamento, presente na contemporaneidade, como um processo das influências do Romantismo como movimento literário, iniciado no século XVIII.

“A sociedade tendeu desde então a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas. Constituiu-se pouco a pouco no Ocidente um ideal de casamento que impõe aos esposos que se amem, ou que façam de conta que se amam como dois amantes. O erotismo entrou no casamento, expulsando a reserva tradicional”. (p.161)

O principal legado do Romantismo ao ideal romântico foi a exigência de complementariedade. Observando o conjunto de regras que regem a vivência amorosa na atualidade, é notório o êxito obtido pelo amor romântico. O amor funciona como a principal razão a partir da qual os indivíduos se unem pelo laço conjugal. O desejo de complementariedade alimenta o sonho de encontrar o amor perfeito, sem rupturas.

Segundo Giddens (1992), o amor romântico apóia-se no outro e o idealiza, pretendendo um desenvolvimento futuro. No amor romântico, a absorção pelo outro, algo típico do amor-paixão, se integra a uma busca – busca essa em que a auto-identidade espera a sua validação através do encontro com o outro.

A associação do amor com o casamento foi mantida pela idéia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, era para sempre. A sintonia entre o amor romântico e a parceria sexual era bem delineada, já que o casamento era para sempre. O confinamento da sexualidade feminina ao casamento era necessária já que a idéia de mulher “respeitável” era uma condição fundamental para a manutenção desse esquema, bem como a divisão do trabalho, no qual o homem era responsável pelo trabalho remunerado e a mulher pelo doméstico, como discutido no item anterior, na dicotomia público/privado.

A atitude do homem dava-se em uma série que tinha em uma de suas extremidades a “trepada” e, na outra extremidade, a dessexualização da mulher, isto é, ou a mulher não tinha sexo ou então tratava-se de uma mulher para ser “comida”. Na contemporaneidade, observa-se uma outra série. O homem contemporâneo se situa sobre a linha do afeto, uma linha que comporta amizade, compreensão, companheirismo e também sexo. Nas relações atuais, é possível um homem ter afeto por uma mulher e manifestá-lo

sem que esteja implicada uma futura relação sexual, ou seja, é possível, nos dias de hoje, ter um comportamento afetivo com uma mulher sem que este comportamento afetivo seja encarado como uma “cantada”. Tal comportamento afetivo está aberto para os dois lados, tanto para o lado da amizade quanto para o lado do amor sexualizado. Não há uma proibição nem de uma coisa nem de outra e, eventualmente, a relação pode sofrer variações. Trata-se de uma outra série, diferente da anterior, onde só havia duas possibilidades: “respeito” que implicava na dessexualização absoluta (mulher de amigo meu é homem) ou “cantada”. Tratava-se de uma linha curta limitada por dois extremos absolutos que, por assim dizer, davam fim abrupto, nas duas extremidades, à série.

Na série contemporânea, temos uma linha de afeto longa, suportando gradações sutis, múltiplas e reversíveis, o que justamente a encomprida. Uma série a ser percorrida em todas as direções e que acumula, de diferentes maneiras, os pontos percorridos em uma espessura de relação. Uma série que passa pelo carinho, atenção, papo, amizade, amor, sensualidade, sexualidade, aliança, cumplicidade, compartilhamento. Por esta razão, um casal amoroso que seja ciumento, terá dificuldade em admitir o trânsito do parceiro por essa série. O homem e a mulher da atualidade têm de lidar com estes sentimentos surgidos a partir dessa nova maneira de se colocar na linha do afeto. O trânsito referido não é uma liberdade sexual que levaria todos a transar com todos, mas uma liberdade amorosa que admite a possibilidade de qualquer acontecimento afetivo, inclusive sexual, mesmo que ele nunca ocorra.

Segundo Cuschnir (2001), o homem contemporâneo encontra-se fragilizado porque não sabe o que fazer com suas emoções. O autor acredita que essa é a característica do movimento masculinista que vem sendo estudado em universidades de diferentes países:

“As máscaras de herói infalível que o homem costuma usar para esconder o seu despreparo para a vida já não se sustentam. O homem está assustado, obcecado pela realização profissional e pela obrigação de garantir o prazer feminino”. (p. 76) “A vergonha de mostrar os sentimentos, sempre mascarada pelo tradicional ‘tudo bem’, e a tortura de ter de mostrar que nada o atinge deixam o homem vulnerável a ser flagrado no engodo”. (p. 77)

No Brasil, Nolasco (1988) foi um dos pioneiros ao discutir a questão do masculino, mostrando que a crise da identidade masculina passa pela desconstrução do masculino devido a uma exacerbação do individualismo, à exigência da manutenção de um novo tipo de relacionamento com os filhos e à reavaliação das relações com o trabalho. Cuschnir postula que o sexo masculino começa a descobrir que a obrigação de corresponder à imagem de super-herói infalível é fonte de angústia e de doenças que podem levar à morte. A imagem de que os homens são seguros, decididos, fortes, corajosos, frios, auto-suficientes, agressivos, sustentam a família, só pensam em sexo, não têm sentimentos e não choram está se transformando. A revolução silenciosa dos homens deve-se à transformação profunda do papel masculino diante do novo papel feminino.

“O homem se sente absolutamente desconfortável com essa transformação familiar e afetiva. Ele ainda não aceita limpar a cozinha e o banheiro. A área onde ele se desenvolve mais é na paternidade”. (p. 79)

Cuschnir ainda afirma que há em cada homem um desejo, talvez inconsciente, de deixar cair a máscara de machão forte e se mostrar como um

ser humano que oscila entre altos e baixos emocionais sem que por isso seja desvalorizado pelas mulheres e pelos próprios homens.

Já o homem clássico era aquele que respeitava a mulher dos amigos e conquistava as outras; dessexualizava a mulher proibida e sexualizava todas as outras. Não entra em questão, pelo menos não prioritariamente, a atração pessoal – se era mulher, e se não era mulher de amigo, então era para ser “comida”. A mulher já tinha de guardar uma compostura, um comportamento desestimulante da sexualidade. Tinha de ser fiel ao seu marido e manter sua sexualidade, mesmo na intimidade do quarto, em limites de decência. Nada de grandes entusiasmos ou de grandes criatividade. A mulher tinha de ser discreta em suas manifestações sexuais. Porém, a mulher submissa ao homem está em processo de desaparecimento. Proclama-se uma igualdade homem-mulher e a observação dos casais mostra que caminhamos nesta direção. Inclusive faz parte desta igualdade a variedade e multiplicidade de experiências sexuais que antes eram uma prerrogativa do homem, mas não da mulher. Um único ato de adultério de uma esposa era:

“uma violação imperdoável da lei da propriedade e da idéia da descendência hereditária e a descoberta punha em ação medidas altamente punitivas. O adultério por parte dos maridos, ao contrário, era amplamente encarado como uma fraqueza lamentável, mas compreensível”. (Giddens, 1992, p.16)

A prova do adultério sempre foi muito difícil, já que era necessária a comprovação de que as partes envolvidas estivessem praticando o ato sexual ou praticaram momentos antes ou estavam na iminência de praticá-lo. Tudo tinha que ser cronometrado e muitas vezes o cônjuge ofendido, ao realizar o

flagrante de adultério com a autoridade policial, chegava ao local e não mais estavam os amantes, ou já perfeitamente trajados, sem indício de que tivessem feito amor recentemente. Era vergonhosa a prova quando flagrados despídos num apartamento ou num hotel. Recolhiam-se peças íntimas, lençol ou outra prova de evidência, chegando às vezes a serem levados para depor frente a autoridade policial, envoltos em lençóis ou toalhas. A implicação moral social funcionava com a punição da figura feminina, que ficaria marcada para sempre como uma adúltera. O marido passava por momentos de depressão e angústia quando nos sussurros das esquinas e dos corredores era chamado de “corno”.

Em 1977, a Lei do Divórcio subtraiu o adultério como motivo para o decreto judicial de uma separação por culpa, passando a adotar o inciso I do artigo 231 do código, que obriga a fidelidade recíproca como dever comum entre os cônjuges.

A teoria que apoiava a infidelidade masculina referia-se a uma necessidade inata de variedade. Hoje em dia as mulheres se dão a mesma regalia (ou quase) que os homens quanto ao exercício das relações sexuais, inclusive as extra-conjugais. Giddens (1992) ainda postula que na época atual, os ideais do amor romântico tendem a se fragmentar, sobretudo pela pressão da emancipação e de autonomia feminina.

Vilhena (1999) aponta para o nosso equívoco em manter como ideal, um modelo de família fundado no amor romântico, que seria incompatível com os tempos atuais, uma vez que o amor, como balisador único de nossas escolhas pode trazer algumas inconveniências e riscos. A autora enfatiza a excessiva e acrítica valorização do amor como solução para todos os males e base única para o casamento.

“A eleição do amor, como eixo central de nossas escolhas e de nossas vidas, não poderia deixar de trazer conseqüências enormes para a família. Se ao invés da tradição, do compromisso com a comunidade, da perpetuação através das gerações, elegemos um afeto tão forte e tão frágil simultaneamente, como norteador de nossas vidas as conseqüências não tardam em se manifestar.” (p.4)

A autora ressalta a afirmação de que o amor é a mais nobre e importante característica a ser levada em conta. Ganham ênfase exagerada os aspectos emocionais de intimidade e privacidade em detrimento de uma vida mais coletiva, onde a voz da família e da sociedade seria a primeira a ser ouvida. A sociedade contemporânea considera legítimo e desejável que o amor seja a base da união conjugal, concedendo a liberdade necessária para que os indivíduos façam e refaçam seus relacionamentos ao ritmo tempestuoso e transitório de suas emoções. Essa concepção, que prioriza a escolha pessoal frente a qualquer outro fator de ordem social - a manutenção do casamento por interesses sociais ou financeiros, pelo bem dos filhos ou qualquer outra razão - tem como esteio a vigência de uma ideologia individualista que, como aponta Dumont (1985), faz do sentimento e da realização pessoal a realidade primeira, que deve se sobrepôr às demais. No bojo dessa configuração social, ancorada na felicidade individual, valoriza-se não apenas a liberdade para a escolha amorosa, como também a supremacia do sentimento amoroso. O amor é, para o homem moderno, o centro da sua existência, o mais nobre e importante de seus objetivos, a razão primeira a partir da qual os indivíduos se unem pelo laço conjugal.

Para Spring (1999), o amor romântico tem um caráter mentiroso, no sentido de que mente sobre as mulheres, sobre os homens e sobre o próprio amor. *“Uma mentira contada há tantos séculos que os indivíduos querem vivê-la*

de qualquer jeito” (p. 12). A autora postula ainda que o que os indivíduos amam é o fato de estar amando, apaixonando-se pela paixão. Sem perceber, eles idealizam o outro e projetam nele tudo o que desejam.

“Esse tipo de amor não resiste à convivência diária do casamento. A intimidade torna obrigatório enxergar o parceiro como ele é realmente e a idealização não tem mais como se sustentar”. (p. 16)

Segundo Giddens (1992), a idéia de amor, que se sustenta hoje em dia, é a de um amor contingente, que entra em choque com as categorias de “para sempre e único” do amor romântico; é um amor que se afasta da idéia da busca da pessoa ideal e funda-se na idéia do relacionamento especial, denominado pelo autor, de “amor confluyente”.

Esse “amor confluyente”, que desenvolve-se a partir da intimidade, presume uma igualdade no dar e no receber afeto. A sexualidade é colocada no centro da relação conjugal e a realização do prazer sexual recíproco é transformada em um elemento básico na manutenção ou dissolução do relacionamento. Enquanto, no ideal de amor romântico, a satisfação e a felicidade sexual são garantidas pela força erótica provocada pelo próprio amor romântico, no “amor confluyente” o que importa é a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual.

A distinção de mulheres “respeitáveis” e “impuras” é esquecida e, a princípio, todos têm a oportunidade de se tornarem sexualmente realizados. Valoriza-se ainda um tipo de relacionamento em que é fundamental o conhecimento das peculiaridades do outro e, em que, a sexualidade é um fator que tem que ser negociado como parte de um relacionamento.

1.3) O casal contemporâneo

Bawin-Legros (1987) lembra que a família contemporânea tende a privilegiar a construção da identidade pessoal dos seus membros, tanto nos vínculos conjugais quanto nos vínculos entre pais e filhos. Cada vez mais, são as relações entre homens e mulheres, entre pais e filhos que constituem o sentimento de viver em família e, cada vez menos, os lugares do parentesco repousam sobre a propriedade e os bens comuns do grupo. Vale lembrar que, tradicionalmente, o objetivo da família era a transmissão do patrimônio econômico e moral de uma geração para a outra. Na contemporaneidade, a escolha de se casar ou coabitar, de se divorciar ou se separar são entendidas como questões pessoais, na medida em que o casamento pode ser desfeito quando os cônjuges desejarem. A vida em comum não supõe mais, necessariamente, o casamento.

A liberdade de escolha aponta para os riscos e as realizações possíveis no casamento contemporâneo. A autora afirma ainda que a novidade do casamento contemporâneo está, não no aumento da valorização do sentimento e da afetividade, mas na sua temporalidade. A separação e o recasamento colocam novos desafios para os indivíduos e para a formação de seus laços familiares.

Singly (1993), ao ressaltar as características individualistas da família e do casal contemporâneo, enfatiza a importância da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre os seus membros e o quanto a família tornou-se um espaço no qual os indivíduos procuram proteger sua individualidade. Valorizar os espaços individuais significa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais, assim como fortalecer a conjugalidade implica em ceder diante das

individualidades. A família contemporânea, segundo o autor, é caracterizada pela independência dos seus membros, homens e mulheres, em relação à família formada. Essa independência propiciou uma maior autonomia do casal frente às gerações anteriores. A família contemporânea se constitui como um espaço privado onde seus membros têm tido, cada vez mais, interesse em estar juntos, em partilhar uma intimidade.

Os cônjuges estão mais disponíveis um para o outro e para seus filhos, do que para seus pais, irmãos, tios, primos, etc. Na família contemporânea há um certo afastamento do casal em relação à família de origem, mas não um rompimento dessas relações.

Em relação ao casal contemporâneo, é esperado que seja mais autônomo e independente em relação à sua família de origem. Os membros do casal devem estar mais disponíveis para o núcleo que estão constituindo e menos para o núcleo do qual são oriundos. A época contemporânea é caracterizada por uma grande ênfase no domínio do indivíduo sobre sua vida, facilitado por um sistema de valores que aprova essa autonomia e desvaloriza a dependência, seja ela simbólica ou material, das famílias de origem.

Anton (1998), psicoterapeuta de família e de casal, confirma toda essa perspectiva, na medida em que mostra que a diferenciação do casal das suas famílias de origem é vital para o bom funcionamento do laço conjugal e para o funcionamento deste com seus filhos. Na prática clínica, seja através da terapia psicanalítica de casal, seja através da terapia sistêmica de casal, é fácil perceber que muitas questões apresentadas por casais em terapia provêm de uma dificuldade de traçar limites e fronteiras entre o sistema conjugal/parental e suas famílias de origem.

A terapia psicanalítica de casal inspira-se na teoria e prática psicanalítica de grupo, e pode ser definida como a terapia de dois parceiros

tratados juntos e como uma totalidade. Segundo Almeida Prado (1996), visa desenvolver a tomada de consciência dos vínculos inconscientes engajados pelo casal desde o início de seu relacionamento, vínculos que estão na base dos conflitos e mal-entendidos, e também facilitar o restabelecimento da comunicação e da circulação de fantasias entre os parceiros.

A terapia sistêmica de casal inspira-se na teoria geral dos sistemas e na teoria da comunicação. Segundo Féres-Carneiro (1983), enfatiza a mudança no sistema familiar sobretudo pela reorganização da comunicação entre os membros da família, visando sempre o contexto relacional onde se evidenciam problemas de comportamento.

Ainda com relação ao casal contemporâneo, pode-se inferir que a preeminência do masculino e sua associação com o mundo público passam a ser substituídos pelo princípio igualitário que institui a não demarcação de fronteira entre os gêneros, uma vez que, percebidos como iguais, os indivíduos de ambos os sexos são portadores dos mesmos direitos. Assim, o valor igualitário atualiza-se, no plano ideal, pela retirada do homem do único papel de provedor assim como do papel da mulher como única detentora dos cuidados com as crianças e com a casa. É claro que, na prática, ainda ocorre uma certa supremacia dos rendimentos masculinos no casal, como também, é ainda mais comum que o trabalho doméstico, que às vezes inclui a tarefa de cuidar das crianças, fique a cargo das mulheres. Entretanto, é importante registrar, no casal contemporâneo, essa expectativa de compartilhar as tarefas.

A partir da idéia de simetria, Singly (1993) postula que o casal contemporâneo tem como regra sociológica a mutualidade, isto é, uma forma de reciprocidade que opera em termos simétricos, indicando um tipo de troca em que a mesma dádiva é dada e recebida.

Salem (1989) adota a interpretação de que a norma que rege as trocas nesse modelo conjugal é a “complementariedade simétrica”. E define:

“A complementariedade simétrica parece-me instituinte do arranjo em que se funde o casal igualitário. (...) Na modalidade de casal que nos ocupa, o reconhecimento e mesmo o enaltecimento das diferenças se desloca para o plano mais propriamente subjetivo”. (p.31)

Rapoport e Rapoport (1980) são mais enfáticos do que Singly em relação à simetria e à mutualidade do casal contemporâneo, apontando uma particularidade cada vez mais freqüente nesse casal: a dupla carreira. Segundo os autores, esse casal valoriza o nível mais profundo de envolvimento com a carreira, preservando o desejo de manutenção de uma vida afetiva. A distribuição das tarefas de casa, bem como o cuidado dispensado aos filhos, são bastante compartilhados entre homens e mulheres.

A essência dessa família chefiada por casal de dupla carreira difere de outras famílias onde as tarefas também são partilhadas entre os cônjuges. Essa diferença se instaura no fato de a divisão do trabalho em relação às funções familiares ser distribuída entre os parceiros com base de igualdade de ‘status’ e não baseada no sexo dos cônjuges. Assim, salvo a gravidez e o parto, a divisão das funções pode ser efetuada de acordo com as habilidades e inclinações de cada um, e não atribuídas aos cônjuges conforme o sexo. Nenhum dos esposos está disposto a subordinar as expectativas do trabalho às expectativas familiares. Ambos estão comprometidos tanto com o investimento pessoal na carreira quanto com a vida familiar. Essa dedicação de ambos os cônjuges à família e à profissão sinaliza uma mudança fundamental desse tipo de casal em comparação com o relacionamento

conjugal tradicional. O desafio do casal consiste em coordenar as aspirações de cada um dos cônjuges, sem a subordinação ou sacrifício de um em nome das aspirações do outro.

Para os casais que viabilizam essa divisão de funções, a vida familiar e o trabalho não são vistos como mundos distintos, mas como um mundo integrado. O que distingue essas pessoas dos indivíduos que devotam suas vidas exclusivamente à carreira é o empenho de cada cônjuge em desenvolver estratégias de conciliação da profissão com o relacionamento afetivo.

Quando os cônjuges não estão felizes juntos não vêm mais porque devem permanecer casados em nome de um princípio institucional. A vida conjugal deve seguir os movimentos individuais, o que torna as relações mais frágeis, na medida em que, o que os regula é a satisfação pessoal de seus membros. O compromisso com a relação é condicional e a relação vai se manter enquanto for prazerosa aos indivíduos.

Em suma, as relações na contemporaneidade são constituídas em torno dos indivíduos e da construção de suas identidades. Esse compromisso não é, na maioria das vezes, explícito, mas é validado por representações sociais de relacionamentos amorosos e conjugais, que são difundidos, sobretudo, nas classes médias urbanas (Velho, 1983), população essa que pretendo investigar em meu estudo. Os trabalhos sobre as camadas médias da sociedade têm insistido que o domínio dos valores relativos à família mostra significativas alterações não só pela transformação dos próprios modelos familiares como pela menor valorização relativa do papel que a família extensa desempenha para os sujeitos.

CAPÍTULO 2

CONJUGALIDADE: A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO

2.1) A construção de uma realidade comum

Esse estudo ancora-se nas idéias contidas na premissa da construção social da realidade, como se pode depreender das interpretações que se apoiam no interacionismo simbólico e na fenomenologia social (Schutz, 1979; Hewitt, 1976; Berger e Luckman, 1966). Tais linhas de argumentação estão presentes na etnografia da vida a dois a sustentar a idéia de que a interação de natureza intersubjetiva atua no sentido da definição, negociação e alteração dos significados que os atores concedem a situações sociais.

Autores clássicos da sociologia, de Marx a Durkheim, passando por Weber e Simmel, possuem concepções particulares sobre a articulação passível de ser concebida entre os níveis micro e macrosociológicos. Segundo Hewitt (1976), existem muitas correntes sociológicas que se aproximam de uma psicologia social com orientação microsociológica, tais quais o interacionismo simbólico e a fenomenologia social - que lida diretamente com os sentidos ou significados das ações humanas e com o próprio ator, buscando a sua essência, enfatizando a multiplicidade das realidades sociais e também sua irredutibilidade, apontando para o caráter interacional da atribuição de significados às ações sociais.

Hewitt (1976) – representante do interacionismo simbólico – apresentou o interacionismo simbólico como tendo a tarefa principal de:

“explicar a atual formação da conduta na interação social, enfatizando o significado e argumentando que as pessoas agem na base dos significados que elas constroem na interação social.” (p.26)

Hewitt apresentou alguns pressupostos teóricos fundamentais do interacionismo simbólico:

- 1) A conduta humana é social e não pode ser explicada meramente como o resultado de esforços individuais: a tarefa do interacionismo simbólico foi tentar dar conta da formação e variedade das condutas sociais humanas.
- 2) A conduta humana depende da criação e da manutenção do significado/sentido/valor: significados e ação são duas faces de uma mesma moeda, variáveis e emergentes; surgem e são transformados pelas pessoas nas situações específicas em que elas vivem.
- 3) A conduta humana é auto-referida: o ser humano individual é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de sua experiência.
- 4) As pessoas formam, criam o comportamento ao agirem umas com as outras: nossas ações, na maior parte do tempo, estão coordenadas com interações e ações de outros indivíduos, elas são parte de uma “novela” que atribui papéis diferentes a situações diferentes que se modificam à medida que são “atuados”, também diferencialmente.
- 5) A sociedade e a cultura moldam e constroem a ação, mas são também produtos da mesma: nascemos numa sociedade que preexiste a nós – hábitos, costumes, linguagem -, estamos cercados por pessoas que nos definem a realidade, mostram o mundo, os objetos, mas não precisamos, necessariamente, reproduzir o mundo como ele nos é apresentado.

Berger e Luckmann (1966) assinalaram que o homem vive numa realidade socialmente construída e que essa construção social é interiorizada para promover a sua sobrevivência mesmo sem o mais adequado preparo biológico. A socialização é um processo ontogenético através do qual o mundo social passa a ser assimilado. Esses autores estabelecem também uma distinção entre dois processos de socialização: primária e secundária.

Segundo estes autores, o processo de socialização primária é aquele ao qual o sujeito é submetido na infância, tornando-se um membro da sociedade. Postulam ainda algumas características deste nível de socialização:

- 1) É inevitável e inescapável, na medida em que o sujeito não escolhe os responsáveis pelo seu processo de socialização, através da ligação com os “outros significativos” (pais, avós, parentes próximos).
- 2) É irrelativizável, pois os diversos aspectos da realidade objetiva e subjetiva são “filtrados” pelos agentes socializadores que fornecem ao socializado uma versão integrada e coerente com o seu sistema simbólico.
- 3) Ocorre num contexto de fortes laços afetivos, na medida em que a internalização, pelo socializado, do sistema simbólico de seus agentes socializadores só se dá quando o socializado se identifica com os seus “outros significativos”.

Os autores argumentam ainda que o mundo internalizado durante a socialização primária é muito mais persistente e resistente à erradicação do que os mundos internalizados em socializações posteriores.

Segundo Nicolaci-da-Costa (1987), durante o processo de socialização primária, o sujeito internaliza uma certa inserção no social, apreendendo como o social é estruturado, como os adultos que o rodeiam se inserem nessa estrutura e como a reproduzem. O sujeito internaliza uma versão de identidades e papéis sexuais, da constituição familiar, do casamento, da possibilidade ou impossibilidade do descasamento, etc... Com esta leitura inicial, que possibilita ao sujeito uma apreensão de sua sociedade, ele torna-se um membro da mesma.

A autora aponta ainda que essa realidade internalizada durante a socialização primária define não somente a inserção social do sujeito no presente como também no futuro. Seu argumento é que, ao fornecer um roteiro para uma primeira inserção no social, este sistema simbólico também gera, no socializado, expectativas ou representações de sua futura inserção na sociedade (marido ou mulher, profissional ou dona-de-casa, pai ou mãe). A realidade internalizada durante o processo de socialização primária fornece ao socializado definições dos papéis sociais que pode assumir tanto na infância quanto na vida adulta.

O processo de socialização secundária relaciona-se com a interiorização do mundo institucional, aquisição de conhecimentos, funções e papéis específicos, e, é posterior ao processo de socialização primária no tempo e em grau de significação para o sujeito, não pressupondo altos graus de identificação com os agentes socializadores, sendo a realidade internalizada através dos mesmos resistente à erradicação. O processo de socialização secundária terá como esteio o processo de socialização primária.

Vários autores da sociologia da família (Berger e Kellner, 1964; Bawin-Legros, 1987; Singly, 1993; Willi, 1995) afirmam que a formação da conjugalidade é um processo de construção de uma realidade comum. A vida

a dois provoca uma resignificação da realidade individual de cada parceiro, cria referências comuns e estabelece uma “identidade conjugal” (o “nós psíquico”, na terminologia de Vilhena, 1988). Esse processo transforma a relação do casal, as identidades pessoais e os valores individuais. Assim, pretendo considerar a formação da conjugalidade em seus aspectos de construções comuns e reconstruções individuais.

No aspecto de construções comuns, Willi (1990) ressalta que:

“quando duas pessoas decidem que daí em diante vão viver juntas, cada qual deve se modificar internamente e se organizar. Esta é a condição para poderem orientar suas forças de modo a alcançar da melhor forma e o mais economicamente possível seus objetivos.” (p.39)

Willi concorda com Berger e Kellner (1964) ao afirmar que a relação conjugal se estabelece a partir das trocas verbais entre os parceiros, nas quais são criadas estruturas comuns que adaptam a realidade individual de cada um a realidade compartilhada da vida a dois.

Ainda segundo Willi, aspectos como liberdade e opções individuais ficam reduzidos, os parceiros passam a ter uma vida compartilhada e muitos aspectos têm que ser negociados. Os parceiros se comprometem numa história comum, onde cada um é, efetivamente, afetado pelo comportamento do outro. O comportamento e o bem-estar de um não se desenvolve mais independente do outro. Para elaborar um mundo comum o casal precisa negociar junto certas estruturas. Eles formam um verdadeiro sistema de vasos comunicantes, em que qualquer modificação em um deles reflete sobre o outro (Almeida Prado, 1996). Cada definição do cônjuge sobre a realidade deve ser continuamente correlacionada com as definições do outro, que passa a estar presente em praticamente todos os horizontes da conduta cotidiana.

Quando se pensa sobre o casal, ainda em termos genéricos, é comum evocar-se uma idéia associada à dimensão afetiva que preserva um homem e uma mulher unidos. O compromisso entre ambos é mais ou menos duradouro, freqüentemente com vistas à geração de filhos e à formação de nova família nuclear.

O estabelecimento de um vínculo afetivo sofre influências das histórias de vida e das características psicológicas de cada um dos parceiros. Mas, antes mesmo da formação desse vínculo afetivo, há um acordo no que se refere ao contrato não escrito do casamento, como apontam Pincus e Dare (1978):

“Eu tentarei ser algumas das coisas mais importantes que você quer de mim, ainda que algumas delas sejam impossíveis, contraditórias e loucas, desde que você seja para mim algumas das coisas impossíveis, contraditórias e loucas que eu quero que você seja. Não precisamos contar um ao outro o que estas coisas são, mas ficaremos zangados, aborrecidos ou deprimidos se não formos fiéis a isso” (p. 40).

Esse vínculo é enriquecido pela história conjunta do casal, a partir da sua formação. A estruturação do vínculo ocorre em um ou mais contextos familiares, de onde cada cônjuge provém e aonde o futuro casal irá inserir-se enquanto unidade social, depois de acertado o contrato de relacionamento e eventual casamento. A consecução desse processo demanda o cumprimento de exigências mínimas a serem negociadas pelos futuros parceiros.

Heilborn (1992), em tese pioneira sobre a experiência da conjugalidade em contextos igualitários, define conjugalidade como:

“uma relação social que se institui em um par, um núcleo de trocas afetivo-sexuais e um determinado arranjo da vida cotidiana”. (p.226)

Essa relação social condensa ainda um “estilo de vida”, que se funda em uma experiência mútua e compartilhada e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano. A autora designou por “ritual de abertura da relação” o testemunho da disponibilidade entre os parceiros para se elegerem enquanto “outros significativos” (Berger & Kellner, 1964). A condição de possibilidade da relação é o atestado de que o outro realmente “importa”. Assim, constroem-se modos particulares de se olhar, tocar e falar: áreas comuns de interesses começam a ser traçadas – música, cinema, viagens, esportes, problemas comuns de família, interesses intelectuais.

A relação inicia-se com a criação de um território mútuo onde começam a ser compartilhadas experiências que valorizem a confiança, principalmente pela troca de informações de um sobre o outro. Criam-se códigos comuns ao casal: um certo tipo de olhar, sorriso ou careta, determinada roupa, perfume ou música, forma específica de falar para identificar ou chamar o outro. Tais códigos começam apontar para uma cumplicidade, necessária na formação e manutenção do casal. Delimitam-se ainda campos comuns, como por exemplo, lugares a frequentar, lazer e seleção de amigos, que não ameacem a vida a dois e neutralizem episódios de fragilidade da relação conjugal (Berger & Kellner, 1964).

É freqüente também perceber uma linguagem íntima, construída especialmente para o casal. Essa linguagem inclui apelidos (*“gordo”, D., 40, executiva; “neném”, J., 37, engenheiro; “baixinha”, A., 36, economista*)¹, comunicações cifradas, acontecimentos e situações vistos como referências na história do casal, mostrando a necessidade de manter uma memória compartilhada (lembranças, objetos, fotos).

¹ Os apelidos provieram do estudo de campo descrito detalhadamente no Capítulo 3.

Assim, a relação está apta a tornar-se mais densa, exigindo dos cônjuges mais tempo, interesse, motivação e investimento. Inicia-se o processo mútuo de “modelação”, onde esquemas de interpretação a dois são (re)construídos. Nas entrevistas realizadas, constatee alguns desses esquemas de modelagem: “quando ela falava ‘vamos conversar’, já sabia que aí vinha coisa”, A., 35, *personal trainer/empresário*; “se ela coçava muito a cabeça, sabia que tava nervosa”, N., 49, *engenheiro*; “quando ele demorava muito no banho, algo de grave na empresa tinha acontecido”, D., 40, *executiva*². Isto deve-se à tentativa de tornar estável e previsível a reação do cônjuge.

A tipificação de condutas e as leituras sobre o mundo realizadas pelo casal podem ser aproximadas ao que Goffman (1975) descreve como “performance”.

“Trata-se de um conjunto de sinais que tende a se institucionalizar, respondendo em termos estereotipadamente abstratos às mais diversas expectativas” (p. 66)

Assim, o modo de reação a determinadas situações por parte de cada cônjuge tende a representar uma confirmação sobre os termos do acordo conjugal. A “performance” garante um significado de maneira quase automática (Goffman, 1975). Isso se torna mais visível quando está em curso um processo de separação conjugal, onde os gestos comuns do cotidiano passam a ser sistematicamente negados como a dar indícios e manifestações de descontentamento, uma das categorias de análise dessa pesquisa.

Segundo Martuscello (1992), problemas que a princípio podem ser apenas de um cônjuge, dependendo de como o outro os aborde e os maneje, passarão a ser dos dois. O cônjuge é eleito para acompanhar momentos de felicidade,

² Os depoimentos provieram do mesmo estudo de campo.

lazer, fraqueza e dificuldades. Cada um vai aceitar ou não no outro algo que o incomoda e vai se servir de recursos variáveis – eficientes ou ineficientes – para tentar corrigi-lo. Cada um vai ter no outro uma pessoa única, formando um par também único, nunca igual ao que seria formado se apenas um dos componentes do par fosse mudado.

“Cada par estabelece, portanto, um padrão próprio de comportamento e relacionamento afetivo, que engloba desde as características individuais de seus componentes, suas facilidades e dificuldades para a relação, até os modelos ou esteriótipos comunicacionais que eles, juntos, estabelecerão entre si. E que ficarão sendo a ‘marca registrada’ do casal”. (p.67)

Segundo Berger e Kellner (1964), o casamento é visto como um arranjo social, que cria para o indivíduo um conjunto de ordens e regras, no qual ele pode experimentar sua vida como dotada de sentido. A intenção dos autores não é a discussão sob uma perspectiva macrosocial, lidando com o casamento enquanto instituição social, e sim uma perspectiva microsocia, lidando com o processo social que constrói, mantém e modifica a realidade dos indivíduos. Estes autores definem o casamento como:

“um ato dramático no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram e se redefinem eles próprios.” (p.5)

Segundo eles, o casamento provoca uma redefinição da realidade dos indivíduos, onde os parceiros devem ajustar as suas realidades pessoais a realidade comum do casamento. O casamento inaugura um novo processo de significação da realidade (“um ato dramático”), onde há uma redefinição das relações de cada um com o mundo e consigo mesmo. Os cônjuges passam a

ser convidados para os eventos enquanto casal, o correio passa a ser endereçado a ambos e são rapidamente incorporados ao mundo social daqueles que vivem com parceiros, fortalecendo suas novas definições de si mesmos e do mundo, evitando aqueles que enfraquecem essa definição. As representações que cada um tem da sua realidade e de si mesmo vão sendo transformadas através da “conversação” com o parceiro, um processo contínuo, “*da cama para a mesa*”, de colocar em ordem as experiências vividas e de significá-las. Através das trocas verbais com o cônjuge, cada parceiro vai ajustando suas concepções comuns ao casal. Iniciam-se as “releituras do passado” (Matos, 2000), das outras relações, da vida anterior de solteiro, cujo objetivo é a integração do outro na própria história de vida (atual), a consolidação e manutenção da relação. É um processo onde o casal constrói, mantém e modifica a realidade de cada um de seus membros.

Os cônjuges iniciam a construção de um mundo comum. Adquirem amigos, bens e memórias em comum, formando um futuro comum, construindo uma conjugalidade, uma “identidade conjugal” - na terminologia de Féres-Carneiro (1998), um “nós conjugal” - na terminologia de Ferro Bucher (1996), uma “pele comum” - na terminologia de Anzieu (1974), que os faz perceber como uma unidade - um “nós psíquico” onde se apóiam os ideais e projetos comuns (Vilhena, 1988a).

“Assim, se constitui um nós psíquico, da mesma forma que esta parceria vai se perpetuando, configurando um sentimento de igualdade na identidade do casal.” (Vilhena, 1988a, p.7)

Segundo Berger e Kellner (1964), o indivíduo casado, tendo agora estabilizada sua imagem, terá de projetar o futuro de acordo com a identidade

do casal, que é reafirmada constantemente, não apenas pelos atos e palavras dos outros, mas também pela forma como estes chegam a ver a relação como algo estabelecido. Filhos, amigos, parentes, todos têm a sua própria participação, reforçando a estrutura dessa nova realidade. Os filhos são mais importantes, sendo sua existência uma consequência do mundo marital. Essa confirmação pública contínua dá-lhes um lugar estável no mundo social e valida sua identidade. Os autores ainda afirmam que essa validação requer uma interação com os outros que ocupam o mesmo espaço social, ou que coabitam o mesmo mundo. Essa validação, ou seja, a plausibilidade e a estabilidade do mundo tal como foi socialmente definido, está relacionada com a força e com a continuidade das relações significativas.

Menahen (1988) postula que o casamento cria um novo universo de referências para os cônjuges e essas novas significações vão criar uma “micro-cultura familiar”, isto é, um sistema de representações que são estabelecidas a partir de um consenso entre os cônjuges. Nesse consenso, acordos e compromissos são conversados e integrados. A criação dessa “micro-cultura familiar” tem o objetivo de estimular o casal para a realização de projetos que consolidem a união, fornecendo representações comuns e justificando suas mobilizações em torno dos projetos conjugais. É claro que os princípios da “micro-cultura familiar” não são apropriados pelos cônjuges da mesma maneira, mas cada um deles se disponibiliza para a realização desses projetos comuns, mesmo que atribuam a estes significados diferentes. A manutenção do consenso, presente na “micro-cultura familiar” coexiste com uma certa flexibilidade e muitos pontos são transformados ao longo do percurso conjugal.

2.2) Conjugalidade e Individualidade: um difícil convívio

O grande embaraço do casal igualitário contemporâneo é estabelecer o equilíbrio entre a unidade, que cerceia os indivíduos, e a preservação do senso de individualidade. Constituindo uma relação investida de sentido de completude, o casal absorve um modelo forte e intenso de vivência conjugal. Salem (1989) anuncia:

“Converte-se em uma unidade tão carregada de sentimentos e expectativas que não é de todo surpreendente que nela seja alta a probabilidade de implosão”. (p. 234)

Féres-Carneiro (1998) aponta que todo o fascínio e dificuldade de ser casal reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, isto é, de o casal conter dois indivíduos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, uma “identidade conjugal”. O dilema maior seria: como ser dois sendo um ou como ser um sendo dois ?

Segundo Caillé (1991), na lógica do casamento contemporâneo, um e um são três. Para o autor, cada casal cria seu modelo único de ser casal, que ele chama de “absoluto do casal”, que define a existência conjugal e determina seus limites. A sua definição de casal, contém portanto os dois cônjuges e seu “modelo único”, seu absoluto. Vale ressaltar aqui que, isto a que o autor

chama de “absoluto do casal” é o que na literatura sobre casamento e terapia de casal é designado, de um modo geral, como conjugalidade.

José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura, em seu romance “Todos os nomes” (1997) compartilha também dessa idéia. O autor escreve:

“Quantas são as pessoas que existem num casamento, duas, o homem e a mulher, não senhor, no casamento existem três pessoas, há a mulher, há o homem, e há o que chamo a terceira pessoa, a mais importante, a pessoa que é constituída pelo homem e pela mulher juntos. Nunca tinha pensado nisso. Se um dos dois comete adultério, por exemplo, o mais ofendido, o que recebe o golpe mais fundo, por muito incrível que isto lhe pareça, não é o outro, mas esse outro que é o casal, não é o um, mas o dois”. (p.63-64)

A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Segundo Singly (1993), os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Porém, é notório que constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de uma interação, de uma “identidade conjugal” (Féres-Carneiro, 1998). Assim, o casal contemporâneo é confrontado o tempo todo por duas forças paradoxais a que a autora chama de “o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade” (p. 383). A “identidade conjugal”, apesar de ter sido constituída pelas interações mútuas dos parceiros, torna-se uma entidade qualitativamente diferentes dos indivíduos que a compõe.

Segundo Kaufmann (1988), o individual e o conjugal se misturam, onde o “eu” e o “nós” estão sempre ligados na recomposição cotidiana do

conjugal – muitas vezes levando ao paradoxo: entre a angústia de se perder e o medo de perder o outro. Alguns só se constituem e vivem como “nós”. Outros, não podem jamais se engajar em uma relação mais profunda da qual têm medo; não poderão sobreviver sem manter uma total distância do parceiro, tal é o medo de se perder no outro (Vilhena, 1991). E, nas situações de insatisfação ou de conflitos, provocadas por necessidade de ajustes entre os membros do casal ou por interpretações diferentes de acontecimentos externos, a qualidade do individual se torna presente, explicitando imagens e pensamentos que estão dissonantes com a “unificação” do casal.

Ferro-Bucher (1996) ressalta que o ciclo vital do casamento inicia-se com a formação do vínculo conjugal, denominado pela autora de “nós conjugal”, isto é, a relação eu-tu do casal. Concomitantemente a esse “nós conjugal”, há dois “eus”, ou seja, duas individualidades que se estruturam ao longo do processo de desenvolvimento pessoal e que dinamicamente, com a experiência do “nós conjugal”, continuam seu processo de maturação. A primeira dificuldade apresentada pela autora é como o vínculo, ou o “nós conjugal”, pode ser mantido respeitando as individualidades, isto é, respeitando o “eu” do marido e o “eu” da esposa. Essa questão ronda um grande número de casais em determinados momentos da vida conjugal, tornando-se um dos motivos para as separações conjugais.

O casal também pode ser transformador e propiciar o desenvolvimento e o crescimento individual. O casal modifica os indivíduos envolvidos na relação ao criar um espaço comum de interação que pode sustentar o amadurecimento individual. A relação estabelecida entre os parceiros pode tanto propiciar o seu desenvolvimento individual, através de uma vivência complementar, quanto estagnar cada um deles numa posição rígida, que é utilizada como meio de não desestruturar suas identidades pessoais.

Kaufmann (1988) afirma ainda que o conjugal e o individual se articulam, se confundem, mas a qualidade do individual será sempre um componente desestruturante da unidade conjugal. Nesse sentido, segundo o autor, a unidade conjugal é relativa e provisória, sujeita a construções e desconstruções constantes. A construção da conjugalidade demanda estruturas comuns, mas estas não se desenvolvem fora das esferas da individualidade.

Porém, como vimos anteriormente, as relações conjugais contemporâneas são marcadas pela difusão de princípios que buscam construir um relacionamento apoiado em ideais individualistas-igualitários. Esses ideais postulam que a relação conjugal deve preservar a individualidade dos parceiros, não cercear desejos e necessidades individuais, apoiar o desenvolvimento de cada um e, ainda, ser capaz de conciliar os projetos comuns e as necessidades próprias do casal. Sendo assim, os casais contemporâneos são constantemente confrontados em seus relacionamentos com duas forças opostas: os ideais individualistas que estimulam a autonomia do indivíduo e enfatizam que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada cônjuge; e, a necessidade de formação de uma realidade comum, que é condição primordial para que o casal possa compartilhar idéias, sentimentos, experiências e projetos.

A constituição da conjugalidade é um processo que exige a construção de estruturas comuns ao casal. Por outro lado, os ideais que embasam os relacionamentos contemporâneos apontam para uma maior valorização da individualidade e da autonomia de cada parceiro em relação à díade conjugal. O desafio de tentar conciliar essas tendências opostas dá ao relacionamento conjugal contemporâneo uma dinâmica peculiar. Deve-se valorizar a singularização dos parceiros e as exigências de uma vida compartilhada,

buscando um equilíbrio entre individualidade e conjugalidade e, conservando espaços para o desenvolvimento dos indivíduos e do casal.

Em relação à identidade social de casal, parto aqui da premissa que ela é situacional. Se de um lado, é a esfera interna que incentiva a unidade da díade, de outro lado, é a dimensão externa, ao representar sua face pública, que reforça substancialmente a identidade de casal.

2.3) A desconstrução de uma realidade comum

Segundo Berger e Kellner (1964), o casamento é para os cônjuges a principal área de auto-realização social e a base dos relacionamentos na esfera privada. O número considerável de separações conjugais na sociedade contemporânea poderia, à primeira vista, parecer então um contra-argumento ao trabalho desenvolvido pelos autores acima, porém esses mesmos autores argumentam que os indivíduos se divorciam não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às expectativas. E assim, quase sempre, os divorciados buscam o recasamento.

Jablonski (1991), citando algumas previsões do National Center for Health Statistics, de 1988, revela que nos Estados Unidos 20% dos casais vão se separar em até cinco anos de união. Em dez anos, a proporção sobe para cerca de 33%, e chega a mais de 40%, após 15 anos de casamento.

De acordo com dados do IBGE e projeções estatísticas da Fundação Seade, em 2000 houve 112 000 divórcios no Brasil. Quando esse número é somado ao número de separações judiciais concedidas anualmente, cerca de

93 500, obtém-se uma dimensão do total de casamentos encerrados nos tribunais: 205 800 num ano. As cifras permitem também concluir que, de cada 100 uniões oficiais no Brasil, nada menos que 28 encerraram-se com a chancela da Justiça em 2000. Em 1984, eram apenas dez em 100.

Enquanto casar no civil é fácil, descasar pode ser muito complicado. Para consagrar a união juridicamente, basta seguir a burocracia de reunir a papelada, aguardar a publicação do edital, juntar as testemunhas e comparecer diante do juiz no cartório. Para desfazer a união, exige-se mais formalidade, já que a lei procura proteger os interesses dos envolvidos, filhos aí incluídos. Como o casamento civil é um tipo de contrato, para sua dissolução é necessário entrar com processo em um tribunal. Pode ser o de separação judicial – o antigo desquite –, como acontece em geral numa primeira etapa, ou o de divórcio, em caráter definitivo.

Segundo Gevaerd (1996), a grande maioria das ocorrências é de “separação consensual” ou “amigável”, que só pode ser feita depois de dois anos de união com papel passado. O casal se dirige ao fórum com um advogado, o juiz faz uma tentativa de reconciliação, em geral um mero gesto formal, dando a decisão na hora, caso os papéis estejam em ordem. Nessa audiência, fixam-se em detalhes as condições para a separação (pensão alimentícia, guarda dos filhos e sobrenome). Ambos saem dali com a certidão na mão.

Os casos de “separação litigiosa” são, ao contrário, turbulentos. Um dos cônjuges entra com uma ação, por meio de um advogado, tem de aprontar as causas da separação e provar a culpa do outro no fracasso do casamento. Trata-se de um “vale-tudo” que costuma expor o que foi a intimidade do casal, especialmente seu lado negativo: agressões físicas, adultério, abuso de drogas, alcoolismo, impotência ou frigidez, desinteresse sexual pelo outro,

homossexualidade, descuido na criação dos filhos. Pela lei, não é preciso esperar o prazo de dois anos. O processo pode começar até mesmo no dia seguinte ao do casamento. Ao tentar provar na Justiça a culpa do outro, o cônjuge na verdade visa a obter conseqüências bem práticas. Ainda segundo Gevaerd, a mais importante entre elas, quando a iniciativa é da mulher, consiste em conquistar o direito a uma pensão alimentícia mensal. No caso do homem, dá-se o inverso – procura mostrar que a culpa da parceira o exime de pagar pensão.

Nos tribunais, a estratégia é enfraquecer a posição adversária para arrancar um acordo mais favorável, antecipando-se à decisão do juiz. Os advogados podem apresentar provas, valendo-se de testemunhas ou perícias de contabilidade, e requisitar diligências ao Banco Central ou à Receita Federal a fim de conferir o patrimônio do cônjuge. O tempo de duração do processo costuma variar conforme o valor da pensão exigida ou o tamanho do patrimônio em disputa. Em geral, na primeira audiência de conciliação, marcada pelo juiz e realizada poucas semanas depois da abertura do processo, a disposição mútua é não fazer acordo. Depois, as posições amadurecem e caminha-se para uma composição. Quando não há acerto, um dos cônjuges pode decidir ir em frente, com recursos que vão parar no Tribunal de Justiça, uma instância estadual, e até no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, com duração de quatro a oito anos. Segundo Gevaerd, dois anos de batalha nos tribunais exaurem as energias do casal, que marcha então para um acordo definitivo.

Nos países anglo-saxões, especialmente nos Estados Unidos, já existe uma vasta literatura especializada sobre separação conjugal, o que não ocorre ainda no Brasil, onde pouco se escreveu sobre o assunto. Essa lacuna pode ser justificada pelo fato de que a lei do divórcio é de adoção muito recente aqui e,

antes disso, os casos de separação eram vividos na maioria das vezes como lacerações da organização social, como graves culpas que cumpria apagar ou esconder. Porém, os estudos realizados sobre separação conjugal, tanto na literatura internacional, quanto na literatura nacional, abordam principalmente as causas e as conseqüências do divórcio ou o desenvolvimento teórico e prático das terapias de casais e famílias. Jablonski (1991), numa revisão histórica da instituição do casamento e de suas vicissitudes no decorrer dos séculos, estabeleceu as possíveis causas para o problema da crescente fragilidade do vínculo matrimonial em nossa época. Formula o conceito de “fam-ilha”, versão contemporânea da família tradicional, ou seja, uma ilha regida pela ideologia que privilegia o individualismo, onde vigoram demandas paradoxais.

“a impossibilidade de conviver com demandas tão antagônicas, impostas pela própria sociedade: monogamia versus permissividade, permanência versus apelo ao novo, vida em família versus incentivo à realização pessoal.” (p. 48)

Numa pesquisa com 400 sujeitos de classe média, homens e mulheres, sobre atitudes e comportamentos relacionados ao casamento, Jablonski (1991) constatou, por ordem decrescente de importância, os maiores empecilhos para uma separação: filhos, falta de coragem, medo do sofrimento, medo da solidão, sentimento de culpa, pressões familiares, sociais e religiosas e medo da pobreza. Filhos são indubitavelmente o maior obstáculo para uma eventual separação, colocados bem acima de todos os outros fatores, em termos de importância. Em torno dos filhos, gira a maior carga de temores e sentimentos de culpa: questões como “que imagem vão guardar de nós?”, “como é que eles

vão nos julgar ?” e “que repercussões terá em suas vidas o trauma de nos ver separados ?” permeiam o imaginário dos separados. Mas a diferença que Jablonski pinça para exemplificar e comprovar a existência de um espírito mais individualista, característico do nosso tempo, é a de que os motivos mais “sociais” se mostraram de pouca importância. Ou seja, as pressões familiares e religiosas e mesmo os motivos sociais ocuparam os últimos lugares, quando comparados à categoria de motivos de “foro íntimo”, isto é, aqueles que dizem respeito a decisões mais psicológicas e subjetivas: medo da solidão, sofrimento e sentimento de culpa. Há uma priorização com a própria felicidade em nível bem superior aos cuidados até então prestados e dedicados à formação de relações estáveis e de compromissos para com as famílias de ambos os cônjuges e também para a comunidade.

Nos Estados Unidos, em 1968, no apogeu da revolução do divórcio, pesquisadores da Universidade de São Francisco, Califórnia, perguntaram a um grupo de 2360 mulheres se elas concordavam ou discordavam com a seguinte afirmativa:

“quando se têm crianças na família, os pais deveriam permanecer juntos mesmo não convivendo bem entre si”. (Thornton, A., 1989, p.880)

As opiniões foram bem divididas sendo que 51% das mulheres entrevistadas discordaram da afirmativa. Em 1978, quando os pesquisadores colocaram novamente a mesma questão para o mesmo número de mulheres, 84% delas discordaram. No curso desses dez anos, as mulheres americanas que estavam com opiniões divididas passaram a ter um certo consenso de que num casamento infeliz, os pais não devem permanecer juntos “pela saúde das crianças”. Nessa mesma época Ann Landers, uma das mais famosas

conselheira sentimentais dos Estados Unidos, também mudou sua opinião em relação ao divórcio e suas conseqüências para as crianças. Em 1957, ela desafiava os seus leitores a achar uma única coluna sequer escrita por ela onde ela sugeriria o divórcio. Em 1976, porém ela escreveu:

“Eu não acredito mais que casamento signifique para sempre – nem quem tenha filhos pequenos deve permanecer num casamento infeliz”.
(p.22)

Segundo Thornton (1989), o divórcio pode beneficiar as crianças da mesma forma que pode beneficiar os cônjuges, já que as crianças podem ter ganhos psicológicos e obter vantagens com o divórcio. Gettleman and Markowitz (1974) enfatizam os benefícios do divórcio para as crianças, afirmando que, por causa da natureza da própria experiência do divórcio, essas crianças podem ter vantagens e oportunidades particulares, tais quais: “liberdade quando adulto em decidir se deve casar e quando” e “sair de uma excessiva dependência dos pais biológicos”. As autoras citam dois depoimentos positivos de quando duas mães distintas anunciaram que iam se separar dos pais das crianças:

“Crianças, eu tenho boas notícias para todos nós. A partir de agora, haverá mais felicidade dentro dessa casa”. (p. 104) “Graças a Deus, acabou-se. Agora não precisamos mais pisar em ovos”. (p. 105)

As autoras ainda sugerem que o divórcio poderá resultar num melhor relacionamento entre as crianças e o cônjuge que não mora mais com elas. Não que os cônjuges divorciados prestem mais atenção nas crianças do que os

cônjuges de um casamento infeliz. Porém, as autoras acreditam que os pais divorciados têm visitas privilegiadas que fornecem um número seguido de horas que não serão interrompidas nas quais pai e filho podem ficar a sós, na intimidade, dividindo pensamentos, sentimentos e experiências. Elas ainda vêem uma vantagem social quanto à instituição do divórcio:

“Futuras gerações de mulheres não precisarão mais passar pela humilhação de ter que dar suas almas a homens que elas não amam e que também não as amam. Homens podem ficar livres do que é sempre um oneroso e injusto fardo, e esperamos que as crianças deixem de ser ‘joguetes’ na luta entre os pais em relação a dinheiro... (p. 220)

Dois outros importantes livros sobre divórcio “Creative divorce: a new opportunity for personal growth” (Krantzler, 1973) e “Divorce in America: marriage in an age of possibility” (Epstein, 1974) oferecem também um similar otimismo sobre o impacto do divórcio nas crianças. No primeiro, Krantzler, psicoterapeuta de família, afirma que o divórcio pode fazer com que as crianças sejam mais sensíveis e tolerantes com os outros. Segundo o autor, a despeito do caos que o divórcio traz, junto com ele também vêm:

“mais cooperação e respeito, além de mais atenção tanto com as diferenças quanto com as similaridades. (p.211)

Segundo Epstein (1974), também psicoterapeuta de família, o divórcio fornece:

“uma ambígua e expansiva experiência que conduz a criança num melhor ajuste dentro de uma sociedade que também é altamente ambígua e expansiva”. (p.256)

A linha de argumento de ambos os autores sugere que pais que brigam, que se evitam ou que encontraram um equilíbrio de vida extremamente formal e frio funcionam como exemplo negativo, fazendo de seus filhos pessoas fechadas, desconfiadas e inseguras. Sugere ainda que os benefícios psicológicos do divórcio não são diretos, e sim indiretos, porém pouco informam o que realmente estava acontecendo com as crianças na época em que elas estavam vivenciando o divórcio de seus pais. A partir dos anos 80, os terapeutas começaram também a publicar resultados de suas pesquisas no tratamento com as crianças do divórcio.

Wallerstein e Blakeslee (1989) publicaram os resultados de um estudo longitudinal de quinze anos com sessenta famílias de classe média que passavam pelo divórcio e suas cento e trinta e uma crianças. Os sujeitos foram primeiro entrevistados em 1971, enquanto eles estavam passando pelo divórcio, e depois, dezoito meses, cinco e dez anos após o divórcio. O objetivo do estudo era explorar e rastrear as percepções e experiências de cada membro das famílias, particularmente das crianças, após o divórcio. O enfoque qualitativo desse estudo privilegiava a tentativa de compreender a complexidade e a variação endêmica do processo de divórcio, a longo prazo, do ponto de vista dos participantes. As crianças e seus pais eram vistos por clínicos que receberam treinamento em entrevista clínica semi-estruturada, obedecendo um roteiro padrão de áreas enfocadas. Foi dada uma ênfase maior à qualidade e às vicissitudes dos relacionamentos entre pais e entre pais e filhos, observações relativas a reações e atitudes nas crianças e às tensões, à

capacidade de lidar com os problemas e às habilidades de se recompor nos pais.

Em geral, esses estudos oferecem uma avaliação muito mais qualificada sobre o impacto do divórcio nas crianças, incluindo perda financeira, perda de laços com o pai e perda de outros recursos sociais. Os resultados também evidenciaram um quadro de uma espiral descendente na situação econômica da família após o divórcio, além de um ciclo de rupturas e perdas.

As autoras são bastante enfáticas e imperativas ao afirmar que o divórcio faz mal a crianças e jovens e que ser filho de um casal que se separou é um problema que nunca cessa de existir. Segundo elas:

“Casais que vivem numa situação conjugal morna deveriam considerar seriamente as possibilidades de continuar juntos pelo bem de seus filhos”. (p. 408)

Concluem ainda que a adolescência começa mais cedo para filhos de famílias que sofreram um processo de separação conjugal, já que boa parte das crianças passa a ocupar-se dos problemas da mãe e, algumas vezes, dos conflitos do pai.

“No caso das meninas, a iniciação sexual costuma ocorrer antes do recomendável. Os irmãos mais velhos tendem a cuidar dos mais novos, como se fossem adultos”. (p. 408)

As autoras ainda vão mais longe: afirmam que a maioria dos filhos do divórcio atribui à separação dos pais grande parte de seus insucessos nos relacionamentos; relatam que 35% dos entrevistados fizeram escolhas amorosas que resultaram em separação; apontam que cerca de 45% dos

entrevistados não conseguiram casar-se quando atingiram a idade adulta; e ainda concluem que existe um contingente enorme de homens e mulheres na faixa de 30 anos que, traumatizados com a experiência dos pais, vivem sozinhos – fugindo de compromissos ou com dificuldade em lidar com seus sentimentos e traduzi-los na construção de uma vida a dois.

Em um estudo pioneiro, o sociólogo Yongmin Sun, da Universidade de Ohio, comprovou os efeitos negativos sobre o aprendizado e o comportamento de adolescentes americanos pelo menos um ano antes do divórcio. O autor argumenta que o impacto da separação conjugal na vida dos filhos começa muito antes da ruptura entre marido e mulher. O levantamento abrangeu cerca de 10 088 estudantes, com faixa etária média de 16 anos, entrevistados em dois momentos. Num intervalo de dois anos, os pais de 798 deles se divorciaram. Sun (1999) examinou a diferença de comportamento antes e depois, em relação aos alunos cujas famílias se mantiveram estáveis. E concluiu:

“No período, houve queda nas notas de matemática e dificuldade de compreensão de texto, ao mesmo tempo que aumentaram os dias de ausência, o atraso no horário de chegada e o envolvimento com problemas disciplinares, incluindo brigas com os colegas”. (p. 371)

Bohannon (1970) estuda o divórcio, subdividindo-o em seis “estações” ou etapas: separação emocional, separação legal, separação econômica, custódia dos filhos, separação da comunidade e problemas de solidão e, finalmente, separação psíquica. Kaslow e Schwartz (1987), a partir da classificação anterior, descrevem os tipos de terapia indicados para cada uma dessas “estações”. Porém, segundo Rasmussen e Ferraro (1991), as pesquisas

que estudam o divórcio como um fenômeno independente, e não como um dano ao casamento, ainda são bastante escassas.

Embora a separação possa ser, às vezes, a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram capazes de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades, ela é sempre vivenciada como uma situação dolorosa e estressante. A separação provoca nos cônjuges sentimentos de fracasso, impotência e perda, havendo um luto a ser elaborado.

Vilhena (1991) aponta que, mais do que uma ferida no narcisismo, a separação afeta dolorosamente a objetividade do sujeito, colocando em risco sua própria identidade. A ruptura dessa unidade “casal”, na separação, aponta para a necessidade de uma reconstrução de um outro tipo de identidade, muitas vezes vivida pelo sujeito como algo que não pode ser sequer imaginado. A autora ainda observa a impossibilidade de grande parte de seus pacientes, que em suas vidas profissionais poderiam ser definidos como muito bem sucedidos e “autônomos”, de utilizar o pronome “eu” em relação a suas vidas afetivas. O “eu” surge com facilidade a uma situação profissional, porém nas outras áreas prevalece a linguagem do “nós” – forma de comunicação priorizada e em alguns casos, até mesmo “estruturante”.

“Em alguns casos a perda é vivida como tão mutiladora que não existe sequer a possibilidade de imaginar uma reconstrução (...) Estes pacientes nos falam da falta, não apenas do amor recebido simplesmente, mas do amor dado, do amor a dar, enfim, da capacidade de acreditar que possam voltar a se enamorar”. (p.5)

É notório que em situações de crise as perspectivas de futuro se perdem e/ou que muitas pessoas ao se separarem efetuam substituições de parceiro quase que imediatamente, o que segundo Vilhena (1991) aponta para uma

incapacidade de ficar só. Segundo a autora, o encontro de um novo parceiro não elimina a dor psíquica desta perda, e que muitas vezes torna-se insustentável a vivência de um luto e de uma situação de núpcias simultaneamente. Com a ruptura do “nós”, é como se o parceiro levasse consigo toda a possibilidade de uma vida amorosa. “Daqui para frente, só o vazio”, ressalta uma de suas pacientes. Não existe, nesse momento, a possibilidade de reconhecer como sendo sua esta possibilidade de investimento afetivo. O amor é um atributo do outro e a capacidade de apaixonar-se não pode ser reconhecida como algo de seu também – daí restar então “só o vazio”. A solidão pode representar uma possibilidade de ficar consigo mesmo ou uma incapacidade de tolerar a indiferença do outro, manifestando-se tanto no isolamento voluntário como na busca compulsiva de companhia.

Vilhena (1988b) ainda fala do “desamor”, esse afeto tão pouco enunciado na literatura de família e casal, ao contrário da paixão. Segundo a autora, o “desamor” envolve um intenso trabalho psíquico, uma paixão, que Ruffiot (1984) denomina de paixão do desamor.

“o desamor é uma paixão que se instala, uma reprise da loucura amorosa”. (p.139)

Ao contrário do que comumente se pensa, desapaixionar-se não é em absoluto voltar à serenidade ou quietude neutra de onde a paixão nos havia retirado. Pelo contrário, no “desamor”, encontramos muitas características da paixão amorosa, assim como a idealização e a ilusão.

Segundo Caruso (1981), o cônjuge que abandona pode conscientemente desejar as melhores coisas para o seu parceiro, suavizando suas próprias

culpas. Porém, a idéia aflitiva de que o parceiro possa estar feliz, independentemente dele, traz consigo a constatação de que ele, na verdade, nunca foi tudo para o outro, e assim, sofre uma ferida ao perceber que o parceiro encontra satisfações em situações não relacionadas a ele. Segundo Vilhena (1991), o desaparecimento na memória muitas vezes tem a equivalência de uma sentença de morte, uma vez que atinge o que era seu modelo de relação; não se trata, somente, de uma ferida no próprio ego mas, principalmente, em seu ideal amoroso.

Caruso (1981) ainda afirma que a separação é um problema de morte entre os vivos (*“Que outro nome se poderia dar a essa extinção, vivida tão corporalmente, na consciência do ser amado ? ”*) e aponta para duas grandes questões no processo de separação: o primeiro que permanece na consciência de quem o sofre é a *“vivência da morte em minha consciência”*, graças à separação; complementar a esse, existe um outro problema que é narcisisticamente mais doloroso para quem sofre: *a vivência da minha morte na consciência do outro*. E continua:

“a separação é um problema de morte entre os vivos. Há uma sentença de morte recíproca. Na medida que a condenação se cumpre na própria consciência e na consciência do outro, a sentença de morte do outro significa decretar a morte de si próprio. O outro morre dentro de mim e eu também morro na consciência do outro – e essa sensação será tanto mais intensa quanto mais possessivo for o amante que pede: “Não me esqueça, por favor”. Apesar de que eu ainda vivo em meu corpo, sou um cadáver no outro, naquele ser que me amou e a quem amei. Os dois seres não perderão a memória, é verdade; mas a ‘recordação’ que ainda persiste tornou-se uma pequena múmia”. (p. 20)

Na separação, segundo Vilhena (1988b), muitas vezes, a desesperança substitui a ilusão, ficando todos na busca daquilo que lhes pertence, mas que supõem que o parceiro lhes tenha roubado - como se o parceiro tivesse levado uma grande parte de nós mesmos que, em vão, tentamos adquirir.

A autora ressalta que muitas vezes se diz que a ilusão é o que se constrói sobre um engano e a esperança o que se edifica sobre uma realidade. Aponta assim que o intenso trabalho psíquico que envolve a separação está, justamente, na dificuldade de abrir mão da ilusão e, simultaneamente, manter a esperança.

Tom Jobim & Chico Buarque na canção “Eu te amo” (1980) enfatizam o sofrimento gerado pela dor da separação, ressaltando a fragilidade do cônjuge diante da possibilidade da perda do parceiro.

*Ah, se já perdemos a noção da hora
Se juntos já jogamos tudo fora
Me conta agora como hei de partir.*

*Se, ao te conhecer, dei pra sonhar,
fiz tantos desvarios
Rompi com o mundo, queimei meus navios
Me diz pra onde é que inda posso ir.*

*Se nós, nas travessuras das noites eternas
Já confundimos tanto as nossas pernas
Diz com que pernas eu devo seguir.*

*Se entornaste a nossa sorte pelo chão
Se na bagunça do teu coração
Meu sangue errou de veia e se perdeu.*

*Como, se na desordem do armário embutido
Meu paletó enlaça o teu vestido
E o meu sapato inda pisa no teu.*

*Como, se nos amamos feito dois pagãos
Teus seios inda estão nas minhas mãos
Me explica com que cara eu vou sair.*

*Não, acho que estás te fazendo de tonta
Te dei meus olhos pra tomares conta
Agora conta como hei de partir.*

(Tom Jobim & Chico Buarque, "Eu te amo", 1980)

A canção revela um cônjuge conflitado, consciente da perda da individualidade e angustiado diante da ameaça de separação entre os dois seres que se tornaram um só. A continuidade entre os cônjuges é reiterada em: "*Já confundimos tanto as nossas pernas*", "*Meu sangue errou de veia e se perdeu*", "*Meu paletó enlaça o teu vestido*" e "*E o meu sapato inda pisa no teu*".

Vale ressaltar ainda o medo da separação quando o cônjuge, atônito, em forma de apelo, reitera sempre o temor da descontinuidade: "*Me conta agora como hei de partir*", "*Me diz pra onde é que inda posso ir*", "*Diz com que pernas eu devo seguir*", "*Me explica com que cara eu vou sair*" e "*Agora conta como hei de partir*".

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CAMPO

3.1) Sujeitos:

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de acordo com alguns critérios básicos. Foram entrevistados 20 sujeitos, 10 mulheres e 10 homens, que tivessem sido casados por um tempo mínimo 3 anos (primeiro casamento), com o perfil sócio-econômico e cultural da classe média, moradores da zona sul do Rio de Janeiro, com idades entre 35 e 50 anos, separados há no mínimo 1 e no máximo 3 anos, com filho(s) desse casamento.

São elas:

- 1) T., 36 anos, psicóloga, casada durante 10 anos, separada há 3, com 1 filha de 12 anos. Mora em Ipanema desde que se casou. O ex-marido saiu de casa e atualmente mora em Brasília, cidade onde nasceu. A filha do casal passa as férias com o pai uma vez por ano.
- 2) F., 36 anos, publicitária, casada durante 3 anos, separada há 2, com 1 filha de 2 anos. Morava na Barra, saiu de casa com a filha e atualmente mora no Jardim Botânico.
- 3) M., 38 anos, psicóloga, casada durante 7 anos, separada há 2, com 1 filha de 2 anos. Morava em Ipanema e atualmente mora com os pais, também em Ipanema. O pai tem muito pouco contato com a filha, por opção dele mesmo.
- 4) V., 39 anos, professora de língua estrangeira, casada durante 5 anos, separada há 2 e meio, com 1 filha de 4 anos. Mora em Ipanema desde que se casou. O ex-marido saiu de casa e atualmente mora nos Estados Unidos. Eles perderam totalmente o contato.

- 5) R., 39 anos, bióloga, casada durante 10 anos, separada há 2, com 2 filhos de 17 e 15 anos. Mora em Copacabana. O ex-marido saiu de casa e atualmente mora na Ilha do Governador. O pai tem bastante contato com os dois filhos.
- 6) D., 40 anos, executiva, casada durante 7 anos, separada há 3, com 2 filhos de 5 e 4 anos. Mora na Gávea. O ex-marido saiu de casa e atualmente mora nos Estados Unidos. Os filhos já passaram duas férias nos Estados Unidos.
- 7) T., 41 anos, psicóloga, casada durante 15 anos, separada há 3, com 2 filhas de 16 e 14 anos. Mora numa casa na Iposeira. O ex-marido saiu de casa e mudou-se para São Paulo. O pai tem bastante contato com as duas filhas.
- 8) L., 43 anos, roteirista, casada durante 15 anos, separada há 3, com 1 filha de 16 anos. Morava no Flamengo e atualmente mora no Leblon. O pai tem pouco contato com a filha.
- 9) A., 48 anos, administradora, casada durante 28 anos, separada há 2, com 2 filhos de 25 e 23 anos. Morava em Ipanema, venderam o apartamento e atualmente mora com o filho de 25 anos no Leblon. O filho de 23 anos mora com o pai na Barra.
- 10) I., 49 anos, professora, casada durante 27 anos, separada há 1 ano e meio, com 2 filhos de 22 e 18 anos. Mora na Lagoa. O ex-marido saiu de casa e mantém contato com os dois filhos.

São eles:

- 1) A., 35 anos, personal trainer/empresário, casado durante 5 anos, separado há 3, com 1 filho de 5 anos. Morava em Copacabana, saiu

de casa e foi morar na casa dos pais, também em Copacabana. O pai vê o filho todos os dias.

- 2) M., 35 anos, empresário, casado durante 8 anos, separado há 1, com dois filhos de 8 e 7 anos. Morava na Lagoa, saiu de casa e continuou morando no mesmo bairro. O pai vê os filhos quase todos os dias e quando não se vêem, se telefonam.
- 3) A., 36 anos, economista, casado durante 4 anos, separado há 2 anos e meio, com 1 filha de 4 anos. Morava na Barra e atualmente mora em São Conrado. O pai vê a filha de quinze em quinze dias.
- 4) J., 37 anos, engenheiro, casado durante 5 anos, separado há 3, com 1 filho de 6 anos. Morava no Leblon, saiu de casa, mas continuou morando no mesmo bairro. O pai vê o filho quase todos os fins de semana.
- 5) R., 38 anos, engenheiro, casado durante 5 anos, separado há 2, com 1 filho de 4 anos. Morava no Leme e atualmente mora com os pais em Copacabana. O pai vê o filho de quinze em quinze dias.
- 6) E., 39 anos, corretor de valores, casado durante 10 anos, separado há 2, com 2 filhos de 10 e 6 anos. Morava em Ipanema, saiu de casa, mas continuou morando no mesmo bairro. O pai vê os filhos todas as terças e todas as quintas, além de dois fins de semana por mês.
- 7) A., 42 anos, comerciário, casado durante 6 anos, separado há 3, com 1 filho de 9 anos. A. ficou com a guarda do filho. Morava no Humaitá e mudou-se com o filho para um outro apartamento no mesmo bairro. A mãe tem pouco contato com o filho.
- 8) D., 44 anos, médico, casado durante 14 anos, separado há 2, com dois filhos gêmeos de 11 anos. Morava na Lagoa, saiu de casa, mas

continuou morando no mesmo bairro. O pai tem bastante contato com os filhos.

- 9) J., 45 anos, publicitário, casado durante 20 anos, separado há 2 e meio, com 4 filhos de 15, 14, 11 e 9 anos. Morava em Ipanema, saiu de casa e continuou morando no mesmo bairro. O pai janta todas as quartas-feiras com os filhos e passa um final de semana por mês com eles.
- 10) N., 49 anos, engenheiro civil, casado durante 8 anos, separado há 3, com 1 filha de 3 anos. Morava em Ipanema, saiu de casa e atualmente mora no Leblon. O pai tem pouco contato com a filha.

A escolha de sujeitos com o perfil sócio-econômico e cultural da classe média deve-se à observação de que há uma intensa absorção de valores individualizantes e igualitários nesse segmento da sociedade (Velho, 1981). O fator “classe” foi balisado por outro fator: “grupo de status”. Segundo Weber (1946), é importante perceber a existência de outras referências que não a ordem econômica objetiva para dar conta das posições sociais. Embora concorde com a ordem econômica como definidora de posição de classe, Weber destaca outra variedade de atitudes e comportamentos: os “estilos de vida” e os “grupos de status”. Como o próprio Weber destacou (1946): “as classes como tal não são comunidades” (p. 216), mas os “grupos de status” sim. Existem algumas qualidades compartilhadas pelo grupo escolhido que se incubem de demarcar um “estilo de vida”.

Essa escolha visou ainda atenuar as variáveis presentes em sujeitos com universos simbólicos e conjunto de valores muito diferentes (Nicolaci-da-

Costa, 1987). Além do fato desse universo estar muito perto da minha prática clínica como psicoterapeuta de família e de casal.

Buscando homogeneizar o grupo pesquisado e evitar obter dados próprios do recasamento, os sujeitos não deveriam ter experiências conjugais anteriores a esse casamento. De acordo com pesquisas realizadas anteriormente, observa-se a existência de uma série de diferenças características entre os sujeitos recasados e os de primeiro casamento (Féres-Carneiro, 1987).

O tempo mínimo de casamento foi de 3 anos, considerando que seria o tempo necessário, em média, para que a conjugalidade se estabelecesse de forma minimamente estruturada, e para evitar colher dados relativos a um período inicial de adaptação dos parceiros (Berger e Kellner, 1964).

O tempo de separados foi entre 1 a 3 anos, considerando que seria o tempo necessário, em média, para que houvesse um distanciamento do momento da separação.

Os entrevistados deveriam ter pelo menos um filho da união desfeita. Vale aqui ressaltar novamente a pesquisa realizada por Jablonski (1991), onde conclui que os filhos são indubitavelmente o maior obstáculo para uma eventual separação.

Em relação ao estado civil propriamente dito, os sujeitos deveriam ter coabitado com intimidade sexual por mais de 3 anos, independente do registro civil ou religioso. Porém, com apenas uma exceção (N., 49, engenheiro), todas as uniões foram formalizadas e sacramentadas com festas de casamento que congregavam parentes e amigos.

Os sujeitos pesquisados foram todos de classe média ou classe média-alta e afirmavam a mesma condição ou quase similar para o ex-cônjuge. Todos tinham nível superior, alguns exercendo profissões liberais, outros

funcionários de estatais ou de empresas particulares. Foi possível inferir ainda uma nítida inclinação para a efetivação de alianças matrimoniais entre “iguais”. A totalidade dos sujeitos havia deixado a casa dos pais para casar, com apenas uma exceção (N., 49, engenheiro), que havia saído de casa aos 25 anos, para obter “*mais autonomia*”. Não houve qualquer indício nos depoimentos de um “casamento aberto”. Todos foram unânimes em afirmar que, com o casamento, algumas amizades antigas foram afastadas ou incorporadas pelo cônjuge, de tal modo que o grupo de relações convertera-se em comum a ambos, como se fará notar pela análise detalhada da quinta categoria, intitulada “pais e amigos próximos”, que inclui os amigos mútuos.

3.2) Instrumento:

Após estabelecer os critérios básicos para a seleção dos sujeitos, o próximo passo foi a construção do instrumento de coleta de dados: a entrevista. Levei em consideração nessa escolha as qualidades desse instrumento, que são descritas por Minayo (1994) e por Selltitz et al (1975):

“O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturas específicas”. (Minayo, 1994, p. 110)

“A entrevista é a técnica mais adequada para a revelação de informação sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados ou

para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada". (Selltiz et al, 1975, p. 272)

A entrevista para coleta de dados é uma técnica utilizada em pesquisa, que requer alguns cuidados para a sua prática. Em revisão da literatura especializada (Augras, 1974; Minayo, 1994; Selltiz et al, 1975) destacam-se alguns itens, vistos como de grande importância quando se inicia a construção deste instrumento.

Na elaboração das perguntas a serem formuladas, considera-se de muita utilidade a indicação de Augras (1974) sobre o cuidado com a linguagem a ser usada na construção de instrumentos de investigação, objetivando-se a perfeita compreensão pelo entrevistado do que está sendo questionado. Segundo a autora, a linguagem deverá ser simples, mais próxima da palavra falada do que do estilo literário.

Na pesquisa, utilizei a entrevista semi-estruturada, uma aproximação ao que Nicolaci-da-Costa (1989) chama de "estruturação invisível". Isto é, a entrevista em termos de temas a serem abordados é estruturada, porém estes temas podem aparecer em qualquer ordem que preserve o fluxo de uma conversa cotidiana. As perguntas foram colocadas para o entrevistado somente no caso deste não abordar espontaneamente os temas. É importante ressaltar ainda que todos os temas foram abordados em todas as entrevistas. Dessa forma, a estrutura é invisível no sentido de que ela existe na mente do entrevistador e não no papel, já que foi evitado o uso de roteiro escrito.

Os entrevistados foram indicados por amigos e conhecidos do pesquisador ou conhecidos dos conhecidos. Tentei aplicar a técnica da "bola de neve", onde os próprios entrevistados indicavam outros, que se mostrou

bastante útil para revelar a “teia” de sociabilidade compartilhada pelos separados.

“Conhecidos ficam menos constrangidos de confiar ao entrevistador seus sentimentos e pensamentos íntimos, enquanto que desconhecidos, por conta de uma desconfiança bastante natural, tendem a se ater a chavões e discursos prontos (e isto não interessa a quem tem por objetivo investigar conflitos íntimos).” (Nicolaci-da-Costa, 1989)

Vale ressaltar aqui que os sujeitos que entrevistei não desejavam dar o nome de outros sujeitos sem que esses lhe dessem primeiro permissão para tanto.

3.3) Método:

Inicialmente foi realizado um estudo sobre o material teórico produzido sobre casamento e separação, recorrendo às áreas da psicologia e da sociologia, buscando, através desse estudo, contextualizar a dinâmica psicológica e sociológica da conjugalidade. Nicolaci-da-Costa (1989) ressalta a importância da:

“adoção de um referencial teórico que forneça categorias para a montagem de entrevistas e para a análise do material discursivo por elas gerado”. (p. 105)

Após realizada a revisão da literatura sobre o assunto a ser pesquisado, entre idas e vindas para a elaboração da metodologia, partiu-se para um estudo

de campo piloto, um modelo provisório que foi aperfeiçoado e desenvolvido, com o objetivo de aprimorar o instrumento da pesquisa. Buscou-se melhorar a entrevista, repensando a importância do material obtido através dos temas propostos, assim como a melhor forma de colher os dados.

Ao optar por apontar também alguns revezes, entendi assim como Guba (1990), que é a autenticidade na descrição de todas as etapas, muito mais que a assepsia descritiva, que permite o avanço do conhecimento, já que:

"o pesquisador que verdadeiramente pesquisa não nasce pronto, ele assim se torna na busca contínua do conhecimento, na intenção inseparável entre teoria e prática. Articular permanentemente estes dois pólos é ação indispensável em todo o processo de pesquisa, na medida em que toda ida ao campo se inicia a partir de alicerces teóricos. Entretanto, é através do contato vivo com a realidade em estudo que o pesquisador alimenta a teoria, ampliando-a ou, eventualmente, rompendo com estruturas explicativas até então tidas como válidas". (p. 33)

A etapa seguinte foi a realização das entrevistas definitivas. Foram vinte entrevistas gravadas e posteriormente escritas na íntegra, preservando várias das características das falas originais, como expressões coloquiais, hesitações, e ênfases.

As entrevistas transcorreram sem maiores dificuldades. Procurei criar um ambiente de entrevista em que os sujeitos se sentissem seguros e confortáveis, geralmente a casa dos entrevistados, às vezes o meu consultório. Aprofundei os temas na medida em que esses se apresentavam, algumas vezes até propondo questões. O tempo de duração médio das entrevistas foi de 60 minutos com cada sujeito, embora algumas entrevistas tenham durado quase duas horas. Discuti o fato de eles permanecerem anônimos e sobre o caráter

confidencial dos dados, explicando como misturaria a vivência de um com a dos outros, tanto na análise como na redação da minha pesquisa. Informei como intencionava assinalar certos pontos ao usar trechos das entrevistas pessoais e expliquei como faria as citações. Ofereci uma cópia da fita da entrevista ou uma cópia da sua transcrição já imprimida.

Minayo (1994) ressalta que a investigação qualitativa exige do pesquisador capacidade de observação, flexibilidade e interação com os sujeitos envolvidos na pesquisa. A qualidade desta interação pode inclusive afetar as informações dadas pelos entrevistados, sendo que uma das tarefas do entrevistador é o estímulo à fala do entrevistado.

Nas denominadas “perguntas de fato” (Augras, 1974), que buscam retratar as categorias sociológicas dos sujeitos pesquisados, pretendeu-se investigar sobre idade, profissão, tempo que permaneceu casado, tempo de separação e idade dos filhos. Na preocupação em evitar a semelhança com uma averiguação policial, tais perguntas foram realizadas no final da entrevista, conforme sugestão da mesma autora. O levantamento de tais dados torna-se importante para que se possa especificar o perfil da população pesquisada. Conforme cita Minayo (1994):

“cada ator social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informa sobre uma subcultura que lhe é específica e tem relações diferenciadas com a cultura dominante”. (p. 113)

Começava então a entrevista pedindo que me falassem sobre o relacionamento, começando pelo momento em que sentiram pela primeira vez que havia algo errado. Os entrevistados foram, regra geral, solícitos e gentis,

como se fará notar pelas citações que ilustram a minha pesquisa. Acredito que essa gentileza foi uma conseqüência de terem participado voluntariamente.

No começo das entrevistas, percebi por parte de alguns entrevistados algum excesso de frases vazias, um estágio de preparação e teste, para ver até onde eu estava interessado, onde eu pretendia ir ou o quê eu “gostaria” de escutar. Considerei essa fase inicial como uma espécie de estranhamento mútuo. Tentei passar sutilmente que eu não estava ali para magoar, agredir ou bisbilhotar vidas alheias, mas que sentia que “encontraria” neles aquilo que buscava para o meu trabalho de pesquisa.

Depois disto, quase sempre um clima favorável se instalava, com até uma quase ausência de proteção contra a exposição da própria privacidade, assim como o começo da revelação da intimidade conjugal, já que era justamente isso que eu solicitara.

Os lugares que ocupei ao longo das entrevistas foram diversos. Na primeira entrevista, por exemplo, reconheci em mim, em alguns momentos, o sentimento de insatisfação e a vontade de terminar a conversa. Achava que algo “interessante” deveria aparecer. Foi a partir desse desafio de continuar e insistir que obtive falas reveladoras e até mesmo dolorosas, ancoradas na minha conduta de paciência e numa expectativa de confiança mútua.

Em outra entrevista, onde depois de algumas falas monótonas e repetitivas, veio o silêncio. Intuí que esse silêncio não indicava para a precariedade de recursos internos e sim uma estratégia de defesa. Da minha capacidade em superar o silêncio dependia a continuidade ou a finalização da entrevista. Outro exercício de paciência, invocando a expectativa de confiança mútua, para entender que nesse caso o “*não ter nada a dizer*” significava o toque na ferida ou em algo que é preferível manter fora da discussão. Já em

outra entrevista, intui que o silêncio, manifestado por suspiros e interrupções, representava o medo de exprimir seus ódios e rancores.

No final, perguntava a respeito da entrevista a fim de saber em que direções o conteúdo dela havia afetado o sujeito e verificar o estado emocional no seu término, pois estava sensibilizado pela habilidade de saírem, de alguma forma, vitoriosos dessa vivência. Perguntei ainda se haviam pensado nela de antemão, e, se sim, o que haviam pensado.

3.4) Análise do material obtido:

Para dar início a uma análise de discurso é necessário eleger um discurso como objeto de análise e adotar em relação a este discurso um ponto de vista particular.

“A adoção de um ponto de vista antecede a eleição do discurso a ser analisado. Isto porque o ponto de vista é sempre dado pela inserção do pesquisador numa determinada área de saber e por seus interesses específicos dentro dessa área”. (Nicolaci-da-Costa, 1989, p. 104)

A análise das entrevistas foi feita a partir de seu conteúdo, classificando as respostas em categorias necessárias ao estudo. Mais uma vez recorre-se a Minayo (1994) quando a autora analisa que:

“cada sugestão de tema que se introduz na entrevista, ou cada questão que se levanta, faz parte de uma interação diferenciada com o entrevistado na medida em que esses itens são uma teoria em ato e trazem implícitos uma hipótese, um pressuposto ou um conceito teórico”. (p.131)

Para tanto, transcrevi cada uma das vinte entrevistas gravadas, examinando a vivência de cada sujeito em relação ao seu casamento e a sua separação. Ao priorizar algumas categorias, recortei as entrevistas, colocando uma frase ou um trecho da entrevista de cada um dos vinte sujeitos nessas categorias, considerando cada categoria um arquivo e identificando o sujeito pelo número da entrevista. Retornei as cópias das entrevistas na íntegra e as analisei de novo, tentando estabelecer semelhanças e diferenças no discurso dos sujeitos, embora meu primeiro propósito tenha sido o de examinar as similaridades.

Por considerar a realidade estudada não-linear, contraditória e complexa, optei por redigir o próximo capítulo como uma construção viva, o que de certa forma me leva a considerá-lo interminável, se considerarmos que o produto final não será jamais capaz de refletir, na totalidade, todas as vivências e descobertas percebidas ao longo das entrevistas. Optei assim por trabalhar os dados coletados ao longo de todo o capítulo quatro, entre avanços e recuos, e não adicioná-los ao texto como uma parte destacada, mas, ao contrário, estes devem estar presentes no texto, de forma continuada, não estilhaçada. Tal posição é defendida por Minayo (1994), quando a autora refere-se à análise do material coletado nas pesquisas qualitativas:

“o material empírico, é como dissemos, o ponto de partida e o ponto de chegada da interpretação. Esse movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral é o verdadeiro movimento dialético”.
(p.236)

Assim, o processo de redação do capítulo seguinte foi de idas e vindas entre as categorias, os dados obtidos e a fundamentação teórica, na busca de uma integração. A análise final incluirá não apenas aspectos qualitativos, mas também aspectos quantitativos, sempre que estes últimos forem pertinentes.

A repetição contínua do trabalho de parear essas vinte histórias ao lado de sua codificação reduziram a peculiaridade da vivência individual fazendo-me concentrar sobre o que essas vivências combinadas revelavam.

Gostaria então de começar a discutir no próximo capítulo, as categorias que considero relevantes no processo de separação conjugal, articulando o discurso dos vinte sujeitos entrevistados com o material teórico produzido.

CAPÍTULO 4

A SEPARAÇÃO

4.1) Segredos

*“Quando o mar tem mais segredos,
não é quando ele se agita,
nem é quando é tempestade,
nem é quando é ventania,
quando o mar tem mais segredos,
é quando é calma”.*

(Sueli Costa & Cacaso, “Amor, amor”, 1976)

A partir da análise das entrevistas, pude constatar que, antes mesmo de iniciar o processo de separação conjugal, um dos cônjuges começou a sentir-se desconfortável na relação, isto é, o mundo que os casais construíram juntos parecia não ser mais “adequado”. Todos os entrevistados, em algum momento, sentiram-se insatisfeitos com seus relacionamentos. Contudo, muitas vezes, esse sentimento pareceu ocasional, inexplorado, aparecendo em momentos difíceis. O mal-estar não apontou imediatamente para o término da relação. Porém, a infelicidade foi ao mesmo tempo explorada e os levou a agir. O desencanto tornou-se algo mais do que a raiva, desapontamento ou arrependimento passageiro que surge e vai embora. O cônjuge infeliz se prende a esse sentimento, e o explora.

“Chegar a se dar conta do fato de que a união com o cônjuge não está mais funcionando é uma trajetória íntima muito árdua e sofrida, carregada de tentação de procurar desmentidos para o próprio sentir”.
(Giusti, E., 1984, p. 36)

O cônjuge insatisfeito reconhece privadamente que a relação é a origem de sua insatisfação, como se fosse um segredo. Essa insatisfação se aloja internamente para ser avaliada e considerada – um segredo em geral difícil de aceitar e de compreender e, mais ainda, de partilhar.

Bok (1982) define o segredo como:

“alguma coisa estudiosamente escondida; um ocultamento intencional”. (p. 9)

Assim, constatei, num primeiro momento, que a separação inicia-se como um processo unilateral e silencioso. Segundo Duck (1982), alojamos e remoemos segredos de nossa infelicidade. Talvez sejam inarticulados no início porque nossos sentimentos são nebulosos ou talvez fiquem sem expressão porque estamos incertos quanto as suas causas, profundidades e implicações.

“Eu percebia que estava infeliz. Você tem que se acostumar com a idéia de que você é infeliz. Como uma doença... como se você fosse alcoólatra... Você não sabe que você é infeliz, até o dia que você percebe isso e tem que admitir.” (T., 41, psicóloga)

“Eu via que ele tava insatisfeito, ele quase já não falava comigo, mas eu juro, eu não tinha a menor idéia do que estava acontecendo... eu queria conversar, mas ele sempre desconversava, eu sabia que tinha um mistério, mas jamais podia imaginar o que era”. (F., 36, publicitária)

“Foi havendo um distanciamento cada vez maior, você vai perdendo a intimidade, o tesão. Ela sempre arranjava desculpas...”

E você começa a ver que não é mais o companheiro, e sim o solucionador de problemas da casa, aquele vai à oficina consertar o carro...” (J., 37, engenheiro)

“Não posso ser muito preciso sobre quando percebi que meu casamento tinha acabado. Pensei mais sobre a necessidade de me afastar da relação do que terminá-la.” (M., 35, empresário)

“Era um desconforto muito grande, difícil de aceitar que o que eu queria mesmo era me separar. Foi muito difícil porque eu quis muito casar e casar com ele, foi uma coisa que eu quis muito na vida e consegui, depois perceber que eu não queria mais, que eu queria era me livrar dele, daquele homem, do casamento, como eu ia dizer isso, o transtorno que isso ia me causar, sem poder contar isso a ninguém... eu sofri muito com essa história toda”. (D., 40, executiva)

“Eu pensava em me separar já há muito tempo... mas eu não falava, ficava evitando esse dia porque tudo isso ia me dar muito, mas muito trabalho. Sabe como é, homem não gosta de discutir essas coisas, mulher já gosta... então eu esperava ela falar, se ela falava, a gente ia horas a fio, geralmente depois do jantar, se não, eu escapava. Como a gente tem quatro filhos, tinha sempre alguma coisa acontecendo com um deles, o que era mais um motivo para não se conversar. Eu curtia meus filhos e gostava dela, mas eu queria fazer outras coisas que meu casamento, ou melhor, ela não permitiria nunca...” (J., 45, publicitário)

O cônjuge insatisfeito cria um nicho privado, no qual ele pondera sobre essas noções novas e perturbadoras, muitas vezes corroído pela dúvida e pela

esperança de ter interpretado mal as coisas, apesar de seu mal-estar confirmar algumas conclusões. Ele vai então remoendo ações presentes e possibilidades futuras, fazendo estimativas, considerando, rejeitando, agindo e optando.

“Nesse momento, eu fui procurar uma terapia, eu queria que ele também fizesse, nada de terapia de casal, eu queria que ele fizesse uma terapia individual. Eu comecei a perceber o quanto eu não queria mais aquele casamento, mas eu tinha muito medo, eu tinha medo de tudo, medo de trocar o pneu do carro, medo de perder meu padrão financeiro, eu fiquei uns seis meses nessa indecisão toda, eu ficava muito ansiosa porque a minha terapeuta era a única que sabia do que eu estava passando.” (A., 48, administradora)

“Com a terapia, ele passou a se distanciar cada vez mais, como eu nunca tinha feito terapia, eu achava que era assim mesmo, eu perguntava pras outras pessoas que já faziam terapia, e elas falavam que o começo é assim mesmo, você fica muito voltado só pra você, depois que eu entendi que ele usou a terapia pra se assumir e pedir a separação”. (F., 36, publicitária)

“Eu pensei muito no assunto, aliás, teve uma época que eu não conseguia fazer mais nada na vida, só pensava em me separar, eu pensava nas estratégias para me separar, como se fosse um plano que eu estava elaborando, eu só queria me separar, mas como não havia um motivo mais específico, eu ficava muito confusa. Na verdade, era tudo um desconforto, se você me perguntar porque eu me separei, a resposta é essa: um desconforto em relação a um monte de coisas, principalmente em relação àquele casamento”. (V., 39, professora)

“Eu pensava em me separar sim, mas não falava nada, é como se fosse um segredo só meu...se eu falasse e depois mudasse de idéia, eu não sabia o que ia acontecer... aí eu pensava: das minhas amigas separadas, quem é que está bem ? quem já está namorando ? Eu ficava angustiada do mesmo jeito.” (R., 39, bióloga)

“Eu registrava sempre a opinião das pessoas quando se falava em separação. Tinha uma mulher no andar de cima que era mãe separada, eu sempre reparava nela, ficava atenta para conversas sobre dificuldade financeira, escutava atenta histórias sobre encontros sexuais.” (T., 41, psicóloga)

“Sempre pesei custos e benefícios de deixar ou de permanecer casado. Pensava se ela reagiria de forma violenta, qual seria a reação dos amigos, se meus filhos sofreriam, pensei muito nessas coisas todas...” (M., 35, empresário)

“Eu procurei um advogado sem ela saber para conhecer os caminhos legais para se separar, as leis do divórcio tem pontos sutis.” (J., 45, publicitário)

“Meu filho era a minha maior preocupação. Eu ficava preocupado com o que iria acontecer com ele, se ele se recuperaria, se ele também iria se separar quando fosse adulto, essas maluquices todas... E ele só tinha 3 anos na época”. (J., 37, engenheiro)

Goffman (1959) postula que o segredo cria a possibilidade de um nicho privado que protege pensamentos e identidades recentemente adquiridos. Através de um controle efetivo da informação, o cônjuge pode criar um

mundo separado que o outro nem desconfia que exista (Simmel, 1903). Através de uma reflexão solitária, o cônjuge insatisfeito inicia uma ruptura entre os dois, que é criada pela informação: um a possui, o outro não. O cônjuge insatisfeito cria involuntariamente um desequilíbrio de poder. Segundo Bok (1982), um segredo dá ao seu possuidor a habilidade de controlar o fluxo de informação, de retê-lo, de considerá-lo em particular e de moldá-lo de modo a influenciar o presente e o futuro. Ainda segundo a autora, o segredo permite que planos sejam elaborados, alterados, executados e abandonados sem qualquer inspeção externa, intrusão ou correção.

Bok (1982) assinala ainda que os segredos são essenciais para todas as relações de troca. Segundo a autora:

“O controle sobre segredos fornece um recurso de segurança para indivíduos no meio da vida comunitária – alguma influência sobre as trocas entre o mundo da vivência pessoal e o mundo partilhado com os outros. Sem o controle deles, os seres humanos seriam incapazes de poder optar em relação às suas vidas. Restringir a circulação de alguns e permitir a difusão de outros; manter alguns ocultos e deixar que outros sejam conhecidos; deixar que alguns saibam, mas não todos; fazer e escutar confidências e adivinhar muitas outras: esses esforços de controle permeiam todo contato humano. (p.20)

Embora o segredo proteja a capacidade do cônjuge insatisfeito de explorar e remoer, o parceiro, ao ser excluído, é ao mesmo tempo (no início, pelo menos), impedido de ter uma compreensão adequada do desenvolvimento da situação, e assim, impedido de agir (Bok, 1982). A vantagem parece ficar automaticamente com o cônjuge insatisfeito. Uma vantagem precária, mas

importante de aqui marcá-la porque as diferenças de poder desempenham um papel crítico na separação.

O cônjuge insatisfeito tenta contar ao parceiro o que está errado. É importante passar essa imagem, pois a negociação só se inicia quando ambos concordam com a existência de uma crise. O cônjuge deve, antes de mais nada, conseguir atrair a atenção do outro, o que não é uma tarefa nada fácil. Ciente de que o relacionamento é a fonte de sua insatisfação, as razões para a sua infelicidade podem ser ainda vagas e indefinidas – incompreensíveis para ele, inexplicáveis para o outro.

“Nós conversávamos, mas era tudo um monólogo sem fim. Caminhávamos do Leblon até o Arpoador, e tudo que ele tinha a dizer era um tumulto, uma represa.” (A., 48, administradora)

“Um dia, numa discussão, sugeri que fizéssemos terapia de casal. Nunca chegamos a fazer porque ele não queria.” (T., 41, psicóloga)

“Eu pensei até em procurar o terapeuta dele, mas ele não deixou, ele queria que eu procurasse terapia, mas o único problema que eu estava tendo era não entender o que se passava com ele, eu sabia o que se passava comigo”. (F., 36, publicitária)

“Durante o casamento, eu pensei em fazermos análise, mas ele achava que isso era maluquice, que eu tava ficando maluca”. (V., 39, professora)

“Eram conversas e mais conversas, seguidas pelos pedidos de desculpa, seguidos por conversas e mais conversas,

seguidas por mais pedidos de desculpa". (E., 39, corretor de valores)

"Eu comecei a chegar cada vez mais tarde da academia pra ver se ela tinha alguma reação, ver se ela falava alguma coisa..." (A., 35, personal trainer)

"Ele falava da insatisfação dele, mas era tudo muito vago, eu não entendia. Achava que era uma crise da meia-idade, que ele tava se achando velho, se ele tivesse falado logo que tinha uma mulher na história, eu ia sofrer muito naquela hora, e depois ia tentar me recuperar, mas ele também não falava nada... essas coisas tinham que ser que nem esparadrapo, um puxão de uma vez resolve tudo, agora ficar tirando aos pouquinhos, só prolonga a sua dor". (I., 49, professora)

"É muito difícil falar do que está acontecendo, quando nem você sabe direito... Falar que talvez você não queira mais estar casado. Eu não queria magoá-la, não queria nem mesmo enfrentá-la." (J., 37, engenheiro)

"Eu queria que ele me dissesse: 'Estou infeliz com nossa relação e o motivo é este', e não ficar naquelas conversas sem fim..." (A., 48, administradora)

"Ela queria que eu dissesse o motivo, mas não havia exatamente um motivo, o motivo era que casamento é um negócio muito chato, como é que se fala isso pra sua mulher ? (...) Eu não queria mais ter que comprar presentes, nem ouvir ela detonar seus companheiros de trabalho... Além disso, ela tava ficando a cara da

minha mãe, quanto mais ficávamos juntos, mais ela se parecia minha mãe...” (J., 45, publicitário)

“Quando eu falava que precisávamos conversar, ele vinha com um “Pode falar”, como se eu fosse uma radialista e ele o ouvinte.” (R., 39, bióloga)

As queixas do cônjuge são mais que uma tentativa de comunicar infelicidade – são também sua primeira tentativa de salvar o relacionamento. Ao reiterar queixas, o cônjuge procura modificar o parceiro para que este se coloque mais em consonância com o sentido que ele dá a si mesmo e ao seu lugar no mundo. Alguns tentam mudar tanto a aparência quanto o comportamento do parceiro, assinalando traços específicos que o desagradam:

“Ela se descuidou totalmente do corpo, engordou 20 quilos com a gravidez, e nunca mais emagreceu. Eu sugeri que ela fizesse uma ginástica, até me animei a me matricular numa academia junto com ela.” (J., 37, engenheiro)

“Ele me contou da insatisfação dele, e eu resolvi me cuidar toda, eu fiz uma plástica, comecei a me arrumar mais, minha filha reparou, mas nada mudou... claro que depois ficou tudo claro, não tinha mais nada a ver comigo, só que na época eu não sabia”. (I., 49, professora)

“Ele começou a beber, e quando começava era uma coisa muito desagradável. O álcool é um problema sério.” (A., 48, administradora)

Outros encorajam os seus parceiros na direção de uma nova atividade:

“Sugeri que ela se ocupasse mais, fizesse algum curso, qualquer coisa produtiva, melhor que ficar em casa...” (J., 37, engenheiro)

“Ele queria que eu procurasse terapia, mas o único problema que eu estava tendo era não entender o que se passava com ele, eu sabia o que se passava comigo”. (F., 36, publicitária)

Os cônjuges procuraram melhorar a relação através da eliminação de efeitos perceptíveis do outro, porém descobriram que suas tentativas foram em vão. Apesar de já ter uma consciência clara de que as coisas não vão bem, os parceiros receberam apenas fragmentos dessa informação. A verdadeira questão – a de que o cônjuge não gosta da vida que tem com o parceiro – continua oculta por baixo dessa camuflagem de queixas. O segredo permanece um segredo. Assim, a consciência do parceiro da extensão do mal-estar do cônjuge não vai além de queixas menores, do tipo *“Eu estou gorda”* (A., 48 anos, administradora) ou *“Temos uma dificuldade financeira”* (J., 37 anos, engenheiro). O cônjuge define a relação como em crise, enquanto seu parceiro não. A mudança só pode ocorrer se os dois tiverem uma definição semelhante. Sem estar ainda pronto para romper ou pensar que a relação acabou, o cônjuge continua tentando convencer o parceiro de que as coisas não vão bem.

Enquanto isso, o cônjuge permanece infeliz. Numa tentativa para tornar uma situação insatisfatória em uma mais satisfatória, os cônjuges procuram alternativas, como por exemplo, alterar a estrutura da relação pelo acréscimo de um novo membro – um bebê.

“Achei que se tivéssemos um novo filho, as coisas voltariam a ser o que eram. Foi ingenuidade minha achar que uma gravidez salvaria meu casamento”. (T., 41, psicóloga)

“Eu cheguei a pensar em engravidar de novo, mas a única vez que eu mencionei isto, ele ficou muito agressivo”. (F., 36, publicitária)

A chegada do primeiro filho propõe a passagem de uma situação vivida “a dois”, para uma situação triangular, que gera, tanto do ponto de vista individual, como do ponto de vista do casal, uma situação crítica a requerer novas formas adaptativas e de relacionamento. A chegada do primeiro filho constitui-se, então, em promessa e ameaça; rompe o equilíbrio existente e propicia novas formas de adaptação.

“Quando você tem um filho, você desencadeia uma explosão no casamento. E quando as coisas se acalmam, seu casamento está diferente do que era... Por exemplo, o bebê acorda de madrugada. Em vez de pular da cama, eu pensava de quem era a vez, se fosse minha, eu levantava... mas se era a vez dele, então porque ele ficava deitado, dormindo, enquanto você está acordado, pensando de quem é a vez ? ” (D., 40, executiva)

O cônjuge pode tentar negociar com o seu parceiro uma modificação no relacionamento . Algumas vezes, ao dar-se conta de que as negociações serão difíceis, o cônjuge faz as alterações sem o seu parceiro. Segundo Simmel (1903), apesar de duas pessoas precisarem negociar para se criar um

relacionamento, a mudança pode ser feita unilateralmente, sem o consentimento do outro. Simmel ainda assinala:

“Mesmo quando um dos dois não se dá conta de que há um segredo, o comportamento daquele que oculta – e portanto, toda a relação – é certamente modificado por ele”. (Simmel, G., 1903, citado por Wolff, 1964, p.154-155)

Simmel também se refere a um exemplo extremo onde um dos membros altera o relacionamento sem o consentimento do outro. Uma díade, embora dependa de ambos os membros para a sua existência, pode desaparecer através da ação de apenas um deles.

Segundo Goffman (1959), nossa capacidade de guardar segredos está embutida em nossos relacionamentos desde o início. Um relacionamento conjugal é a menor das organizações que estabelecemos. Para criar outras, formalmente mais estruturadas, os fundadores negociam aberta e formalmente uns com os outros a respeito das formas de direção e condução. Discutem e decidem sobre a estrutura da organização e das suas regras (Goffman, 1959). Embora surjam outras regras a respeito de como o trabalho será feito e sobre o direito e obrigações dos membros, que não são nunca formalizadas ou reconhecidas mutuamente, há pelo menos uma discussão em relação aos elementos essenciais do funcionamento.

Porém, quando decidimos construir uma conjugalidade com outra pessoa, essas coisas são negociadas informalmente, apesar de algumas não serem jamais efetivamente negociadas. Mesmo quando trazemos regras e pressupostos de nossa socialização, toda essa acumulação de ensinamentos e saberes é articulada. Duas pessoas podem vivenciar um relacionamento por

algum tempo, baseado em conjuntos diferentes de regras sem o saber – até que uma delas viola uma regra que é importante para a outra. Então, a regra será discutida (Davis, 1973).

A informalidade de nossos arranjos íntimos, além do fato de cada cônjuge agir geralmente de forma independente, permite que conjuntos ocultos de regras permaneçam ocultos. Podemos não somente permanecer ignorando os pressupostos que nosso cônjuge tem a respeito do relacionamento, como também é possível ignorarmos para nós mesmos nossas próprias regras. Numa situação em que são comuns pressupostos ocultos e que, geralmente, permanecem assim (*como uma entrevistada, A., 48 anos: "Nunca pensei que J. fosse pedir a separação. Pressupus, porque ele era católico, que jamais se separaria"*), um dos cônjuges pode mudar prontamente a relação sem ter o consentimento do outro.

As mudanças nas regras do relacionamento são alteradas sem o conhecimento do outro e se referem à qualidade e à quantidade da participação do cônjuge na relação.

"Finalmente, cheguei a um ponto onde me dei conta de que nunca iria ter o tipo de relacionamento que desejava. Não queria terminá-lo por causa do meu filho, mas não ia deixar que ele me magoasse mais. Eu e meu filho seríamos a unidade principal, e se ele quisesse participar ocasionalmente, ótimo – se não, iríamos em frente sem ele. Não estava mais disposta a aceitar que estar com ele era o fator decisivo para determinar se eu era ou não feliz. Parei de planejar a minha vida em função da sua presença ou ausência e comecei a pensar mais em mim". (R., 39, bióloga)

"Repensei o que era um casamento e concluí que fidelidade sexual não era essencial para o casamento. Nunca disse

nada para ela. E ainda não tinha ninguém em vista. Decidi que era certo para mim ter qualquer outra relação que precisasse ter. Algo assim seria algo impossível de falar para ela. Então fiz tudo sozinho. Sabia que podia permanecer casado, sem me importar com o que isso significava. Pensava: 'Sim, posso permanecer junto a você, viver na mesma casa, ter a minha vida e manter essa situação com você', disse que não queria ser tudo para ela. Mas não pude lhe contar todos os meus pensamentos porque ela não entenderia". (M., 35, empresário)

"Tudo no nosso casamento era como se fosse uma reunião, era comitê para tudo. Me cansei disso, comecei a fazer as minhas coisas independente do comitê, me senti o meu próprio ditador, eu voltava a ter o poder... claro que isso foi nos distanciando cada vez mais, eu sabia disso, mas fui viver minha vida independente dela, sabia que ela ia pedir o 'impeachment', mais cedo ou mais tarde". (J., 45, publicitário)

"Ela ficou grávida. A regra do jogo era não ter filhos... Foi ela quem decidiu. Ela optou pela maternidade". (N., 49, engenheiro)

Pode-se entender assim o mecanismo através do qual os cônjuges lidam com suas relações em crise. Eles concentram-se sobre os problemas do relacionamento e procuram modificar as coisas de maneira a adequá-las às suas necessidades. Tentam modificar o outro ou a relação de forma a minorar a sua insatisfação. Não tendo sucesso e a infelicidade persistindo, os cônjuges tentam outras formas de ação. Começam a explorar e canalizar esforços em outras direções, voltam-se para alternativas e atividades que forneçam a auto-afirmação que procuram, criando uma identidade independente daquela dada

pela relação. McCall e Simmons (1966) argumentam que a procura de outros interesses pode ser exatamente aquilo que permite ao cônjuge permanecer em um relacionamento problemático.

“Foi uma época que nós multiplicamos as saídas com os amigos”. (J., 37, engenheiro)

“Comecei a pensar cada vez mais em fazer outras coisas... Voltei a jogar futebol às terças e quintas na Lagoa, comecei a sair direto com meus amigos...” (M., 35, empresário)

No caso acima, M. suplementa a relação através da incorporação de atividades em seu estilo de vida presente. A relação continua, embora essas alternativas não tenham sido partilhadas com o parceiro. Diferentemente do “casal igualitário” descrito no Capítulo 1, onde os dois membros do casal crescem em novas direções, mas mantêm os laços de interdependência entre seus interesses distintos, a separação é caracterizada pela busca de alternativas de uma maneira que prejudica os laços, em vez de reforçá-los. O cônjuge procura ficar ocupado em outro lugar que não a própria casa e cada oportunidade de não ficar a sós com o seu parceiro é recebida como um alívio. Ele começa então a criar um mundo social do qual seu parceiro está excluído, muitas vezes a própria atividade impede a participação do parceiro.

O cônjuge pode escolher alguma alternativa desvalorizada socialmente, pode se voltar para outros à procura de sexo, criando inúmeros segredos não partilháveis.

“Eu sempre viajei muito a trabalho, e em viagem, é bem mais fácil as coisas rolarem... Eu já tinha saído umas três vezes

com uma colega de trabalho, mas ela também era casada, e ia ficar complicado. Mas viajando, você está solto...” (M., 35, empresário)

“Me avisaram, abre o olho... Começaram as desculpas, depois as mentiras... Eu confiava nela.” (A., 42, comerciário)

“Eu não faço idéia de com quantos homens ele transou, no começo eu fiquei muito enojada com a situação, hoje talvez eu até entendesse as coisas de uma forma melhor, mas na época foi um choque tão grande pra mim que eu só queria ir embora e detonar ele pros outros”. (F., 36, publicitária)

“O perigo da infidelidade é ela ser descoberta, não é ? Se ninguém descobre, ninguém se aborrece...” (A., 35, personal trainer/empresário)

“Eu tive uns cinco casinhos bobos antes de me separar de verdade, mas eu não sei até hoje se ela soube de algum, nunca perguntou, nunca falou no assunto, só uma vez que ela viu, ela me pegou beijando outra mulher numa festa de Ano Novo e nunca esqueceu. Cada vez que ela tomava um porre, o assunto voltava.” (J., 45, publicitário)

“Ele falou dessa mulher, mas olhando pra trás hoje, acho que ele teve várias mulheres. Como as crianças eram pequenas, acho que ele privilegiava a família, não eu, hoje é bem claro que ele gostava era da família, da estrutura toda... hoje é tão claro pra mim como uma estrutura prende um homem. Depois que os meninos cresceram, foram para a faculdade, começaram a ter suas próprias vidas, aí ficou mais fácil pra ele, por isso que eu acho que essa mulher era a bola da vez.” (I., 49, professora)

Ter amantes pode ser uma alternativa satisfatória e, a partir dela, alguns cônjuges podem obter alguma auto-afirmação sem se comprometerem ou desenvolverem uma ligação íntima com a outra pessoa. Eles podem permanecer no casamento, mais ou menos satisfeitos com as múltiplas alternativas que encontraram. Porém, as coisas podem mudar à medida que ele se defronta com um novo relacionamento íntimo que se torna sério, precipitando uma transição para sair do relacionamento antigo (Miller, 1978).

“Foi o que aconteceu... Eu conheci S., ela era solteira, e a gente começou a se dar muito bem, acho que eu sabia que mais cedo ou mais tarde, eu ia parar com essa história de ficar solto estando casado, é muito divertido mas é também um ‘stress’, você tem que ser muito hábil... não é pra qualquer um não... A gente começou a namorar, eu ainda estava casado, minha ex-mulher descobriu, o que foi ótimo, porque eu já não agüentava mais essa situação, eu saí de casa e fui para um ‘apart’ hotel.” (M., 35, empresário)

“Fui saber que, desde que nos casamos, ele tinha essa mulher. Ela era anterior a mim, né ? Todo o tempo que passamos juntos, ela já existia... isso é muita loucura... Eu estava tão feliz por ser um casal, que não percebi que ele, com quem eu pensava formar um casal, formava um casal com outra pessoa.” (T., 36, psicóloga)

“Eu sempre tive uns casinhos, eu sou um cara muito ligado em sexo... como diz um amigo meu do trabalho, que está solteiro agora: é preciso ter variedade, não se come torta todo dia...” (J., 45, publicitário)

“Descobri que ele estava tendo um caso... É difícil competir com qualquer novidade na cama, se você é quem está lá há anos.”
(I., 49, professora)

“Acho que ele só teve coragem mesmo de contar, primeiro por causa da terapia, mas principalmente porque o cara lá que ele saía forçou a barra... Hoje eu sou muito grata a esse cara, Deus sabe até quando eu ia ficar nessa situação”. (F., 36, publicitária)

Nem todos se tornam envolvidos com um novo relacionamento íntimo, flertando com um grande número de pessoas. Mas há quem encontre uma relação íntima e a inicie. Muitos encontram pessoas já casadas com outras e, portanto, nem sempre disponíveis a maior parte do tempo. Porém McCall (1970) argumenta que, em alguns casos, a falta de disponibilidade do outro pouco afeta o grau de auto-realização que o cônjuge retira do relacionamento ou diminui seu envolvimento.

Nem as experiências atuais nem os planos futuros podem ser partilhados com o parceiro, isto é, contar ao parceiro de que tempo, energia e compromisso estão fluindo para outro relacionamento íntimo poderia precipitar uma crise que o cônjuge não está ainda pronto para enfrentar.

“Eu já pensava meio que por alto em me separar, mas quis ter certeza que meu namoro com S. estava firme para falar no assunto... nem precisou, porque ela descobriu a história toda, e ela mesma pediu a separação.” (M., 35, empresário)

Como aponta Gestel (1985), em alguns relacionamentos, a liberdade para estabelecer ligações sexuais com outras pessoas faz parte das regras

acordadas entre os cônjuges. Esses casos devem ocorrer de forma discreta, sem serem discutidos, ou o casal pode enfrentar as ligações de forma aberta e natural. As regras combinadas especificam geralmente que sexo ocasional é legítimo, mas relacionamentos significativos não são. Uma relação casual, mesmo que não seja discutida, não cria uma distância entre os parceiros porque ela foi previamente combinada, em princípio, por ambos. A existência de tais relações não é secreta, embora os seus detalhes o sejam. Relacionamentos abertos sexualmente são, de modo geral, uma fonte de discórdia entre os parceiros, pois há a ameaça de que um relacionamento casual se transforme em um relacionamento significativo e leve à separação. Porém, se um dos membros do casal desenvolve um relacionamento significativo, a regra foi violada, criando um segredo não partilhável, com conseqüências previsíveis em termos de separação.

O cônjuge começa a pensar numa vida separada de seu parceiro. A criação desse mundo à parte é reforçada quando a informação não compartilhada é revelada em outro lugar, criando ou reforçando laços, enquanto enfraquece o vínculo entre os parceiros. Duck (1982) assinala que o término de um relacionamento é acompanhado por uma crescente perda de conversas íntimas.

“Eu havia comprado um ‘walkman’ e, quando eu estava em casa, passava o dia inteiro com ele no ouvido. Eu me sentia muito solitário. Comecei a perceber que nada daquilo fazia sentido”. (R., 38, engenheiro)

“Dividia coisas importantes com as minhas filhas que não contava para ele. Era quase como se, de propósito, eu o punisse ao não lhe contar.” (T., 41, psicóloga)

“Definitivamente, não tínhamos mais assunto. Começamos a ler o jornal durante o almoço também... a gente sempre lia o jornal de manhã, na hora do café. Quando eu percebi que estávamos guardando uma parte do jornal, para ler durante o almoço...” (R., 39, bióloga)

“Nós praticamente não fazíamos mais nada juntos, no último aniversário dele ele foi pra São Paulo, me avisou um dia antes e só voltou no dia seguinte”. (F., 36, publicitária)

“Eu ficava muito calado em casa, porque não sabia o que eu tinha para falar, na dúvida, deixava rolar... sabia que em alguma hora, a gente ia ter mesmo que conversar, então eu não antecipava...” (J., 37, engenheiro)

“A coisa mais triste num casal é a falta de assunto, a gente saía para almoçar aos domingos e não conversávamos, era uma coisa horrível, eu puxava um assunto e ele só respondia. Depois com o tempo, eu comecei a perceber que ele só escolhia restaurantes que tinham televisão, até o Domingão do Faustão que era uma coisa que ele abominava, ele assistia, aí você passa a ver que você é a coisa de menor importância na vida do seu marido. Você conhece algo mais triste do que isso ? Você casa, forma um casal, vai aos lugares juntos e as atrações do Domingão do Faustão passam a ser mais importantes que você.” (I., 49, professora)

“Terças e quintas, eu chegava em casa só de madrugada, porque depois do futebol era que a noite começava... tinha o bate-papo com os amigos, muitos já estavam solteiros de novo, depois rolava um jantar... a gente tava se vendo mesmo quase por

*coincidência porque o endereço e o CEP ainda eram os mesmos.”
(M., 35, empresário)*

“Tinha horas que eu torcia para ela puxar o assunto, mas ela era terrível... parecia que ela sabia de tudo, e também não queria falar... sabe aquela coisa ‘o rei está nu’, mas você finge que não está vendo... era mais ou menos assim, a gente sabia que tinha algo muito errado, mas ninguém falava...eu não sei até onde ela sabia que eu queria ir embora.” (J., 37, engenheiro)

Assim, a separação gera uma necessidade de desenvolver novas linhas de comunicação. O processo pode ocorrer em duas direções: o encontro de novas linhas de comunicação diminui a necessidade de se fiar no relacionamento para se ter conversas íntimas, e o decréscimo da comunicação na relação aumenta a necessidade de procurar conversas desse tipo em outro lugar. Milardo (1982), em um estudo longitudinal sobre padrões de conversação, descobriu que sujeitos em relações deterioradas aumentam significativamente a frequência e a duração de suas interações com membros de seu círculo social, à proporção que declinam seus relacionamentos.

O cônjuge cria um ambiente social distinto daquele vivenciado com o seu parceiro. As conseqüências são sérias, pois a atitude do cônjuge tende a cindir o casal. Um segredo leva a outro, eles multiplicam-se e o parceiro é, cada vez mais, excluído do mundo do seu cônjuge. Ao começar uma vida independente do parceiro, o cônjuge deu os primeiros passos para uma transição que o leva a sair do relacionamento.

4.2) Mentiras

*"Mentira, foi tudo mentira
você não me amou.
Mentira, foi tanta mentira
que você contou.
Tão meigos seus olhos,
por Deus, eu nem desconfie.
Histórias tão tristes você contou e acreditei
pois quase chorei".*

(Títo Madí, Cansei de Ilusões)

Quando nos encarregamos de enganar os outros intencionalmente, comunicamos mensagens cuja intenção é desorientá-los, fazê-los crer no que nós mesmos não acreditamos. Podemos fazer isso através de palavras, gestos, disfarces, ações ou até mesmo o silêncio.

Cada vez mais aprendemos sobre a complexidade da comunicação e sobre o papel do cérebro em enviar e receber mensagens. Pode-se perceber as intrincadas capacidades de cada indivíduo para recusa, negação, desvio, distorção e perda de memória. Mas também para exatidão, precisão, regeneração e invenção.

Experiências sobre rumores mostraram como as informações podem ser distorcidas, adicionadas, aumentadas ou parcialmente perdidas, quando passadas de uma pessoa para outra, até serem quase irreconhecíveis mesmo que ninguém tenha pretendido enganar ninguém.

Allport e Postman (1947) criaram uma "lei básica do rumor", onde postulavam que a quantidade de rumores em circulação iria variar de acordo com a importância que o assunto tem para os indivíduos e a ambigüidade da

evidência pertinente ao tópico em debate: se tanto a importância quanto a ambigüidade forem zero, a probabilidade de um rumor é também zero.

Bok (1978) define a mentira como:

“uma mensagem enganosa intencional na forma de um relato”.
(p.13)

Aqueles que descobrem que foram enganados sobre um assunto importante – como por exemplo o afeto e a lealdade de seu cônjuge – geralmente ficam ressentidos, desapontados e desconfiados. Eles sentem-se injustiçados e passam a ser mais cautelosos em suas novas relações. Passam a olhar suas antigas crenças e ações sob a luz das mentiras descobertas.

“A infidelidade é pequena quando você pensa que seu casamento foi completamente diferente do que você pensava que foi. Você não sabe mais o que foi verdade ou não”. (L., 43, roteirista)

“A infidelidade pode não ter sido a pior coisa, mas foi a mais perturbadora, não tanto pelo sexo, mas por causa dos segredos e das mentiras”. (T., 36, psicóloga)

“Eu não sei se essa história toda da traição me deixou mais ressentida ou mais perplexa com as pessoas... A impressão que eu tenho hoje é que trair passou a ser uma coisa banal, tão banal quanto se apaixonar”. (F., 36, publicitária)

“Me avisaram, abre o olho... começaram as desculpas, depois as mentiras... é preciso confiar na mulher com quem você

está casado ou vai passar o tempo inteiro examinando as contas do celular e os recibos do cartão de crédito”. (A., 42, comerciário)

Eles vêem que foram manipulados e que ficaram incapazes de fazer as escolhas para eles mesmos ou agir como gostariam se soubessem de tudo o tempo todo. É claro que alguns indivíduos podem decidir abandonar suas escolhas para si mesmos, deixando os outros decidirem por eles. Porém, isto deve ser uma opção e não secretamente imposto por mentiras ou outras formas de manipulação. A maioria das pessoas resistiria a perda de controle sobre as próprias escolhas e aquelas que desejam delegar aos outros porque a experiência ensina as conseqüências de quando os outros mentem para nós, mesmo que seja “para o nosso próprio bem”.

“A mentira te dá a chance de manipular tudo, ao seu bel prazer. Se eu soubesse naquela época o que eu sei hoje, claro que tudo seria diferente... Mas eu não sabia de nada, nada, ele fazia as coisas muito bem feitas, ele fez um mundo paralelo ao nosso, cheio de mentiras”. (I., 49, professora)

“Mas se eu pudesse escolher, eu gostaria que tivessem me contado... é claro seria horrível ouvir isso, mas iria me poupar de muito tempo perdido, muita noite sem dormir, muita mentira deslavada, era melhor saber logo de tudo, se era pra acabar, que então acabasse rápido”. (R., 39, bióloga)

“...mas principalmente porque o cara lá que ele saía forçou a barra... Hoje eu sou muito grata a esse cara, Deus sabe até quando eu ia ficar nessa situação”. (F., 36, publicitária)

Segundo Bok (1978), uma mentira cria imediatamente uma distância entre a pessoa que diz e aquela que a recebe. A mentira não só separa e aliena, mas também impede o outro de escolher como experienciar e agir numa realidade compartilhada. A mentira bloqueia a liberdade do outro para reagir e responder a “realidade” e o coloca num limbo em que só é possível responder ao que “parece” existir no relacionamento.

“A primeira mentira é a mais difícil, você acha que pode não dar certo, aí você fica um pouco nervoso... Depois, não é que fique mais fácil, mas você já se acostuma e aprende a lidar melhor com ela”. (E., 39, corretor de valores)

“Além da mentira sobre o determinado assunto, vinham depois as mentiras para desfazer o efeito da mentira anterior”. (A., 42, comerciário)

Os depoimentos anteriores referem-se não só a mentiras, como também a infidelidade. Spring (1999) aponta para três tipos básicos de infidelidade conjugal: a traição como desejo de novidade sexual, de vencer o tédio do casamento; a traição como afirmação da feminilidade ou masculinidade, casos dos traidores compulsivos que precisam de nova conquista para descartá-la em seguida; e a síndrome de Madame Bovary – protagonista do clássico romance de Flaubert sobre a infidelidade feminina – em que a insatisfação afetiva leva a uma busca de um amor romântico que não existe.

Obviamente, muitas mentiras são triviais. Mas como ao nos contarem mentiras, não temos como julgar quais mentiras são triviais, e como não temos confiança de que os mentirosos irão restringir-se a tais triviais mentiras,

tendemos a ser cautelosos com a situação. Mesmo tendo uma só pessoa sido enganada, muitos outros podem machucar-se no final, sentindo as conseqüências da mentira, mesmo não tendo sido alvo dela.

“Ele mentiu por um ano com essa história, que eu saiba né... mas essas mentiras respingaram em todo mundo, na nossa filha, nos pais dele, até em alguns amigos nossos que ele chegou a envolver”. (T., 36, psicóloga)

“Ele não mentiu só pra mim, ele mentiu pra todo mundo, pros pais dele, pros nossos amigos, inclusive pra ele mesmo, eu não sei como ele conseguiu ficar tanto tempo nessa mentirada toda, eu imagino o quanto ele deve ter sofrido, mas o que eu não vou perdoar nunca é ele ter envolvido tanta gente inocente nessa história”. (F., 36, publicitária)

“Também quando você é pego, acabou... a mentira tem um efeito retroativo, é feito um investimento... você vai arriscando, mas se você perde, aí você perde tudo... e sobra pra todo mundo, sobrou inclusive pros garotos”. (E., 39, corretor de valores)

Bok (1978) considera ainda que a pessoa enganada muitas vezes coopera com o mentiroso, por exemplo, não confrontando-o a respeito de diversos assuntos. O conhecimento é negado, afastado e reprimido por ser muito doloroso.

“Eu sabia que havia alguma coisa errada, mas eu tinha medo de perguntar. Eu achava que podia resolver o problema não falando nada, simplesmente esperando que o problema fosse

embora... eu sei que é estranho, mas eu achava que as coisas iam melhorar". (I., 49, professora)

"Inconscientemente, eu colaborei com as mentiras dele, eu deixava correr solto mesmo. Num casamento, você não deveria ter que chamar o seu marido para depor." (A., 48, administradora)

"No fundo no fundo, eu torcia para que ela descobrisse tudo logo de uma vez. Para mim era tudo tão óbvio, a cama diz muito isso, quando as coisas começam a ficar estranhas na cama, pode contar que está acontecendo alguma coisa. Eu não quero me fazer vítima dessa história, aliás eu nem posso, mas para mim não falar desse assunto era ótimo ! Eu queria me separar, mas é como se eu tivesse me dado um mandato: quando ela descobrir, eu me separo. E eu esperei..." (E., 39, corretor de valores)

A mentira pode dar poder aos que foram enganados – poder esse de que todos que sofrem com as conseqüências das mentiras não querem abdicar.

"Depois que ela descobriu tudo, as coisas se inverteram, as regras do jogo mudaram... Ela fez uma série de exigências, tanto na separação quanto depois... Na época, eu tava meio confuso, acabei concordando com tudo, achei que ela tinha sido enganada, sei lá, acabei concordando com tudo..." (D., 44, médico)

"Eu fiquei preocupado com o que ela podia dizer pras crianças, talvez ela pudesse me proibir de vê-las, fiquei mesmo com medo da reação dela". (M., 35, empresário)

Bok (1978) comenta que há um desequilíbrio na avaliação de uma verdade e uma mentira. Segundo a autora,

“mentir requer uma razão, enquanto contar uma verdade não”. (p. 22)

Os prováveis mentirosos, por outro lado, têm diferentes preocupações. Para eles, a escolha é sempre difícil. Eles podem acreditar, como Maquiavel, que *“grandes coisas têm sido feitas por aqueles que têm pouca consideração pela boa fé”*. Eles podem acreditar que podem fazer sábio uso do poder que a mentira traz. E podem ter confiança na sua própria habilidade em distinguir os momentos em que boas razões apóiam a sua decisão de mentir. Os mentirosos geralmente reivindicam uma boa razão para mentir.

“Ele falou que não queria me magoar... Quem não quer magoar, não faz o que ele fez”. (A., 48, administradora)

“Eu sempre gostei muito dela. Nunca foi a minha intenção magoá-la... essas coisas acontecem”. (J., 45, publicitário)

“No começo, eu achei que fosse ser uma paquera, uma trepada, alguma coisa assim... você também não tem que ser sincero o tempo todo, aí que você vai arruinar o teu casamento rapidinho... qualquer um que te diga que é sincero o tempo todo, está mentindo, só que ninguém quer admitir que mente, mas todo mundo mente o tempo todo, é que nem inveja, ninguém diz que tem, os outros que sempre têm inveja de você, você nunca. Com a mentira é a mesma coisa, as pessoas gostam de dizer ‘ah, fulana mentiu pra mim, me enganou’, mas todo mundo mente, é da natureza humana mentir”. (D., 44, médico)

“Eu queria muito ter um filho, era muito importante para mim... eu falei que estava tomando pílula, mas eu já tinha parado há uns dois meses”. (M., 38, psicóloga)

“Os homens além de mentirosos são cínicos... Ele queria me proteger, você acredita que eu ouvi isso ? Ele queria me proteger... Se ele quisesse realmente me proteger, ele devia ter me protegido dele, pois o maior inimigo não eram os casos que ele tinha, o maior inimigo era ele dentro da nossa casa, mentindo da hora que acordava até a hora que ia dormir...”. (T., 36, psicóloga)

“Depois que eu descobri tudo mesmo, foi aquela baixaria, e aí ela ainda me disse que mentiu para proteger a verdade”. (A., 42, comerciante)

O último exemplo citado acima por A. é interessante por mostrar o maior paradoxo que uma desculpa pode conter: mentir em consideração à verdade.

Os mentirosos dividem com aqueles que enganam o desejo de não serem enganados. Como resultado, sua escolha em mentir é algo que eles gostariam de reservar a si mesmos, enquanto insistem que os outros sejam honestos.

“Ele podia mentir à vontade, mas detestava a idéia que alguém pudesse enganá-lo. Uma vez eu tive que mentir sobre a prestação de um carro que a gente tinha comprado, nossa, quando ele descobriu, ele acabou comigo...” (T., 36, psicóloga)

Bok (1978) assinala a preferência daqueles que mentem por um status de “passageiro-livre”, que os dê os benefícios de mentir sem os riscos de serem enganados. Alguns desejam esse status apenas para eles. Outros estendem aos seus amigos, grupo social ou profissão. Segundo a autora, o “passageiro-livre” tira errônea vantagem em ser uma exceção, e não poderia existir em um mundo onde todos escolhessem exercitar as mesmas prerrogativas. Em certas épocas, mentirosos agem como se acreditassem que tal status de livre passageiro fosse seu e os desculpasse. Em outras situações, ao contrário, é o fato que outros mentem que desculpa sua decepcionante imagem aos seus próprios olhos.

“Eu não sei também se ela não mentiu pra mim, ela diz que não... eu vou acreditar ? Eu também dizia pra ela que não mentia, e aí ?” (D., 44, médico)

Todos querem evitar ser enganados por outros tanto quanto possível. Mas muitos gostariam de poder medir as vantagens e desvantagens numa maneira mais detalhada sempre que eles estiverem na posição de escolher ser ou não enganados. Eles podem invocar razões especiais para mentir – tais como a necessidade de proteger confidencialidade ou de poupar os sentimentos alheios. Eles tendem a colocar uma interpretação muito mais benevolente de suas desculpas para mentir e estão, então, muito mais desejosos em aliviar uma bem intencionada mentira por sua parte.

“A traição não está principalmente no sexo, mas no segredo. Não é com quem você mente, é para quem você mente”.
(L., 43, roteirista)

Mas nessa benevolente auto-avaliação pelo mentiroso das mentiras que ele talvez conte, alguns tipos de desvantagens e prejuízos são quase sempre negligenciados. Os mentirosos costumam pesar apenas o imediato prejuízo da mentira aos outros contra os benefícios que esperam alcançar. O ruim em tal perspectiva é que ela ignora ou subestima dois tipos adicionais de prejuízo – o prejuízo que mentir causa aos próprios mentirosos e o prejuízo feito ao nível geral de confiança e cooperação social. Ambos são cumulativos e difíceis de reverter.

“Ele já havia mentido uma outra vez, eu tentei esquecer... mas a gente nunca esquece, a gente esquece de quem é sincero, mas nunca esquece de quem mente pra gente”. (I., 49, professora)

“Nesse caso, a mentira só me deixou marcas de desconfiança e desencanto”. (F., 36, publicitária)

O mentiroso é afetado por suas próprias mentiras, primeiramente pelo simples fato dele saber que mentiu. Ele pode considerar a mentira como um ataque a sua integridade. Ele certamente olha aos que enganou com uma nova cautela. E se eles descobrem que ele mentiu, ele sabe que sua credibilidade e o respeito pela sua palavra foram prejudicados.

“É claro que você se sente mal por estar mentindo, você tem que ter um relacionamento muito ruim pra se vangloriar de suas mentiras, o que não era o nosso caso...” (E., 39, corretor de valores)

“Sempre antes da gente transar, ele perguntava sobre as pílulas, e eu ficava muito mal... uma vez eu cheguei a chorar no meio do sexo, ele perguntou se era emoção e eu chorei mais ainda. Eu não sei se você já enganou alguém, mas é uma das piores coisas a se fazer com alguém que a gente gosta”. (M., 38, psicóloga)

Uma mentira pública numa importante questão, uma vez revelada, atinge o narrador. Devemos concluir então que cada mentira tem seu efeito? E aqueles que contam umas poucas mentiras de vez em quando? A mentira atinge os mentirosos da mesma maneira? Segundo Bok (1978), nenhuma mentira trivial corrói a integridade do mentiroso. O problema, segundo a autora, é que os mentirosos tendem a ver a maioria das suas mentiras nessa luz benevolente e comumente subestimam os riscos que correm. Esses riscos são aumentados pelo fato de que poucas mentiras são solitárias. É fácil contar uma mentira, mas é difícil contar apenas uma. A primeira mentira deve ser diretamente conectada com a outra. Mais e mais mentiras são necessárias e o mentiroso tem sempre consertos a fazer. Com isso, os esforços tornam-se cada vez maiores. Muitos entrevistados confessaram que manter as inverdades em bom reparo requer uma excelente memória.

“Eu não sei como ele conseguia contar tanta mentira... depois eu pensei, se ele conseguia mentir pra própria mãe, ele seria capaz de mentir para qualquer um...” (T., 36, psicóloga)

“Ele não mentiu só pra mim, ele mentiu pra todo mundo, pros pais dele, pros nossos amigos, inclusive pra ele mesmo... porque a mentira estava na identidade dele, a identidade é o que você realmente é... eu então não sabia quem ele era... não sei

como ele conseguiu ficar tanto tempo nessa mentirada toda...” (F., 36, publicitária)

“A mentira é um troço que você tem que ficar repetindo pra você mesmo a história, senão você esquece... O pior não é nem ficar elaborando as histórias não, o pior é o cuidado que você tem que ter o tempo todo pra não te pegarem”. (E., 39, corretor de valores)

“... é muito divertido mas é também um ‘stress’, você tem que ser muito hábil... não é pra qualquer um não...” (M., 35, empresário)

“Eu comecei a achar que era quase um vício mesmo dele, porque ele começou a mentir e não parou mais, e as coisas iam tomando uma proporção enorme...” (R., 39, bióloga)

Após as primeiras mentiras, outras poderão vir mais facilmente. As barreiras psicológicas caem. As mentiras parecem ser mais necessárias e menos repreensíveis. A habilidade em fazer distinções morais torna-se menos sensível e a percepção do mentiroso sobre suas chances de ser pego podem confundir-se. Essas mudanças podem afetar seu comportamento em maneiras sutis, mesmo que ele não seja descoberto. Ele irá tornar-se menos confiável do que aqueles de inquestionável honestidade. E é inevitável que mais freqüentes mentiras aumentem a chance de algumas serem descobertas. Então, mesmo se o mentiroso não tiver um senso pessoal da perda de integridade, ele poderá arrepender-se do estrago a sua credibilidade cujas revelações causaram. Paradoxalmente, uma vez que sua palavra não é mais confiável, ele será

deixado com poder diminuído – apesar da mentira muitas vezes trazer um relativo ganho em poder sobre os enganados.

Mesmo que o mentiroso se importe um pouco com os riscos que suas mentiras causam aos outros, esses riscos raramente entram em seus cálculos. A predisposição para mentir influencia no julgamento, sempre considerando-se as boas razões para mentir.

“Às vezes, a desonestidade protege as pessoas de se machucarem. Se evita que as pessoas se defrontem com coisas desagradáveis, acho que vale a pena”. (D., 44, médico)

Os mentirosos estão aptos a superestimar a sua própria boa vontade, os seus nobres motivos e assim, tentar escapar da detenção. Isso também leva a uma superconfiança na impenetrabilidade de sua própria história. Mas a chance de prejuízo aos mentirosos pode raramente ser excluída. Os mentirosos ignoram o segundo tipo de prejuízo. Mesmo que eles se esforcem a estimar as conseqüências aos indivíduos – eles próprios e os outros – de suas mentiras, eles geralmente falham em considerar os muitos caminhos pelos quais a mentira pode se espalhar e se desdobrar. Enquanto as mentiras são espalhadas, a confiança é quebrada. Segundo Bok (1978):

*“a confiança é um bem social a ser protegido tanto quanto o ar que respiramos ou a água que bebemos. Quando é quebrada, a comunidade como um todo sofre. Quando é destruída, a sociedade tropeça e colapsa”.
(p. 27)*

Embora todos nós saibamos os riscos de mentir, sabemos também que existem horas em que a mentira nos é útil, até mesmo necessária, se pudermos enganar com impunidade. Segundo a autora, uma desculpa procura suavizar, e algumas vezes até mesmo remover inteiramente a culpa de algo que iria ser de outro modo uma transgressão. A autora classifica ainda três tipos de desculpas a fim de extenuar mentiras.

- 1) A suposta mentira não é realmente uma mentira, mas talvez uma brincadeira, uma piada, uma evasiva, um exagero ou até mesmo um vôo da imaginação.
- 2) Embora tenha havido a mentira, o agente não é realmente ou completamente responsável. O mentiroso pode alegar que ele nunca teve a intenção de mentir, ou então foi forçado a enganar.
- 3) O mentiroso admite que mentiu, aceita a responsabilidade pela mentira, mas oferece motivos para mostrar que ele deveria ser parcialmente ou até mesmo totalmente inocentado de culpa. Ele oferece razões morais para mentir, razões para mostrar que uma mentira deve, sob tais circunstâncias, ser permitidas.

Bok (1978) ainda coloca que existem razões para mentir nas quais nunca são oferecidas nenhum tipo de desculpa. “Mentir para fazer você sofrer” ou “Eu minto o tempo todo e não vejo nada de errado nisso” não são desculpas, logo não há nada para desculpar.

As mentiras com o intuito de evitar sérios danos geralmente são mais desculpáveis do que as outras com o objetivo de causar um dano. As mentiras

intencionais, são julgadas mais severamente do que aquelas contadas sem premeditação, assim como as mentiras solitárias são julgadas ~~menos~~ menos severamente do que aquelas que se repetem.

Algumas pessoas alegam legítima defesa como desculpa para mentir, como o impedimento de um mal a alguém. Porém, dizer que alguém mentiu em legítima defesa é uma coisa. Admitir que alguém mentiu unicamente para o benefício próprio ou tirar vantagens de uma situação é outra coisa. Já que evitar um dano parece ser mais convincente, aqueles que formulam desculpas para mentir para favorecer eles mesmos costumam realçar a importância e o tamanho do dano que eles evitaram com suas mentiras. (Mas, aos seus próprios olhos, eles tendem a se justificar referindo-se aos benefícios que eles estão trazendo.)

Mentiras são acreditadas melhor se elas evitam danos ou se ajudam aos outros ao invés de si próprios. Porém, a alegação de que o altruísmo adiciona desculpabilidade deve ser olhado com bastante cuidado. Muitos mentirosos utilizam a desculpa do altruísmo quando eles bem querem, já que essa desculpa do altruísmo é geralmente fundamentada na crença do mentiroso em sua própria bondade.

“Às vezes, a desonestidade protege as pessoas de se machucarem. Se evita que as pessoas se defrontem com coisas desagradáveis, acho que vale a pena”. (D., 44, médico)

“Os homens além de mentirosos são cínicos... Ele queria me proteger, você acredita que eu ouvi isso ? Ele queria me proteger... Proteger de que, de quem ? ... Se ele quisesse realmente me proteger, ele devia ter me protegido dele, pois o maior inimigo não era essa mulher, nem eram esses casos que

ele tinha que eu ainda fui descobrir mais tarde... vai ver até que eram todas vítimas que nem eu, porque quem engana um, engana dez... o maior inimigo era ele dentro da nossa casa, mentindo da hora que acordava até a hora que ia dormir...". (T., 36, psicóloga)

Além disso, mesmo genuinamente bem intencionadas, muitas mentiras fracassam no objetivo de realizar os tão pretendidos benefícios. As possibilidades de erro sobre as boas intenções de alguém são imensas. E mesmo se essas intenções são realmente boas, não há obviamente nenhuma garantia que essas mentiras tragam boas conseqüências.

"Eu fico pensando hoje, de que que adiantou tanta mentira ? Estamos separados, temos um péssimo relacionamento, os meninos estão cada vez mais distantes dele, e vice-versa, eu não sei, fica difícil falar do que a gente não sabe, mas acho que se as coisas tivessem sido mais conversadas, com mais maturidade, tudo seria diferente hoje, não estou dizendo que eu não estaria magoada, nada disso, acho que eu teria sofrido de qualquer forma, mas as coisas seriam diferentes..." (R., 39, bióloga)

*"Agora, desfeita a farsa, só resta esquecer...
Mentiras que calam na alma fazendo sofrer.
Rasguei suas cartas, queimei suas recordações
Mentira, cansei de ilusões".*

(Tito Madi, "Cansei de Ilusões")

4.3) Manifestações de Descontentamento

*“Já lhe dei meu corpo, minha alegria
Já estanquei meu sangue quando fervia
Olha a voz que me resta
Olha a veia que salta
Olha a gota que falta
Pro desfecho da festa
Por favor...”*

(Gota d'água, Chico Buarque, 1975)

A acentuação de aspectos negativos pelo cônjuge insatisfeito é o inverso do processo que nos dirige desde o início para o outro. Quando nos apaixonamos, a aura romântica que envolve o relacionamento amoroso funciona como um poderoso tranqüilizante. Essa aura aplaca a irritação da descoberta de defeitos inesperados no parceiro. Geralmente extraímos o que há de bom do conhecimento que temos da outra pessoa, concentrando sobre as características positivas e vendo as diferenças como complementares.

*“Você se apaixona por alguém e parte do que você gosta
são as diferenças. Depois você casa e as diferenças começam a
te levar à loucura total.” (R., 39 anos, bióloga)*

Quando o relacionamento se torna problemático, muda-se novamente o enfoque, desta vez para as características negativas. Segundo Duck (1982), o cônjuge insatisfeito concentra-se mais e mais nos defeitos, minimizando os aspectos positivos. Acentuam-se mais as diferenças do que as semelhanças, vendo-as como problemáticas ou aversivas. A partir dessa crescente

infelicidade, começa-se até mesmo a exagerar os defeitos do parceiro (Johnson, 1982).

“Eu lembro que, uma coisa que me irritava profundamente era que, quando ele saía, ele verificava se estava levando o maço de cigarros no bolso. É só você olhar e ver se tem volume no bolso, mas ele tinha a mania de dar duas batidinhas. Eu ficava esperando ele fazer isso. Aquilo me irritava de um jeito que parecia que ele havia me dado uma surra.” (T., 41, psicóloga)

“Durante dez anos, ele molhava o saquinho de chá seis vezes na xícara e depois jogava na pia. Quem você acha que ia lá pegar ?” (R., 39, bióloga)

“Tudo irrita. Você fica irritada porque ele não pendura a calça no cabide, porque não abaixa a tampa do vaso ou porque dirige feito um louco”. (T., 36, psicóloga)

“Me irritava o fato de que, toda vez que eu pedia um favor na cozinha, depois ele me olhava como se merecesse uma medalha por isso, para que nunca mais lhe fosse pedido mais nada na vida”. (D., 40, executiva)

“Não suportava quando ela me servia café em xícara molhada. Custava enxugar ?” (A., 35, personal trainer)

Segundo Davis (1973), o cônjuge insatisfeito não somente redefine o parceiro em termos negativos, como também reconstrói a história do relacionamento, reordenando as lembranças em uma cronologia de acontecimentos igualmente negativa, onde as épocas ruins se sobressaem. Os

indivíduos quando explicam como chegaram a constituir uma união assim, dificilmente mencionam amor. É claro que as pessoas iniciam relacionamentos íntimos por razões complexas, nem todas reconhecidas na época ou algum tempo depois. Porém, quando se separam, reinterpretam o processo de se unir a alguém, repassando as razões, eliminando ou desprezando as que justificam a união em favor de qualquer coisa como acaso, necessidade ou mesmo um engano completo.

“Com toda a honestidade, hoje eu posso dizer: qualquer um teria parecido bom para mim. Minha carência era gritante.” (R., 39 anos, bióloga)

“Eu não queria casar, mas ela engravidou, e houve uma pressão muito grande das duas famílias, e dela também... eu gostava dela, eu só não queria casar, eu gostava da minha vida de solteiro.” (A., 35, personal trainer)

“Nós já estávamos pensando em casar, todos os nossos amigos já estavam casando...” (D., 40, executiva)

“Eu me formei e me pareceu o certo casar, já namorávamos 5 anos, não havia mais muita coisa a fazer... Sabe aquele momento que ou você casa ou você se separa. Pois é, eu estava nesse momento...” (M., 35 anos, empresário)

“Nos conhecemos em épocas muito vulneráveis de nossas vidas e nos ajudamos mutuamente assim como amigos... foi isso que aconteceu... namoramos um pouco, sei lá... Foi um erro esse casamento”. (M., 38, psicóloga)

“Eu devia estar aloprado quando me casei, eu cheirava muito naquela época... No dia do casamento, eu disse para mim mesmo: ‘Estou cometendo um grande erro’...” (A., 36, economista)

“Não posso dizer com segurança o que me levou ao casamento. Eu era daquelas mulheres que alimentam a indústria das noivas e dos ‘happy ends’ ”. (T., 36, psicóloga)

“Eu queria muito, muito, muito casar, casar na Igreja, vestida de noiva, com uma grande festa, muitos padrinhos de cada lado, convites com aquelas letras em dourado, vídeo, aquela coisa toda que eu tinha direito, eu já ia fazer 30 anos, e achava que ia ficar ridículo casar desse jeito depois dos 30... ele acabou cedendo, é verdade que ele não queria muito não... eu que queria casar, queria muito, a gente inclusive quase terminou por isso porque teve um dia que eu falei que se a gente não casasse, eu ia terminar...” (F., 36, publicitária)

“Nos casamos muito mais pelas razões de outras pessoas do que pelas nossas, nem tivemos oportunidade para escolher racionalmente alguém que tivéssemos certeza de que era realmente aquela pessoa com quem queríamos passar o resto das nossas vidas, porque na minha época, casamento era para sempre. Foi tudo feito de uma forma ingênua e imatura, eu tinha 20 anos e ele 21, o que que a gente sabia da vida ?” (A., 48, administradora)

Segundo Berger (1963), a habilidade para alterar a história passada e a compreensão de quem são nossos parceiros decorre o fato de os acontecimentos que constituem nossas vidas estarem sujeitos a múltiplas

interpretações, seja pelas pessoas de fora, seja por nós mesmos. Ainda segundo o autor, passamos o tempo todo interpretando e reinterpretando, procurando constantemente colocar o passado em consonância com o presente. Quando somos infelizes, procuramos explicar o fracasso do presente através de uma reinterpretação do passado, procurando: *“corrigir o destino através de uma reconstrução da história”*. (p. 54)

O casamento oferece um lugar fértil para o exercício da reordenação de incidentes e identidades. Cria-se na relação conjugal um ambiente íntimo com o parceiro a quem se ama. Porém, esse mesmo ambiente íntimo pode se tornar o lugar mais vulnerável de todos. Ao amar e confiar, conhecendo falhas e defeitos, esse conhecimento pelo parceiro pode, a qualquer momento, converter aquele ambiente íntimo em lugar perigoso, onde cada um possui informações que podem ser usadas contra o outro (Simmel, 1903).

À medida que se intensifica o descontentamento do cônjuge, os indícios se tornam mais visíveis e o cônjuge passa a exibir sua insatisfação para si mesmo e para os outros. Segundo Simmel (1903), ao expressarem descontentamento, os sujeitos dão à sua infelicidade uma constituição real, tornando-a reconhecida e confirmada.

Segundo Berger e Kellner (1964), o cônjuge começa a mostrar descontentamento para outras pessoas significativas. Através de uma variedade de mecanismos, ele transmite a mensagem, para pessoas escolhidas (ou “audiências escolhidas” na terminologia de Goffman, 1959) de que nem tudo está bem. Na ausência do parceiro – e muitas vezes, na sua presença – ele demonstra publicamente a sua infelicidade, refletindo desinteresse ou falta de respeito.

*“Permiti que algumas pessoas soubessem que eu não estava feliz com meu casamento antes mesmo de falar com ele”.
(R., 39, bióloga)*

“Comecei a preparar meus filhos para o que ia acontecer. Expliquei que a gente não estava se entendendo e que era melhor que cada um cuidasse de si. Mas que eles viriam para a minha casa na hora que quisessem e até hoje é isso”. (E., 39, corretor de valores)

Segundo Goffman (1959), algumas estratégias são tão sutis que o cônjuge não pode ser acusado de fazer algo inaceitável. Ao mostrar descontentamento com o parceiro, o cônjuge também está transmitindo uma mensagem para os outros à sua volta e, às vezes, até mesmo uma informação importante sobre o parceiro e o relacionamento (Goffman, 1967).

“Uma vez eu cheguei atrasado a uma festa chatíssima da família dela, com parentes chatíssimos. No começo ela fez de conta que não me viu chegar, e ainda falou alto que eu devia estar por aí me divertindo”. (J., 45, publicitário)

“Havia uns jantares que aconteciam todo mês na casa de um amigo dele, e as esposas também iam. Era uma coisa inacreditável. Aqueles homens se juntavam, bebiam até não poder mais, depois ficavam se espreguiçando na sala, falando mal das mulheres e contando casos escabrosos. Aquilo era uma falta de respeito total. E uma vez, ele ainda se virou lá pra um daqueles e disse: “queria ver se você era capaz de aturar uma mulher como a minha”. (A., 48, administradora)

“Ele já tava muito mudado, e como eu te falei, eu não tinha a mínima idéia do que estava acontecendo, teve uma vez então que a gente foi pra Búzios com um casal, e eu fiquei dando umas indiretas pra ele na frente desse casal que estava com a gente, e depois ele me chamou a atenção, mas na época eu lembro que eu até gostei, porque eu queria atingi-lo de alguma forma, já que ele não falava nada...” (F., 36, publicitária)

O cônjuge pode mencionar um detalhe não muito agradável ou alguma particularidade secreta sobre o parceiro ou sobre um incidente ocorrido com o parceiro, enquanto todos os presentes riem, constrangidos, diante da revelação indesejável.

“Sempre nas festas, podia ser o assunto que fosse, que para fechar o assunto ele falava: “Isso não é nada, vocês precisam ver quando a R. ...”, e aí continuava... como se fosse uma competição, sempre tinha alguma coisa do meu comportamento anormal que era imbatível com as outras histórias.” (R., 39, bióloga)

No caso acima, R. teria algumas opções, tais como: desmentir, oferecer uma desculpa, rir junto ou se tornar hostil, porém nenhuma dessas opções prevalece sobre o fato de que seu cônjuge introduziu uma informação desqualificante sobre sua parceira e sobre o relacionamento.

O cônjuge também mostra descontentamento em conversas reservadas com confidentes, fazendo revelações sobre o parceiro e o relacionamento, partilhadas e avaliadas com outra pessoa, na medida em que elabora dúvidas e frustrações em voz alta (Berger e Kellner, 1964).

“Foram sessões e mais sessões perguntando: ‘Como foi que isso aconteceu?’ Eu confiava nela. É preciso confiar na mulher com quem você está casado ou vai passar o tempo inteiro examinando as contas do celular e os recibos do cartão de crédito”.
(A., 42, comerciário)

Segundo McCall (1966), a exibição de descontentamento é uma forma de testar os outros, de “soltar balões de ensaio” e de observar a postura que os outros terão, já que ele pode ser tomado de surpresa, quando um suposto aliado argumenta em favor do parceiro.

“Minha filha tinha dez anos, comecei a explicar as coisas pra ela, o que estava acontecendo com a gente e ela foi ficando muito triste... Tanto que as fotos dela naquela época mostram um olharzinho muito triste. Eu nem gosto de ver essas fotos”. (T., 41, psicóloga)

“Conversei com a minha filha, ela estava entrando na adolescência na época... fiquei muito preocupada com o julgamento dela, principalmente em relação a mim, né? ... e a imagem que ela teria de tudo isso, é claro, fiquei com muito medo que ela se aliasse ao pai, o pai era tudo pra ela, fiquei realmente com muito medo que ela escolhesse ficar com o pai, sei lá...” (L., 40, roteirista)

Os que pensam em terminar o relacionamento geralmente falam com pessoas que ouvirão sem condená-los e assim, eliminam automaticamente algumas que poderão ter uma resposta desfavorável.

“Eu contei tudo para minha mãe, claro que ela ficou muito preocupada com os meninos, mas ela nunca gostou muito do H. Na verdade, ela o detestava... Ela sempre falava que minha vida andou pra trás desde que eu me casei. Quando eu engravidei pela segunda vez, ela falou: “você insiste mesmo em ter filhos com esse homem”...” (R., 39, bióloga)

“Contei pra minha comadre tudo que estava acontecendo em casa.... No final, ela disse assim: ‘É isso o que você quer num marido?... Lembro que na época eu achei isso tão forte...” (V., 39, professora)

“Contei tudo o que tinha acontecido para a minha mãe, lembro que ela falou: ‘Ele é nojento’, isso me deixou um pouco atordoada, porque parecia muito forte”. (T., 36, psicóloga)

“Antes de me separar, contei tudo pro meu pai. Ele me disse um monte de coisas maravilhosas, que me fizeram chorar mais ainda. Sabe como é pai... Me lembro de perguntar: ‘Pai, o que que eu vou fazer agora?’ e ele me respondeu: ‘Não há muito o que fazer’...” (M., 38, psicóloga)

À medida em que o descontentamento é mostrado, os problemas da relação tornam-se mais claros e começam a se cristalizar. Segundo Berger e Kellner (1964), com a seqüência de conversas, uma idéia é, em geral, transformada em possibilidade. O cônjuge começa então a se distanciar publicamente do parceiro. Quando formamos um casal, demonstramos nossa ligação com o parceiro, através de gestos de atenção e afeto (Berger e Kellner, 1964). Porém quando nos separamos, nossa tendência é demonstrar

desatenção e desafeto. O cônjuge dissocia-se publicamente do parceiro não apenas através do conteúdo dos segredos revelados, mas pelo próprio fato de revelá-los. Segundo Goffman (1959), a maioria dos casais colabora para apresentar uma imagem pública harmônica, mantendo normas de privacidade sobre o funcionamento interno do relacionamento. Ao revelar o desacordo para as “audiências escolhidas”, o cônjuge sinaliza uma fissura do compromisso que ele tem com o relacionamento. Uma rejeição da associação é uma forma de separar-se do parceiro sem separar-se fisicamente. Assim, o cônjuge cria uma separação pública que ocorre diante de pessoas escolhidas antes que a separação física se torne parte da história pública do relacionamento.

“Minha sobrinha nos convidou para sermos padrinhos do seu casamento. Ela tinha a imagem que formávamos um casal maravilhoso. Eu já tava cheia das mentiras e naquele dia, falei: ‘Somos o casal errado. O casal de anos atrás era assim. As coisas estão diferentes agora’...” (L., 43, roteirista)

Algumas pessoas responderão ao descontentamento do cônjuge oferecendo ajuda. Ao trocar segredos com confidentes, o cônjuge pode reforçar laços já existentes. Porém, pode também extingui-los. Segundo Goffman (1967), enquanto o parceiro que é alvo de descrédito pode cair na desgraça daqueles que testemunham as manifestações de descontentamento, ele não é o único, pois, ao desacreditar publicamente o parceiro, o cônjuge se arrisca a desacreditar-se a si mesmo.

Segundo Berger e Kellner (1964), as revelações públicas do cônjuge resultam no prosseguimento das conversas que validam a visão de mundo que ele está criando, não apenas em relação à imagem do parceiro, mas também

com respeito àquela que ele tem do relacionamento. Como resultado, os defeitos do parceiro e da relação assumem uma dimensão que não possuíam antes. Devido à natureza da “audiência escolhida”, as definições negativas do cônjuge continuam a crescer. Goffman (1959) assinala que a segregação da audiência é um recurso freqüentemente utilizado para proteger preconceitos.

“O ator segrega as suas audiências de modo que os indivíduos que o testemunham em um dos seus papéis não sejam os mesmos que o assistirão em um outro. (...) Deve ficar claro que, assim como é útil para o ator excluir pessoas de uma audiência que o verão em um outro desempenho inconsistente com o primeiro, também é útil para ele excluir da audiência aqueles diante dos quais apresentou, no passado, um papel inconsistente com o atual”. (p.137-140)

Segundo Berger & Kellner (1964), por intermédio do processo de “liquidação através de conversas”, a imagem do parceiro é transformada pela fala. Se o cônjuge procura um aconselhamento, as definições negativas ganham uma confirmação adicional ao serem discutidas com um profissional capacitado. A relação problemática torna-se “oficialmente problemática” (A., 48, administradora).

A manifestação de descontentamento inicia o processo social de luto, que é essencial para a separação. McCall (1966) sugere que o processo de luto se inicie com o desejo de terminar a relação. Na separação, os cônjuges enfrentam não só a perda, mas a possibilidade da contribuição para que ela ocorra. Os cônjuges tentam justificar o fracasso para si próprios ao recorrerem a aspectos negativos que estão deixando para trás. Ao mostrar descontentamento para consigo mesmo e para com os outros, os cônjuges

enfrentam o fracasso e o luto privado e público do objeto. Inicia-se aí, muitas vezes, uma “*ruminação obsessiva*” (J., 37, engenheiro). Segundo Weiss (1981), a separação física desencadeia uma revisão por parte dos dois parceiros. Ao exibir descontentamento diante de si mesmo e dos outros, o cônjuge desenvolve uma narrativa sobre o parceiro e o relacionamento que torna a separação mais compreensiva e aceitável. O parceiro que é deixado deve ser um parceiro inadequado, e se ele errou profundamente, o abandono é socialmente legitimado. Porém, Weiss (1981) ainda assinala que:

“Aqueles que terminam um casamento por causa de falhas do cônjuge freqüentemente sentem remorsos e culpa. Apenas quando as deficiências deste tornam-se verdadeiramente insuportáveis é que se sentem justificados em abandoná-lo.” (p.75)

Contudo, a manifestação de descontentamento torna-se gradativamente mais ousada quando o cônjuge começa a ver o casamento não apenas em crise, mas sem salvação. O descontentamento não é mais expresso para melhorar a situação, mas para convencer o parceiro de que o relacionamento não satisfaz mais. Porém, os indícios continuam permanecendo sutis e indiretos. Os cônjuges reconhecem a dificuldade de um confronto direto.

“Eu ficava muito calado em casa, porque não sabia o que tinha para falar, na dúvida, deixava rolar... sabia que em alguma hora, a gente ia ter mesmo que conversar, então eu não antecipava...” (J., 37, engenheiro)

“Eu implicava muito com o futebol dele, ele adorava futebol, e domingo a noite, era um tal de ficar vendo uns debates horríveis na televisão, onde os caras falavam alto, discutiam, brigavam, e eu perguntava: ‘Por que você fica tanto tempo vendo televisão?’... hoje eu sei que não era só o futebol que me chateava.” (T., 41, psicóloga)

“Eu queria que ele me falasse o que estava acontecendo, mas ele se esquivava do assunto ou saía de casa, no final, toda vez que eu perguntava, ele ia pra rua, foi realmente muito difícil.” (F., 36, publicitária)

“Eu sei que estava me tomando uma pessoa muito chata e até mesmo hostil, tudo estava me incomodando, mas eu não sabia direito o que estava acontecendo, achava que era a proximidade com a menopausa... Hoje certamente teria feito tudo diferente”. (I., 49, professora)

“É muito difícil ter um confronto direto...Eu era muito covarde para isso.” (M., 35, empresário)

“Ele tinha um mau-humor silencioso, que podia ser o indício de alguma coisa errada.” (A., 48, administradora)

Os cônjuges evitam também o confronto direto pela própria incerteza sobre a direção de suas vidas. Quando estão incertos, não são totalmente diretos em seus esforços para convencerem o parceiro que a relação não tem solução. Assim, se queixam, mas não com muita intensidade – às vezes, nem com muita consistência.

Alguns cônjuges suavizam a manifestação de descontentamento tanto para protegerem seus parceiros com a si próprios. Assim, como o ex-marido de F., 36, publicitária, que dizia “*estou infeliz*” e não “*estou infeliz ... e sou gay*”. Ou como o entrevistado J., 45 anos, publicitário, que disse “*estou infeliz*” e não “*estou infeliz... e saindo com outra pessoa*”.

“É um saco esse negócio de ficar negociando tudo. Quem tem tempo e disposição pra isso hoje em dia?” (J., 45, publicitário)

Alguns cônjuges temem que a revelação da profundidade de sua insatisfação resulte em discussões ou represálias.

“Eu fiquei muito preocupado com o que ela podia dizer pras crianças, não sabia o que ela ia contar, ou até onde ela pudesse contar... sei lá, talvez ela pudesse me proibir de ver as crianças, fiquei mesmo com medo da reação dela, de vez em quando ela é meio furiosa.” (M., 35, empresário)

“Na época, ele falou que ficou inseguro, com medo que eu o proibisse de ver nossa filha. Acho que nem que eu quisesse, eu poderia”. (F., 36, publicitária)

Muitas vezes, sem desejar abandonar o relacionamento, o cônjuge precisa explorar e avaliar sozinho a situação, dando assim uma aparência de “participação” (Goffman, 1967) criando uma cobertura protetora que lhe permitirá “voltar” se os recursos alternativos não derem certo. Ainda segundo Goffman (1959), nossa facilidade para desempenhar um papel com o qual não estamos mais comprometidos é uma das habilidades que adquirimos.

Apresentamo-nos aos outros de forma muito semelhante a de atores, modelando nosso desempenho ao papel que nos foi conferido em uma situação particular. Assim, a comunicação é, muitas vezes, distorcida. Só fornecemos fragmentos do que realmente ocorre dentro de nós durante um momento específico da comunicação (Goffman, 1959; Wolff, 1950). Esses fragmentos são sempre selecionados e arrumados de modo que raramente ocorre uma apresentação fiel de nossa realidade interior. Ela é transformada, reduzida, redirecionada, recomposta (Wolff, 1950). Uma vez que tenhamos aperfeiçoado o papel, somos capazes de encená-lo, estejamos ou não com vontade, simplesmente através da reprodução dos indícios.

Segundo Brannen e Collard (1982), o cônjuge pode rechaçar informações de modo a preservar ou manter a situação presente, a postergar uma escolha difícil ou evitar uma situação ameaçadora, lutando para manter o casamento. Bok (1982) argumenta porém que ao ser conivente na manutenção de segredos, ele priva-se da possibilidade de fazer algo para acabar ou aliviar o perigo em potencial.

Segundo Goffman (1967), a natureza de um vínculo íntimo é muito difícil de ser confirmada. Os indícios produzidos por ambos, enquanto encenam o papel de parceiros, tendem a ser interpretados pelo outro como sendo o relacionamento. Os custos de se verificar constantemente o que o outro parceiro está sentindo ou fazendo são altos.

“É um saco esse negócio de ficar negociando tudo. Sabe que mulher é assim... Quem tem tempo e disposição pra isso hoje em dia ?” (J., 45, publicitário)

“Eu não ia colocar um detetive atrás dele só pra ter certeza, não é ? O fato de eu ter tido essa idéia já era suficiente difícil para mim.” (R., 39, bióloga)

Sendo assim, cada parceiro está em posição de ser enganado ou iludido pelo outro (Goffman, 1959). Segundo o autor, o parceiro é capaz de manter as aparências de que tudo está bem através da falsificação, modelagem e manipulação dos indícios.

“Nós sempre saímos muito com dois casais e eu insistia muito para sair com esses casais, porque era quando eu me divertia, eu sei que assim tudo parecia bem, nós jantávamos juntos e a conversa era ótima até mesmo com ele, tudo ficava bem. Quando voltávamos para casa, a gente sabia que ficava diferente.” (R., 39, bióloga)

Segundo Goffman (1959), manter segredo é resultado de uma colaboração. A fala da entrevistada acima confirma isso – o parceiro tem também sua participação.

Os indícios do cônjuge podem ser vagos e difíceis de serem detectados. Porém, o parceiro pode considerar que as “*más notícias*” (R., 39, bióloga) são tão inconsistentes que não são ouvidas ou não são levadas em consideração. O parceiro colabora na manutenção do segredo na medida em que se auto-ilude. O cônjuge não é o único a ter segredos, pois, como observa Bok (1982):

“segredos estão no centro da auto-ilusão: o segredo é parte de toda ilusão. Ao nos iludirmos, de acordo com tal visão, mantemos em segredo de nós mesmos a verdade que não podemos enfrentar”. (p. 60)

A comunicação de descontentamento têm dois pontos: a dificuldade de dar más notícias e a dificuldade de receber tais notícias. Assim, os parceiros selecionam as boas novidades, não as más, pois de outra maneira elas poderiam forçá-los a alterar seu mundo. Eles selecionam o conjunto de indícios, incorporando aqueles que são consistentes com seu atual referencial e descartando aqueles que o contestam. Se aceitarmos a descrição de Goffman (1959) de uma encenação como algo tão delicado que o acontecimento mais levemente discordante pode destruir a impressão que o ator está tentando criar, podemos pensar a respeito da habilidade dos parceiros para desconsiderar pistas que interfiram com a impressão que está sendo apresentada a eles. A resposta pode residir na interdependência entre os cônjuges. Se ator e audiência, na terminologia de Goffman (1959), não são interdependentes, se a audiência não tem preconceitos em relação à impressão apresentada, então a interpolação de uma pista incongruente é devidamente observada e assinalada. Se, de outra forma, o ator e a audiência são interdependentes, então a audiência (neste caso, o parceiro) está propensa a suavizar continuamente a encenação. Um indício que ela está tomando uma direção que, no final das contas, poderia acarretar dispêndio, tem, por isso mesmo, a possibilidade de ser desconsiderado.

“Achava estranho ela chegar tão tarde do trabalho. Mas eu falava para mim mesmo: ‘Cara, você está imaginando coisas’... É preciso confiar na mulher com quem você está casado ou vai passar o tempo inteiro examinando as contas do celular e os recibos do cartão de crédito”. (A., 42, comerciário)

“Claro que eu achava estranho toda vez que eu perguntava o que estava acontecendo, ele ia pra rua, às vezes falava que ia ao cinema, uma vez cheguei a pensar em ir atrás dele, mas é tão difícil, a gente fica tão perdida, sem saber o que fazer...” (F., 36, publicitária)

“Analisando tudo hoje, dá pra ver que ele dava muitas pistas que alguma coisa fora de casa estava acontecendo. Ele chegava em casa, cansado, e não dizia quase nada”. (I., 49, professora)

Segundo Bok (1982), o parceiro desconsidera informações de modo a preservar ou manter a situação presente, a adiar uma escolha difícil ou a evitar uma situação ameaçadora. Porém, a longo prazo, ao ser conivente com o cônjuge na manutenção de segredos, ele priva-se da possibilidade de fazer algo para abortar ou aliviar o perigo potencial.

“Sempre foi estranho para mim, como passávamos de ter tanto dinheiro a ter tão pouco, mas agora é claro que compreendo tudo melhor, porque a outra coisa que consumiu nosso dinheiro foi o caso que ele teve com a vagabunda, viagens, motéis, roupas e o carro que ela ganhou”. (L., 40, roteirista)

“Claro que tínhamos problemas, mas achava que era parte normal da convivência, que não havia nenhum motivo para alarme”. (D., 44, médico)

Tradicionalmente, muitas famílias mantêm as coisas em sigilo. A manifestação de descontentamento é reservada para audiências selecionadas. Segundo Goffman (1959), na maior parte das vezes, os casais cooperam para

apresentar-se harmonicamente quando aparecem diante das pessoas. Uma reação descrita por amigos do entrevistado J., 37, engenheiro, quando ficaram sabendo de sua separação “*O quê ? mas vocês formavam um casal perfeito !*” é um exemplo dessa nossa habilidade.

Segundo Goffman (1967), os parceiros respondem de modo a suprimir informação, já que as respostas são guiadas pelo princípio-chave da interação cotidiana: em encontros sociais, evitamos embaraçar a outra pessoa. A colaboração dos dois em manter o segredo não é apenas altruística, pois ambos tem o que perder num confronto direto. O cônjuge que quer se separar não se arriscará a perder o relacionamento, até que tenha criado o que lhe pareça ser um nicho seguro em outro lugar. Eles geralmente só revelarão tudo ao parceiro quando os custos de manter a relação forem suplantados pelos benefícios de abandoná-la. O parceiro só reconhecerá os indícios da discórdia e confrontará seu cônjuge diretamente quando a situação custar tanto em termos de energia emocional e dignidade humana, que ele perca mais ignorando do que revelando.

O cônjuge que se encontra em uma situação infeliz e deseja romper o vínculo pode ser incapaz de confrontar diretamente o seu parceiro. Assim, seu descontentamento pode ser expresso de várias formas: irritabilidade (“às vezes, eu tinha ganas de voar nas costas dele”, T., 36, psicóloga), rispidez (“eu sei que sou muito estúpido quando eu quero”, J., 45, publicitário), destempero (“eu normalmente já falo muito alto, naquela época, eu confesso, era tudo aos berros”, D., 44, médico), ausência (“cada vez mais tempo fora de casa”, A., 35, personal trainer) ou silêncio (“mau-humor silencioso”, A., 48, administradora).. Todos esses indícios são um reflexo da tensão e do estresse que os cônjuges estão vivenciando. Eles estão pesando as conseqüências de ficarem ou partirem, e mostrando a agitação que normalmente acompanha qualquer grande decisão.

A preocupação em como abordar o parceiro também produz estresse e mudanças de comportamento (Duck, 1982).

A combinação de todos esses indícios amplia a manifestação de descontentamento. Assim, os cônjuges desafiam a definição do parceiro, de si mesmos e do próprio casamento. Eles passam, deliberadamente ou não, a criar uma dissonância no parceiro, realizando ações para provocá-lo.

“Eu comecei a chegar cada vez mais tarde da academia para ver se ela tinha alguma reação, comecei a marcar clientes para os últimos horários, às vezes, depois das 9 horas da noite... Sei lá, queria ver se ela falava alguma coisa, se ela reclamava... e aí passei a ficar cada vez mais tempo fora de casa, no começo na academia mesmo, mas depois ficava por aí pela rua, pela noite”
(A., 35, personal trainer)

“Essa sensação de silêncio é muito ruim, um silêncio pesado... Ele chegava em casa, cansado, e não dizia quase nada”.
(I., 49, professora)

“Por duas vezes, ele chegou em casa de madrugada, sem me avisar nada, e ainda por cima, esquecia as chaves...era claro que ele ali já estava começando a me dizer o que estava acontecendo”. (L., 40, roteirista)

*“Deixe em paz meu coração
Que ele é um pote até aqui de mágoa
E qualquer desatenção, faça não
Pode ser a gota d’água”.*

(Chico Buarque, Gota d’água, 1975)

4.4) Momento de Decisão

“Quebrei o teu prato
 tranquei o meu quarto
 bebi teu licor.
 Já arrumei a sala
 já fiz tua mala
 pus no corredor.
 Eu limpei minha vida
 te tirei do meu corpo
 te tirei das entranhas
 fiz um tipo de aborto
 e por fim nosso caso acabou,
 está morto...

(Ivan Lins e Vítor Martins, “Bilhete”, 1982)

O parceiro que não quer se separar não admitirá que o relacionamento esteja em crise até que seu cônjuge manifeste seu descontentamento com determinação e clareza suficientes, de modo que o parceiro não possa mais evitar essa conclusão. O cônjuge aumenta a frequência, a intensidade e a visibilidade dos indícios que eram antes relevados. Um indício novo é dado através do confronto direto, no qual o cônjuge revela segredos de forma exaustiva e clara.

“Eu já estava mostrando que o casamento estava horrível, eu falava que tava infeliz... Até que um dia, depois do jantar, a gente foi pro escritório, e eu disse que queria me separar porque tinha outra mulher. A gente chorou muito, foi uma cena pesada, e ela fez uma série de perguntas, inclusive sugeriu uma separação temporária, mas eu falei que queria o divórcio”. (J., 45, publicitário)

“Ele me falou que já estava com outra mulher, que havia se apaixonado, uma porção de baboseiras, aí quem não quis mais fui eu”. (A., 48, administradora)

“Ele já tinha falado umas duas vezes em separação, e eu falei que queria continuar o casamento, até um dia que ele falou: ‘Eu sou gay’... aí meu amigo, eu não podia fazer mais nada, lutar com isso já é muita loucura pra mim” (F., 36, publicitária)

“Pensei que meu casamento pudesse sobreviver a uma infidelidade. Toda vez que ia ter uma troca de carinho, vinha a presença da outra. Aquilo ficou marcado.” (I., 49, professora)

Os cônjuges confrontam diretamente seus parceiros não apenas com sentimentos negativos, mas com o desejo de se separar. Essas duas mensagens juntas são tão fortes que o parceiro é obrigado a alterar o referencial que vinha mantendo. Nas entrevistas analisadas, os cônjuges confrontaram seus parceiros ou foram confrontados por eles apenas quando estiveram certos e determinados sobre o que queriam. Os entrevistados falaram do momento preciso em que *“soube que a relação havia terminado” (J., 45, empresário)* , *“depois do que ela disse, não havia mais nada a fazer” (A., 42, comerciante)* ou *“percebi que não pertencia mais àquele lugar. É um sentimento de ser um visitante ou um estranho na sua própria casa” (R., 39, bióloga)*. Permanecer junto é totalmente incompatível com o sentido de si mesmo.

“A gente tava evitando qualquer tipo de conversa, porque na hora em que sentássemos para conversar, ia ser irreversível. Como foi mesmo... a gente tava com muito medo, mas eu lembro

bem, a gente ia ao cinema no Fashion Mall, ela pediu para eu comprar os ingressos antes, era um sábado, eu não fui, e quando a gente chegou lá, tava lotado, na volta pra casa a gente começou a conversar e ficamos até de madrugada, foi quando a gente decidiu tudo, naquela noite mesmo... a impressão que tenho hoje é que já tava tudo pronto de ambas as partes, só faltava o momento". (J., 37, engenheiro)

"Até o dia em que ele me disse que só faltava o meu aval para sair de casa. Eu disse: 'tá liberado, você é livre para isso', e ele saiu no dia seguinte. É claro que eu não queria que ele tivesse saído, eu falei isso, mas eu queria que ele ficasse e lutasse pela gente..." (A., 48, administradora)

"Relutei bastante a me separar, mas quando tive a certeza que iria ficar com meu filho, tudo ficou mais fácil. No dia seguinte, já estava alugando um apartamento para mim e para ele." (A., 42, comerciante)

"Foi muito estranho. Quando ela falou que queria se separar, eu comecei a rir. Não sei se eu estava descrente ou nervoso mesmo. Era impossível imaginar a minha vida sem ela, apesar da falta do interesse sexual e de todo o tédio que a gente tava vivendo". (D., 44, médico)

"Eu já estava ensaiando essa conversa há algum tempo, mas na hora eu não conseguia. Falei com ele num sábado no meio do Jornal Nacional, aí ele pediu para esperar o intervalo. Esperei e falei de novo, mas ele não estava me levando a sério, passei a semana toda falando sobre isso, até que sentamos para conversar. É uma coisa que no fundo eu não entendo muito. Ele

não estava feliz, não gostava mais de mim, mas achou um absurdo eu querer me separar.” (V., 39, professora)

Muitas vezes, o momento de certeza do cônjuge ocorre depois que teve uma vivência intensa em outro lugar. A justaposição entre os dois mundos cria um “*choque de reentrada*” (M., 35, publicitário) onde o cônjuge passa a vivenciar o ambiente doméstico com a outra experiência ainda presente em sua mente. Nesse momento, os cônjuges não se questionam mais se devem ou não se separar, mais sim começam a pensar em como sair. Segundo Jablonski (1991) muitas pessoas permanecem em casamentos insatisfatórios porque não tem vontade de passar pelos custos econômicos, emocionais e sociais de deixá-los: filhos, falta de coragem, medo do sofrimento, medo da solidão, sentimento de culpa, decréscimo no padrão de vida, perda de outras relações, reação dos pais, sogros (“*é melhor sacrificar-se do que procurar uma realização plena*”, D., 40, executiva) e amigos, “*que também tiveram seus problemas, mas seguraram as pontas*” (R., 39, bióloga). Os cônjuges que confrontam o parceiro com seu desejo de terminar o casamento são os que acreditam que podem enfrentar os custos da transição. Nem todos os que têm certeza de que querem a separação agem imediatamente. O planejamento é algo sério e os cônjuges se tornam eficientes a esse respeito. Goffman (1959) chama esses planos de “*estratégias secretas*”, isto é, intenções e capacidades que são ocultadas para impedir os outros de se adaptarem efetivamente em relação ao objetivo pretendido.

“Só pensava em me separar, eu pensava nas estratégias para me separar, como se fosse um plano que eu estava elaborando”. (V., 39, professora)

“...que eu queria me livrar dele, daquele homem, do casamento, como eu ia dizer isso, o transtorno que isso ia me causar, sem poder contar isso a ninguém...” (D., 40, executiva)

“Eu procurei um advogado sem ela saber para conhecer os caminhos legais para me separar, as leis do divórcio tem pontos sutis”. (J., 45, publicitário)

“Eu já pensava meio que por alto em me separar, mas quis ter certeza que meu namoro com S. estava firme para falar no assunto...” (M., 35, empresário)

“Aí eu pensava: das minhas amigas separadas, quem é que está bem ? quem já está namorando ?” (R., 39, bióloga)

Além do confronto direto, observei nas entrevistas um método indireto usado pelos cônjuges para forçar os parceiros a redefinirem o relacionamento como em crise: a violação das regras do relacionamento. O cônjuge quebra alguma regra (explícita ou não) sobre a conduta apropriada em relação ao parceiro ou à própria relação. A transgressão é uma quebra de confiança tão grande que o auto-conceito do parceiro fica ameaçado; a dignidade pessoal é desafiada em uma extensão que o parceiro não pode continuar no relacionamento sem se sentir humilhado (Davis, 1973). A transgressão de regras na relação conjugal a que me refiro pode ser sobre: partilha de segredos, desrespeito, grosserias e maus tratos, agressão física e infidelidade. O limite do parceiro para tolerar essas violações de regras depende de quanto tais violações se tornem públicas. Embora os membros do casal possam humilhar uns aos outros, as indignidades sofridas podem ainda ser toleradas porque ninguém sabe a respeito delas. Se a violação de regra se torna do

conhecimento dos outros, o parceiro geralmente age de forma a evitar o embaraço social (Goffman, 1967).

As violações que são as mais públicas são aquelas que envolvem sexo com outra pessoa. Brannen e Collard (1982) argumentam que esse tipo de transgressão não questiona apenas o comprometimento do cônjuge, muitas vezes sugerindo inadequação sexual do parceiro. Assim, é potencialmente prejudicial tanto em relação à estima pública, como no que se refere à auto-estima do parceiro.

“Eu disse que queria me separar porque tinha outra mulher. A gente chorou muito, foi uma cena pesada, e ela fez uma série de perguntas, inclusive sugeriu uma separação temporária, mas eu falei que queria o divórcio”. (J., 45, publicitário)

“A infidelidade é pequena quando você pensa que seu casamento foi completamente diferente do que você pensava que foi. Você não sabe mais o que foi verdade ou não.” (L., 43, roteirista)

“Eu descobri tudo, mas mesmo assim quis confrontá-la. Tava torcendo para que tudo fosse um engano, sei lá... ela contou a história toda, quer dizer, a história toda eu não sei, de repente tinha muito mais coisa ainda... depois do que ela disse, não havia mais nada a fazer.” (A., 42, comerciante)

“Ele falou que foi um incidente sexual isolado. Mas as pessoas não se encontram e transam assim, isso não é o Cinemax”. (T., 36, psicóloga)

A violação de regras do cônjuge pode aparecer em razão de alguém ter visto o cônjuge em alguma situação ou atividade suspeita e incomum. Aqueles que testemunham essas provas ficam diante de um sério dilema.

“Você não sabe o que fazer... mas eu se eu pudesse escolher, eu gostaria que tivessem me contado, seria horrível ouvir isso, mas iria me poupar de muito tempo perdido, muita noite sem dormir, é quando tiram um esparadrapo de você, a melhor coisa é quando tiram rápido, não fica enrolando...” (R., 39, bióloga)

O dilema é maior para aqueles que vivem na mesma casa e que são leais com os dois parceiros: o filho.

“Meu filho de 8 anos escutou na extensão do telefone uma conversa que não deveria ter escutado e acabou comentando com a mãe dele”. (M., 35, empresário)

As testemunhas em geral permanecem em silêncio, só sentindo alívio quando o casal se separa.

“Depois que eu me separei, vieram me contar um monte de histórias, nem sei se todas eram verdadeiras... Enfim, mas agora, não adiantava mais”. (A., 48, administradora)

“Parece que todo mundo sabia que ele era um canalha, menos eu, isso é tão estranho, não é? Como é que pessoas que estão de fora da história conhecem melhor o seu marido que você mesma?” (L., 43, roteirista)

“Uma prima minha depois veio me contar que o viu uma vez no Shopping com um cara que ela não conhecia, enfim, aí as pessoas começam a fazer especulações...” (F., 36, publicitária)

“Existe um código entre os amigos: você não deve falar mal da mulher do outro, até se separar. Eu sei disso porque já usei esse código várias vezes.” (A., 42, comerciário)

“Eu aprendi que você nunca deve falar sobre infidelidade com as suas amigas, esse assunto é muito delicado. Se você conta que viu o marido de uma com outra mulher, depois quando o casal se acerta de novo, a sua amiga passa a te evitar, é como se você fosse testemunha de um segredo, e ela vai te odiar por isso”. (M., 38, psicóloga)

Algumas vezes, as notícias levam o parceiro a procurar provas que confirmem as informações recebidas. Quando é trazida por uma terceira pessoa, o parceiro geralmente é levado a agir, porque o que até então era uma vaga suspeita ganha legitimidade. As ações do cônjuge agora têm uma testemunha, isto é, alguém tem provas da violação de regras por parte do cônjuge, e aquilo que poderia ser ignorado não pode ser mais desconsiderado.

“Ela começou a procurar provas e mais provas, isso consumia todo o tempo dela. Todo o esforço e pensamento era pra isso, ela grampeou o telefone, quanto mais eu negava, acho que ela mais se estimulava, parecia uma tarefa de vida ou morte, é louco isso... ela tava disposta a fazer um trabalho extraordinário, até que eu resolvi falar tudo e acho que foi melhor assim”. (M., 35, empresário)

“Eu não ia colocar um detetive atrás dele só pra ter certeza, o fato de eu ter tido essa idéia já era suficiente para mim”.

(R., 39, bióloga)

Quando os cônjuges desviam, através da violação de regras, a responsabilidade pelo confronto para com o seu parceiro, nem sempre pode-se afirmar se a intenção estava presente ou ausente. Para responder essa questão, deve-se olhar cuidadosamente para os detalhes de cada entrevista. Mesmo assim, acho difícil ter uma resposta, pois muitos entrevistados também não conseguem dá-la para si mesmos.

Porém, é importante ressaltar que o confronto cria a possibilidade de negociação. Se ambos os parceiros reconhecem que o casamento está em crise, eles tomam-se capazes de negociar e tentar reconsiderar. Muitas vezes os cônjuges que querem se separar sentem que já tentaram, quando concluíram que o casamento estava em crise. Procuraram comunicar sua infelicidade, manifestar seu descontentamento e modificar a relação e/ou o parceiro. Quando falharam, caminharam em outras direções. Agora, é o parceiro que está pronto para repensar a relação. Muitas vezes, ele pede uma outra oportunidade.

“Eu fiquei em casa ainda um tempo, muito mais pra ver se a gente ficava bem do que qualquer outra coisa. Várias vezes inclusive eu pedi para ela reconsiderar, pensar melhor no assunto, tinha os gêmeos... às vezes eu achava que ela tava pensando nisso, mas um tempo depois ela pediu novamente que eu saísse de casa”. (D., 44, médico)

Algumas vezes, o cônjuge recusa-se a negociar. A decisão de separar é definitiva.

“A gente chorou muito e ela fez uma série de perguntas, inclusive sugeriu uma separação temporária, mas eu falei que queria o divórcio”. (J., 45, publicitário)

“Hoje eu vejo como eu facilitei as coisas para ele. A gente mata antes com o medo de ser morta, isso é defesa não é?... Eu que terminei, ele nem teve o desgaste de terminar. Ele desistiu antes de se desgastar”. (M., 38, psicóloga)

A tentativa de reconsiderar é prejudicada pelo desequilíbrio de poder no casamento. O cônjuge que deseja se separar está em vantagem, uma vez que mesmo renunciando às alternativas para poder tentar uma reconsideração, ele sabe que elas existem e estão disponíveis. O cônjuge compreende que pode se auto-realizar em outro lugar, e a existência de alternativas gera poder. Ou seja, é a existência de alternativas que leva o cônjuge a confrontar o parceiro ou comportar-se de modo a levar este a um confronto. O desequilíbrio de poder entre os dois cônjuges torna-se mais presente pela prontidão de um deles para ir embora, modificando a vida do outro.

Schwartz (1973) assinala a relação entre espera e distribuição de poder:

“possuir o poder para fazer uma pessoa esperar é, acima de tudo, possuir a capacidade de modificar a conduta dela de modo a torná-la congruente com os próprios interesses. Esperar é tornar-se dependente da disposição daquele por quem se espera”. (p. 841-870)

A tentativa pode não dar em nada. Enquanto um define o casamento como passível de ser mantido, o outro pensa em terminar o relacionamento, mostrando seu descontentamento até que o parceiro chegue à mesma conclusão. O cônjuge pode concordar em tentar uma reconsideração, mas somente para convencer o parceiro de que o casamento está acabado. Sua idéia não é a de tentar, mas sim a de fracassar na tentativa.

Goffman (1952) assinala que um método de reparar uma afronta é dar às pessoas uma nova oportunidade de satisfazerem os requisitos do papel no qual fracassaram. O autor aponta para o fato de que, embora se dê freqüentemente uma segunda oportunidade, ela é raramente aceita:

“porque fracassar em um papel remove a pessoa da companhia daquelas que tiveram sucesso, mas não a coloca de novo – pelo menos em espírito – no convívio daquelas que não tentaram ou estão a ponto de tentar. A pessoa que fracassou em um papel é uma fonte constante de embaraço, pois nenhum dos padrões convencionais de tratamento é completamente aplicável à ela. No lugar de tentar uma segunda vez, ela geralmente se refugia em um outro lugar onde seu passado não perturbe seu presente” (p.457)

A conclusão de Goffman (1952) depende de quão público seja o fracasso. As expectativas sociais sobre a inabilidade de uma pessoa para encená-lo, acrescido do estigma social ligado ao fracasso, podem minar tanto habilidades como coragem, levando assim a pessoa a deixar o ambiente e assumir o risco de um outro fracasso. Mas quando uma segunda oportunidade é oferecida antes que o fracasso se torne público, a oportunidade é percebida como uma oportunidade para se ter sucesso e, assim, aceita. É quando a

segunda oportunidade é percebida como uma oportunidade para se fracassar – e fracassar publicamente – , que a pessoa não a aceitará.

Enquanto o parceiro procura salvar o relacionamento, o cônjuge tenta levá-lo a aceitar a separação. O parceiro luta não apenas para manter a relação, como também para manter as aparências e a “honra social” (Goffman, 1952), o que explica a tendência energética do parceiro em salvar o casamento, mesmo quando admite que a relação “*não tem sido boa*” (D., 44, médico). Segundo Goffman (1967), os cônjuges podem dar a impressão de que tentam, e ao mesmo tempo, passarem a mensagem de que a tentativa não está funcionando.

Estando agora separados, cada um dos cônjuges testemunha a transição do outro e eles iniciam um novo caminho redefinindo a si mesmo e ao outro como separados. Começam a negociar uma vida própria e a aprender sobre o que são sem o outro. O período de “pós-separação” se refere a esse período de desconstrução do vínculo conjugal no sentido de abertura de espaços intrapessoais e remoção definitiva de alianças. Enquanto entrar em um casamento é algo ritualizado, o mesmo não é válido para a separação. De modo geral, para os entrevistados da minha pesquisa, separar-se significou enfrentar o desconhecido em muitos sentidos. Alguns, por se sentirem sufocados com o relacionamento, ao conseguirem se separar, tiveram sensação de alívio.

“No dia que ele saiu foi um grande alívio. Foi como se um peso de 300 toneladas tivesse sido retirado das minhas costas”.
(V., 39, professora)

“Foi uma espécie de recomeçar, você se sente livre por ter colocado um ponto final numa coisa que já estava desgastada. Foi um alívio”. (T., 41, psicóloga)

“Foi uma libertação”. (A., 35, personal trainer)

Porém, esses mesmos três sujeitos relataram que, num segundo momento, após a sensação de alívio, tiveram dificuldades de lidar com a solidão, com o medo e todas as conseqüências da separação.

“Depois você começa a se dar conta que está realmente só. Tinha horas que eu entrava em desespero, não sabia como fazer as coisas mais simples do mundo. Uma vez a torneira arrebentou, eu falei ‘ai, meu Deus’, não sabia o que fazer, tinha medo de chamar alguém pra consertar... Eu passei a noite inteira sozinha, com a torneira pingando... Foi a solidão da torneira”. (V., 39, professora)

“Foi muito difícil quando eu percebi que estava sozinha, com duas filhas, tendo que me virar em dez pessoas ao mesmo tempo, tomar uma série de decisões. A minha filha mais nova ia mudar de colégio, ia fazer uns testes de equivalência, eu não sabia se era melhor ela repetir o ano ou continuar numa turma mais avançada. É horrível ter que tomar essas decisões sozinha”. (T., 41, psicóloga)

“Eu quis muito me separar, mas depois que eu consegui sair daquela história maluca, eu fiquei deprimido com toda a história. Fiquei mal de sair do apartamento, embora na época, a idéia tinha sido minha, e pior foi ter me separado do meu filho. Todo dia eu ligava pra ele e dizia: ‘Você sabe que o papai te ama’... um dia, ele falou: ‘de novo, você fala isso todo o dia’...” (A., 35, personal trainer)

A solidão e o medo estiveram presentes também nos sujeitos que nem chegaram a ter uma sensação de alívio num primeiro momento. O término de uma relação abala a auto-estima dos indivíduos, sendo comum eles reeditarem todas as perdas já vividas. Nem sempre o sofrimento é exclusivamente por causa do parceiro.

“Eu ficava pensando assim: como é que eu vou me virar sozinha ? Não vou dar conta das coisas... Fiquei com muito medo. Depois eu descobri que é perfeitamente normal criar filho sozinha... Se furar o pneu, você troca”. (L., 43, roteirista)

“Tive que vender o apartamento para ter uma reserva de dinheiro, aliás a venda do apartamento foi o que mais me maltratou, porque foi onde os meninos cresceram. Eu sentia que estava vendendo a minha história junto, isso é horrível, mas eu sabia que tinha que me movimentar, procurar outro apartamento, e tudo isso sozinha, eu fiquei com muito medo de tudo”. (A., 48, administradora)

“É muito difícil ficar sozinho. Você chega do trabalho, tem que esquecer tudo porque tem seu filho que não tem culpa de nada”. (A., 42, comerciário)

O sentimento de nostalgia também aparece bastante.

“É complicado lembrar o dia do aniversário dela ou quando fiquei sabendo que o pai dela estava com câncer e não pude ficar presente”. (D., 44, médico)

“Ele gostava muito de bossa nova, eu achava o João Gilberto um chato, nunca curti muito porque a bossa nova começou mais na época dele, eu era mais ligada em rock inglês, e aí teve aquela novela, eu comprei uns CDs que ele gostava de ouvir em casa”. (M., 38, psicóloga)

Alguns simplesmente tentaram seguir em frente, canalizando suas energias para o trabalho.

“Você tem que continuar sua vida normal, sua rotina, nada para. Você tem que trabalhar do mesmo jeito, triste ou contente...”. (E., 39, corretor de valores)

“Fiquei muito absorvido com o trabalho, saía às 7 horas da manhã e só voltava às 8 horas da noite”. (J., 37, engenheiro)

Outros mesmo tentando seguir suas próprias vidas, ficaram ainda muito tempo presos à relação, até mesmo desestruturados, ou por quererem ainda estar nela ou apenas tentando compreender, de fato, o que acontecera.

“Eu passava as noites inteiras acordado, esperando que ela me procurasse para dizer que tudo não passara de um equívoco, que ela devia estar louca, que não sabia o que lhe dera na cabeça... A culpa disso tudo é desse ‘torrão de açúcar’ que é o amor romântico, isso é um veneno, intoxica as mulheres com esses apelos todos melosos. A vida real não é isso não. Alguém tem que falar isso pra elas”. (D., 44, médico)

“Eu dormi muito, todo o tempo que eu tinha eu queria dormir. Eu sabia que era uma forma de escapar da situação”. (F., 36, publicitária)

“Foi horrível, uma confusão na minha cabeça. A gravidez dinamitou o relacionamento. A minha cabeça metralhou de um jeito tal que eu fiquei atordoado”. (N., 49, engenheiro)

“Eu fiquei muito confusa com tudo, com todos os meus conceitos. Para mim, casamento não são os bons dias ou os maus dias. Casamento é todos os dias”. (D., 40, empresária)

“Eu tentava lembrar de coisas horríveis a respeito dele... mas a única coisa realmente horrível sobre ele é que ele me traiu”. (I., 49, professora)

“Ela destruiu o apartamento. Quando eu vi aquela coisa toda destruída, uma cristaleira que a minha mãe tinha dado pra gente toda quebrada, acho que me senti destruído também. Aquela mulher ficou completamente louca, ela nem gostava de mim assim, nunca gostou, ela queria só ter posse. Muita, muita posse. Eu devia estar aloprado quando me casei, eu cheirava muito naquela época... ela que quis casar, eu não queria, falei muito sobre isso, mas ela queria porque queria, gastou uma quantia incalculável naquela festa, diga-se de passagem, uma quantia que nem era dela, era do pai dela... No dia do casamento, eu disse para mim mesmo: ‘Estou cometendo um grande erro’ ... Meu Deus, o que mais ela queria ? a minha vida ?” (A., 36, economista)

*“Ele me disse que nosso casamento tinha sido bom por um longo tempo e eu não conseguia lembrar se tinha sido mesmo”.
(T., 36, psicóloga)*

“É como se você tivesse investido em você, na sua vida, no seu projeto. É incrível que até hoje eu não consegui me organizar totalmente, nem afetivamente, nem com dinheiro. A separação não é apenas o fim do seu casamento. É o fim do sonho. Quando se perde o sonho, temos que substituir por outro. Tem um período que parece que não existe nada, é meio que um vazio”. (R., 38, engenheiro)

“Internamente, eu fiquei muito mal, eu estava tão comprometida por todos esses agravantes, perdi tudo, trabalho... Sempre tive minha independência financeira, voltei pra casa dos meus pais, desempregada, separada, com uma filha pequena... eu era a própria imagem do sofrimento”. (M., 38, psicóloga)

Outros reorganizaram-se em relação à própria casa e a si próprios, muitas vezes com um sentimento de estar “nascendo de novo”, de estar desenvolvendo uma identidade nova desvinculada do antigo cônjuge.

*”Jogue a cópia da chave
por debaixo da porta
que é pra não ter motivos
de pensar numa volta
fique junto com os seus
boa sorte
adeus”.*

(Ivan Lins & Vitor Martins, “Bilhete”, 1982)

4.5) Pais e amigos próximos

*“Se alguma pessoa amiga
pedir que você lhe diga
se você me quer ou não,
diga que você me adora
que você lamenta e chora
a nossa separação”.*

(Noel Rosa, “Último desejo”)

Embora os casais apareçam juntos em diversas audiências, nenhum grupo tem acesso contínuo ao relacionamento - nem mesmo amigos, pais, parentes ou filhos partilham a mesma conjugalidade. Goffman (1959) assinala que a distância temporal de uma encenação é importante para a manutenção de segredos. Se a audiência vai ver apenas uma encenação breve, o casal provavelmente irá realizá-la sem revelar os seus segredos. À medida em que a encenação e a familiaridade com a audiência aumentam, também aumenta a possibilidade de revelar a verdadeira situação. Ainda segundo o autor, a frequência da encenação parece ser tão importante quanto sua extensão. Aqueles que vêm o casal com frequência, e durante encenações longas, estão entre os mais propensos a testemunhar rompimentos do que aqueles que são observadores ocasionais. Contudo, para os que assistem à encenação do casal numa seqüência relativamente contínua – por exemplo, os filhos – a manifestação do descontente torna-se rotineira e é aceita como parte do relacionamento, e não como indício de deterioração.

Os cônjuges dão aos seus vários públicos apenas fragmentos e trechos selecionados de informação. Eles trabalham no sentido de dar uma impressão

pública da relação ao sustentar a imagem que querem transmitir (Goffman, 1959).

Quando o casal se separa, manifesta o descontentamento a uma larga audiência. Revelar ao público tem um efeito poderoso sobre o relacionamento, levando os outros a reconhecerem que ele está em crise. Na medida em que descobrem a separação, suas respostas confirmam a nova situação, e não a identidade de casal, reforçando, assim, a separação.

Wallerstein e Kelly (1980) apontaram para o modo como a separação física dos pais altera a forma pela qual os filhos definem o relacionamento:

“Esse é um passo que os filhos não conseguem deixar de perceber, não importa o quanto possam, consciente ou inconscientemente, negar a ruptura iminente. A separação física efetiva força os filhos a reverem a sua percepção dos pais como unidade e confrontar a evidência visível de uma cisão dentro da família”. (p.36) “Apesar de testemunharem discussões e maus-tratos entre os pais, os filhos têm um conhecimento limitado sobre a dissolução iminente do casamento. Alguns têm apenas uma leve consciência da infelicidade dos pais anterior à decisão de separação. Para outros, o divórcio e a ameaça de divórcio tornaram-se um aspecto crônico mas aceitável da vida familiar; ainda assim, não acham nenhuma prova de que esse conhecimento prévio os tenha preparado”. (p.38).

Romper vínculos com os filhos é também difícil de enfrentar. Segundo Dolto (1971), filhos que ainda moram em casa são alvo de uma competição intensa. Ameaçados com a possibilidade de uma perda tão significativa, os cônjuges, muitas vezes, violam as regras, lutando a qualquer custo pela posse e guarda dos filhos. São convocados advogados, psicólogos e assistentes sociais. Ambos relatam sua definição do relacionamento e do cônjuge em

audiência pública, na tentativa de influenciar esses profissionais de modo a conseguir seu apoio, reforçando a legitimidade de seu ponto de vista.

Pais, filhos, amigos mútuos e próximos são o que chamo aqui de “amigos do casamento”, isto é, são aqueles que têm interesse em que o casamento seja mantido. A situação deles se assemelha, em muitos pontos, à do parceiro que não quer a separação. São confrontados com uma mudança indesejada e ameaçados por alguma perda –reputação, dinheiro, parentes, amigos– e assim, provavelmente, se opõem à separação. São pessoas significativas para ambos os cônjuges (Berger e Kellner, 1964).

Aquele que quer se separar, possivelmente, vai enfrentar uma audiência difícil. Manifestando descontentamento todo o tempo, ele revelou sua infelicidade para pessoas que ele supunha que iriam apoiá-lo e evitou aquelas que se oporiam ao término do relacionamento. Na separação, ele deve contar para as pessoas que provavelmente irão confrontá-lo e, às vezes, condená-lo. Os cônjuges não colaboram mais para manter uma frente unida. Publicamente, cada um começa a desvelar a biografia que juntos construíram para os outros (Berger e Kellner, 1964).

A boa-vontade, a lealdade e o apoio dos pais são fundamentais nessa fase de transição. Alguns familiares apoiaram publicamente seus filhos durante o processo.

“A minha mãe foi ótima, veio de São Paulo para ficar umas semanas comigo, acabou ficando três meses”. (R., 39, bióloga)

“Meus pais apoiaram bastante sim, inclusive financeiramente, embora deixassem bem claro que eu estava cometendo o maior erro da minha vida”. (J., 45, publicitário)

“Antes de me separar, contei tudo pro meu pai. Ele me disse um monte de coisas maravilhosas que me fizeram chorar mais ainda. Me lembro de perguntar: ‘O que que eu vou fazer?’ e ele me respondeu: ‘Não há muito o que fazer’...” (M., 38, psicóloga)

“O apoio foi total, houve até uma superproteção por parte de todos. Minha irmã e minha mãe se telefonavam o dia inteiro para diagnosticar minha condição”. (D., 40, empresária)

“Uma coisa que eu posso garantir a respeito de separação conjugal é que recebemos muitos abraços quando estamos no meio de uma”. (L., 43, roteirista)

“Quando me separei, voltei para a casa dos meus pais. Eles me apoiaram totalmente, mas sabe como é... Nunca é sinal de sucesso você voltar pra casa dos seus pais”. (R., 38, engenheiro)

“Eu tive uma ajuda familiar muito grande. Do meu pai e da minha mãe. A mamãe é mais estourada, mas sempre me ajudou muito. Meu pai assumiu a função de pai da minha filha. Embora ele se diga avô e faça questão disso, ele é um pai para ela”. (T., 36, psicóloga)

“Meu irmão e minha cunhada me ajudaram muito no começo, mas eu me sentia péssima. Às vezes, nós saíamos, os três, e só o fato de eu estar atrás no carro, sozinha, sem um companheiro, com um casal na minha frente, eu me sentia muito mal”. (I., 49, professora)

Porém, nem sempre o apoio dos pais ocorre como esperado.

“Meus pais apoiaram por obrigação. Aos olhos deles, não era uma coisa normal, eles são casados há 40 anos. Acharam que não havia motivo para a separação. Eu fui o primeiro da família a me separar...” (J., 37, engenheiro)

“Acho que do jeito deles até tentaram me apoiar, mas eles ficaram mais perdidos do que eu. Eles já são muito velhinhos. Meu pai tem 82 anos, sabe o que é isso ? ... Todo o santo dia perguntavam: ‘você está melhor agora ?’ ou ‘tem certeza que você está bem ?’ eles demoraram muito pra entender, nem sei se eles entenderam a separação” (N., 49, engenheiro)

Alguns familiares foram contrários à separação porque acreditam que compromisso é compromisso, sem exceções.

“A minha mãe não me apoiou. Ficou numa neutralidade que nesse caso é apoiar contra, porque quando mãe é neutra, é porque é contra”. (T., 41, psicóloga)

“Meus pais não me apoiaram não, pelo menos não na época, eles acharam que eu podia ter feito as coisas diferentes. Olhando para trás hoje, eu concordo com eles, mas quando você tá no meio da história, é muito difícil fazer as coisas da maneira certa”. (M., 35, empresário)

Goffman (1952) assinala que os amigos são ideais para ajudar uma pessoa a ajustar-se a uma perda indesejada porque o relacionamento com eles

não está ligado ao papel no qual a pessoa fracassou. Os amigos estão livres, portanto, para tomarem a responsabilidade pelo processo de reabilitação.

A rede de amigos é outro domínio que sofre rearranjos significativos. Segundo Berger e Luckman (1966), para obter consenso na interpretação do que vai se constituindo como realidade para o casal, ocorre um processo de seleção de atitudes reforçadoras. Assim, delimitam-se campos de exclusão ou neutralização das relações que possam fragilizar as definições da vida a dois (Berger e Kellner, 1964). Na constituição do casal, inicia-se então o descarte de amigos, principalmente daqueles que, relacionados à vida anterior do parceiro, possam ser emblemáticos da vida de solteiro ou de namoros anteriores. Em contrapartida, vão ser bem recebidos os amigos que contribuem para dar maior estabilidade à vida do casal.

Um novo casal é atraído para outros casais e grupos que reforçam a nova definição que eles estão criando. O casal evita associações que enfraqueçam essa definição (Berger e Kellner, 1964).

A separação dos grupos de amizade é o contrário do que ocorre quando duas pessoas decidem viver juntas. O processo de separação é acompanhado de um rearranjo de grupos de amizade que reflitam a separação crescente das duas pessoas. Existe entre as pessoas uma espécie de acordo implícito segundo o qual os casais saem com os casais e os solteiros saem com os solteiros.

“Tínhamos um grupo de quatro casais que sempre saíamos juntos. Era como se fôssemos namorados firmes. É uma das coisas que acontece quando você se torna um casal... Parece que você namora outros casais”.
(D., 44, médico)

Amigos que foram expostos às manifestações de descontentamento de um dos parceiros podem se afastar de modo a diminuir seu próprio mal-estar. Amigos que formam casais felizes podem achar o comportamento do cônjuge que manifesta o descontentamento criticável ou constrangedor, e a partir daí, evitam o casal. Podem alterar o padrão de saírem juntos, optando por encontrarem o casal apenas quando há outros em volta de modo a evitar situações embaraçosas. Outros podem sentir a situação como ameaçadora, por também estarem tendo problemas na relação. O conhecimento de pessoas que iniciaram um rompimento pode encorajar um dos cônjuges a fazer o mesmo, causando o “efeito-dominó”, como apresentado no filme “Maridos e esposas”, (Woody Allen, 1992) - a separação de um casal dentro de um grupo de vários que são amigos, pode ser seguida pela de um ou mais entre eles.

As mulheres recém-separadas transformaram-se de repente em uma possível ameaça para o habitual grupo de suas amigas.

“Tem uma amiga que só me convida para sair se eu estiver com alguém. Ela sempre pergunta: ‘você tá namorando?’ Dependendo da resposta, ela me convida ou não”. (T., 41, psicóloga)

“Eu já senti amigas casadas não me convidando por eu ser solteira e representar uma ameaça”. (M., 38, psicóloga)

“A minha própria prima passou a não me convidar pra mais nada na casa dela. As mulheres te olham como uma ameaça feroz. Os homens se aproximam pra se dar bem. Pensam: ‘mulher separada, nova, morando sozinha, tá carente, tá louca pra dar...’ (T., 36, psicóloga)

“As pessoas dizem que se você não tem um namorado, você é infeliz. Elas dizem: ‘Você tem que ser feliz’, e eu digo: ‘Eu não sou infeliz’. Aí elas dizem: ‘Você é infeliz porque você está envelhecendo e não tem um namorado’. É duro lutar contra essa infelicidade que é imposta”. (D., 40, executiva)

“É como se a mulher estivesse sempre precisando de um homem. Rola uma fantasia da mulher que você está a fim do marido dela. E uma fantasia também do homem que, ou acha que tem que resolver certos problemas teus porque você está separada, ou te olha como uma pessoa disputável”. (A., 48, administradora)

“Os próprios homens te deletam. Eles consideram que você ser uma mulher sozinha é como se tivesse faltando alguma coisa. Tem alguma coisa errada com você. Você não foi escolhida, você não gosta de homem... Senão, você não estaria só”. (L., 43, roteirista)

Os homens recém-separados não foram considerados ameaçadores ao grupo social. Porém, segundo os depoimentos que se seguem, houve uma certa pressão para que eles logo arranjassem uma nova parceira.

“Vários amigos meus se distanciaram. Eu me resenti muito, realmente não entendi porque. Houve um processo de rejeição por parte deles” (N., 49, engenheiro)

“Logo que eu me separei, um amigo meu, que era o meu melhor amigo na época, casado, ficava me arranjando encontros. Toda semana tinha que ter um encontro, ou era uma amiga da

mulher dele, ou uma prima não sei de quem, ou uma vizinha, ele não agüentava que eu ficasse sozinho, eu só podia sair com ele e a mulher dele se eu levasse alguém". (R., 38, engenheiro)

"Eu tenho um amigo que toda vez que me ligava, antes de perguntar se tava tudo bem, ele perguntava: 'e aí, tá namorando?'... E o pior que ficava decepcionado, se eu dissesse que não..." (J., 37, engenheiro)

"Rola uma pressão muito grande pra você logo estar com alguém. A mulher que você estiver vai ser uma espécie de visto de reentrada. É como se você tivesse ido pro exílio, você só vai ser anistiado se apresentar corretamente a documentação, ou seja, uma mulher nos padrões do grupo, que deverá ser analisada detalhadamente em dezesseis ou mais quesitos, tipo a roupa, o cabelo (não é recomendável que seja loira, e se for tem que ser natural), a personalidade, onde mora, que tipo de arte consome, locais que frequenta, aí rola a reunião pra saber se ela vai ser aprovada ou não. Os caras são mais generosos, as mulheres gostam mais de implicar, sabe como é mulher né... Eu sei de tudo isso porque antes de me separar, eu participei de um processo de seleção desses com um amigo meu que se separou..." (A., 36, economista)

Porém, de um modo geral, os entrevistados de ambos os sexos afirmaram terem se aproximado de pessoas solteiras ou separadas. Em alguns casos, estas já eram membros da antiga rede e estavam separadas. Porém, o importante a ressaltar aqui é que a teia de relações se altera no sentido de que seus componentes passam a compartilhar de uma mesma experiência e de uma

mesma ideologia, o mundo dos solteiros, reintegrando-se ao padrão social daqueles que vivem sem parceiros.

Em relação aos amigos mútuos e próximos, inicia-se então uma distribuição. Os novos arranjos vão confirmar não mais a *"identidade conjugal"* (Féres-Carneiro, 1998), mas as identidades separadas de cada um dos parceiros. Nas vinte entrevistas realizadas, constatei apenas dois tipos de resposta em relação a essa distribuição dos amigos mútuos e próximos.

- 1) Os amigos foram incapazes de apoiar ambos os cônjuges de forma igualitária, optando ou se alinhando com um ou com outro cônjuge, como mostram as citações abaixo:

"Os poucos amigos que eu tenho, estiveram sempre comigo".

(A., 48, administradora)

"A divisão foi simples: os que eu trouxe comigo, eram meus amigos de faculdade, ficaram comigo, a gente mantém sempre contato, direto. As amigas dela devem ter ficado com ela, comigo é que não ficaram". (J., 45, publicitário)

"A maioria total ficou com ele, acho que foi porque fui eu quem pedi a separação, acho que muito gente me julgou por ter me separado, acharam precipitado... Meu Deus, eu tinha que esperar mais quantas sacanagens?" (R., 39, bióloga)

"Nesse assunto, eu fui horrível. Eu liguei pra todos os nossos amigos, contei a história toda, acabei com ele e depois ainda pedi pra que eles escolhessem entre eu e ele. Ele nem teve muita chance de se defender, a maioria dos amigos ficou comigo... mas é engraçado,

no fundo no fundo, eu nem queria essas pessoas, eu só queria tirar essas pessoas dele, como eu não pude tirar nada dele, o apartamento que morávamos era do pai, e a nossa filha eu iria poupar, só sobraram os amigos pra eu tirar e foi o que eu fiz. Hoje eu nem vejo mais essas pessoas, não sei se ele tem contato, imagino que não...” (F., 36, publicitária)

“Ficou todo mundo com ela, ela ligou para todos os nossos amigos, contava tudo, e no final mandava a pessoa escolher. Eu sei disso porque um amigo meu, que já era meu amigo bem antes de a gente se casar, me contou que ela havia ligado pra mulher dele e desceu o barraco. Esse foi o único daquela época que eu ainda mantenho contato”. (M., 35, empresário)

- 2) Os amigos simplesmente deixaram de ver os cônjuges porque foram incapazes de escolher entre os dois, achando difícil apoiá-los. Nesse caso, eles se retiraram, isolando os recém-separados.

“Nós tínhamos um grupo de amigos que sempre saíam juntos nos sábados, todo mundo sumiu, ninguém quer participar da guerra não. Não sei se depois procuraram ela. (...) Quando um casal se separa, as pessoas agem como se a separação fosse algo meio que contagioso”. (J., 37, engenheiro)

“Os amigos debandaram. Ninguém quer tomar partido”. (V., 39, professora)

“As pessoas tentam ficar neutras, dizem que não querem se meter, mas não é bem assim não. As pessoas comentaram entre si sobre a gente, eu tenho certeza. Eu lembro bem quando um amigo

nosso se separou, nossa, todo mundo fez várias confabulações pra saber o que que tinha acontecido, aí a gente queria saber se ele tava comendo alguém, se ela descobriu, essas coisas.... O ser humano é um bicho muito curioso, adora uma fofoca". (A., 36, economista)

"As amizades do casal sumiram". (I., 49, professora)

"Os amigos que a gente via não me procuraram mais, me deletaram. Não sei se procuraram ele depois. Essa é o tipo da informação que eu não posso te dar". (L., 43, executiva)

"Todos desapareceram, eu só recebi apoio das minhas irmãs, que foram ótimas". (T., 41, psicóloga)

Segundo McCall e Simmons (1966), além do círculo dos "amigos do casamento", todo relacionamento tem uma audiência de associados e conhecidos que conhecem os cônjuges de forma mais casual. Embora periféricos, eles também recebem uma explicação. À medida em que os cônjuges falam de sua separação para pessoas cada vez mais periféricas no seu mundo social, a quantidade de informação oferecida diminui. Cada depoimento será mais reduzido, condensado e menos variável (McCall e Simmons, 1966). Uma explicação superficial substitui uma extensa.

Informar aos outros sobre o rompimento, se preocupar com aqueles que estão se afastando, mudar o padrão de vida, tudo isso exige esforços e uma negociação constante. As novidades se propagam do círculo íntimo para a família, amigos, conhecidos, até finalmente serem de domínio público, consolidando a situação. Uma separação torna a mudança no relacionamento cada vez mais pública, aumentando as barreiras que se erguem e dificultando um retorno (Berger e Kellner, 1964). Ainda segundo esses autores, quanto

maior a audiência, maiores as pressões sociais para que os que estão juntos continuem juntos, embora ter uma audiência maior não signifique ter necessariamente um apoio maior.

Ingmar Bergman (1973) em seu filme “Cenas de um casamento”, representou brilhantemente a separação, como no seguinte flash, onde o casal de protagonistas está prestes a separar-se, e a esposa, Marianne, implora ao marido, Johann, para adiar sua decisão de saída:

Marianne: Vamos enfrentar a catástrofe sem separar-nos, juntos... ! Dê-me uma oportunidade, Johann, assim você me põe... você me põe diante de um fato consumado, que me coloca numa... numa situação insuportavelmente ridícula... !

Johann: Em palavras pobres você quer dizer: o que dirão os parentes, o que dirá sua irmã, o que pensarão nossos amigos... Jesus, imagine os comentários ! ... Como as crianças entenderão, o que dirão as mães de suas colegas de escola, como faremos com os convites para jantar já aceitos em setembro e outubro, o que dizer a Peter e a Catarina... Pro inferno tudo isso !

A separação implica, além da decisão de cumprir uma série de atos elementares que a determinam materialmente, uma reestruturação profunda das relações fundamentais; sobretudo, mais que com a pessoa em questão, com a própria família de origem e com os mais próximos – os amigos mais íntimos. Depois, com a sociedade mais ampla que nos permitiu a construção de uma identidade social, baseada no tipo de relação na qual estamos envolvidos. Conseqüentemente, ao desfazer-se ou ao reestruturar-se esta ligação, muda substancialmente nossa identidade social.

4.6) Relacionamentos amorosos seguintes

*“Não se afobe não, que nada é pra já
O amor não tem pressa
ele pode esperar em silêncio
num fundo de armário,
na posta-restante,
milênios, milênios no ar”.*

(Chico Buarque, “Futuros Amantes”, 1993)

Essa categoria se refere à maneira como os sujeitos estabeleceram relações amorosas com outros sujeitos, após suas separações conjugais. Os depoimentos dos entrevistados são declarações de amor e humor, dois sentimentos irresistíveis, principalmente quando reunidos num mesmo sujeito. Embora talvez essa categoria não esteja dentro do processo de separação em si e embora também ela não tenha sido prevista na fundamentação teórica, o tom e a riqueza desses depoimentos levaram-me a ela, que expressa muita curiosidade em relação às trocas amorosas que os sujeitos vivenciaram após suas separações, como também ao próprio grau de fechamento deles em si mesmo. Além disso, essa foi a única categoria da minha pesquisa onde pude agrupar homens de um lado e mulheres de outro, isto é, onde a dimensão de gênero foi bastante relevante para entender como foram estabelecidas as próximas relações amorosas depois do processo de separação.

Para alguns, pensar em si mesmo não é uma coisa nova. Antes de formarem um casal, tiveram um estilo de vida no qual o bem-estar individual era prioritário. Ao se separarem, retornaram ao antigo estilo de vida, ao

mundo dos solteiros, reintegrando-se ao padrão social daqueles que vivem sem parceiros.

“Comecei a fazer programas de solteiro, procurar programas com os descasados, é outro tipo de programa. Eu queria sair, me divertir, esquecer todo problema que é uma separação, que por mais amigável que seja, é uma separação”.
(J., 37, engenheiro)

“Você tem que refazer suas amizades de solteiro, o tipo de saída é outra. Você começa a sair no meio da semana, namora uma pessoa, sai, sai, mas no fundo você quer arrumar uma pessoa que tenha um ritmo de vida mais parecido com o seu”. (E., 39, corretor de valores)

“A academia te proporciona uma vida de solteiro bem interessante. Tive algumas namoradas até ficar com essa minha atual”. (A., 35, personal trainer)

“Namorei alguns descasados. A gente começava a namorar e as ex-mulheres quando sentiam que eles estavam namorando, queriam voltar o relacionamento. A desculpa era sempre a mesma: o filho. Tive uns dois assim...” (T., 36, psicóloga)

Porém, a grande maioria dos entrevistados relatou o quanto ficaram perdidos, confusos, assustados e até mesmo fragilizados, quando começaram a sair ou a se interessar por outra pessoa.

“É muito assustador. Você fica quinze anos casada, aí volta a sair com outro homem, é estranho...” (T., 41, psicóloga)

“Com a idade, fica difícil trazer pessoas para a sua vida. Parece que elas não se encaixam”. (I., 49, professora)

“Logo depois que eu me separei, tive uma relação muito tumultuada, não conseguia administrar a relação”. (V., 39, professora)

“Comecei a sair com um ator famoso de televisão e sempre pensava se eu podia ter um casamento feliz com alguém tão assediado. Depois pensei: ‘será que eu não posso sair com um homem sem pensar em casamento ?’...” (A., 48, administradora)

“Saí com uma mulher assim que me separei, mas sair é diferente de namorar. Por exemplo, sábado a noite, eu pensava: tenho que convidá-la para sair ou já está implícito que vamos sair ?” (D., 44, médico)

“Fiquei muito perdido. Conheci uma mulher que era casada. Aí começou um relacionamento a três, eu, ela e o marido dela... Saíamos todo dia juntos, só não havia sexo, mas era tudo a três. Depois eu vi que isso era muita doideira e caí fora”. (A., 36, economista)

“Ela não era exatamente o meu tipo, mas eu não podia me esquecer aonde o meu tipo me levou”. (N., 49, engenheiro)

No meio de toda essa confusão, é possível ver um modo de pensar dos homens diferente do das mulheres. Vejamos o que dizem os próximos entrevistados homens:

“Eu não entendo as mulheres, por isso faço terapia. Não sei o que elas pensam, não capto os sinais. Nós somos tão óbvios”. (A., 42, comerciante)

“Elas não ficam felizes se você não dormir lá. Pra mim, dormir é diferente de sexo. Não sei porque os dois estão tão ligados na cabeça delas. Dormir devia ser opcional”. (E., 39, corretor de valores)

“O bom começo é aquele que você sai, transa e no dia seguinte não precisa necessariamente ligar, deixa rolar”. (N., 49, engenheiro)

“A primeira saída parece uma entrevista de emprego, interminável... elas perguntam tudo. E o pior dessa saída é a análise que ela faz quando chega em casa”. (R., 38, engenheiro)

“As mulheres são incompreensíveis”. (A., 36, economista)

“O problema de começar a sair com uma mulher é que cada um acha que o sexo deve rolar numa determinada hora. Eu gosto de transar logo, não tenho muito tempo a perder, não tô saindo mais com nenhuma virgem... Devia haver um código como um procedimento padrão para os encontros amorosos, coloca isso aí na sua tese, de repente você cria um...” (J., 37, engenheiro)

Os homens foram quase unânimes ao falar dessas mulheres com as quais eles saíram como mulheres que queriam compromisso, muitos inclusive conformando essas mulheres num estereótipo feminino de fragilidade, interioridade e subjetividade. Esses depoimentos masculinos, além de serem bastante reveladores, ilustram o descompasso das expectativas entre os homens e as mulheres. Vejamos agora o que as mulheres dizem:

“Os homens preferem ter um relacionamento rápido, superficial, transar, acabou. Eles querem uma emoção imediata e eu não estou buscando isso”. (L., 43, roteirista)

“Existe algum homem no mundo que não pense só em sexo ?” (T., 36, psicóloga)

“Na primeira noite que saí com o cara, mal o conhecia, ele me convidou depois para tomar café na casa dele. Já viu né ?... Café às três horas da manhã não é café ! Café é sexo ! Café só é café se for pela manhã, não de madrugada”. (M., 38, psicóloga)

“Eu acabei entendendo que os homens querem mesmo é sexo. A ironia é que quando me interessei por um cara, nós saímos, fomos jantar e eu queria transar com ele depois, aí ele disse que tinha que acordar cedo no dia seguinte, ou seja, vi que ele não se interessou... Homens sempre trocam sono por sexo”. (V., 39, professora)

“Eu tinha um amigo do trabalho e nós começamos a sair como amigos mesmo durante uns três meses eu acho, até que

fomos para a cama e tudo mudou... Porque será que o sexo arruina as amizades ?” (R., 39, bióloga)

“Os homens têm medo de compromisso, de intimidade. Eu não sei porque o homem vê o compromisso com tanto problema...” (I., 49, professora)

“Os bons homens sabem que são bons. Sabem que a procura é tanta que não querem se confinar a uma mulher só. Os medíocres me dizem: ‘não sou tão bom para você’ e eu acabo concordando”. (D., 40, executiva)

“Eu já estava a um passo dos anúncios de classificados”. (I., 49, professora)

“Os homens tem todo um código próprio, demorei algum tempo para entender. ‘Não é você’ significa ‘é você’. ‘Você é muito legal’ quer dizer ‘vou sair com outras mulheres e reclamar delas com você’. ‘Acho que devíamos sair com outras pessoas’ quer dizer ‘eu já estou saindo há algum tempo’...” (T., 41, psicóloga)

“Como se não bastasse o sexo ser prioritário para os homens, eles não se esforçam em nada para que você tenha um orgasmo, mas querem muito saber se você teve o orgasmo, ou melhor, querem muito que você diga que teve o melhor orgasmo”. (L., 43, roteirista)

“O sexo com esses caras era tão chato que chegava uma hora em que eu simulava o orgasmo para ir mais rápido. A respiração ofegante, os gemidos, tudo falso...”. (T., 36, psicóloga)

“Se o sexo já está suficiente e eu quero dormir, eu finjo. É uma habilidade e tanto.” (M., 38, psicóloga)

“Tem vez que sexo ruim é bom. Por exemplo, sexo ruim com seu ex-marido é bom, porque aí você nem pensa em voltar. Sexo ruim com quem não serve para você é ótimo, porque aí você não cria expectativas...” (R., 39, bióloga)

As mulheres, de um modo geral, algumas inclusive num tom de fragilidade, foram unânimes ao afirmar que os homens só estavam interessados em sexo e não em compromisso quando saíam com elas. De certo modo, seus depoimentos colocam esses homens, com os quais elas saíram, num modelo estereótipo de masculinidade, de “comedor”, associado à virilidade, dominação e autoridade.

Segundo Berger e Kellner (1964), o casamento é para os cônjuges a principal área de auto-realização social e a base dos relacionamentos na esfera privada. O número considerável de separações conjugais na sociedade contemporânea poderia, à primeira vista, parecer então um contra-argumento ao trabalho desenvolvido pelos autores acima, porém esses mesmos autores argumentam que os indivíduos se divorciam não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às expectativas. E assim, quase sempre, os divorciados procuram o recasamento.

Entre o sentimento de fracasso relacionado ao casamento anterior e a esperança de que desta vez possa ser diferente, o casal que recasa dá início ao processo de construção de uma nova identidade conjugal. Porém, se um ou ambos os cônjuges têm filhos, a construção da conjugalidade vai se dar em um

contexto bastante diferente daquele que um casal encontra quando casa pela primeira vez, como foi discutido no capítulo dois deste trabalho.

Féres-Carneiro (1987) fez um estudo comparativo entre casais de primeiro casamento e casais recasados. A autora comparou a representação de duas das mais relevantes dimensões da vida conjugal, aliança e sexualidade, nos dois grupos. Entre outras conclusões, no que diz respeito à escolha conjugal, a aliança assume um papel mais significativo do que a sexualidade no grupo de primeiro casamento, enquanto a sexualidade é mais relevante para os descasados.

Um segundo casamento, reconhecido pela lei, só tornou-se possível no Brasil a partir de 1977, quando o divórcio foi instituído. Até então, o recasamento era um “ajuntamento”, que até a década de 60 e início dos anos 70, não era socialmente bem aceito no Brasil, principalmente nas camadas das classes média e alta. Para minimizar o preconceito de não terem sua união oficialmente reconhecida, os separados – chamados, então, de desquitados – casavam no exterior, freqüentemente no Uruguai, apesar de tal casamento não ser aceito no Brasil (Woods, 1987).

Quando foi instituído no Brasil, o divórcio não apareceu como um instrumento que permitia a dissolução imediata do vínculo matrimonial civil. Para conseguí-lo, o casal deveria ter três anos de separação judicial, ou cinco anos de separação de fato, com a comprovação de testemunhas. E até hoje, embora o tempo entre a separação judicial e a concessão do divórcio tenha diminuído por dois anos, depois de conferido o divórcio, o indivíduo só pode recasar legalmente uma vez.

Toda questão da insolubilidade do vínculo matrimonial no Brasil, e, conseqüentemente, da impossibilidade de constituir um segundo casamento de forma reconhecida, teve origem na influência da igreja católica em nossa

sociedade, e foi fortemente revalidado pelo estado. Aqui o divórcio não surgiu como um mero dispositivo legal que permite a dissolução de um contrato civil – o casamento – entre adultos, protegendo seus direitos e o de seus filhos, podendo ser utilizado quantas vezes forem necessárias. Regula, também, o número de vezes que uma nova união civil pode acontecer.

A sociedade brasileira, enquanto esperava a aprovação da lei do divórcio, foi modificando-se, e a união consensual entre os membros dos casais foi tornando-se cada vez mais comum e aceita. Atualmente, mesmo tendo a possibilidade de recasar legalmente, muitos casais simplesmente vivem juntos. Woods (1987) constata:

“Para o divorciado de hoje, morar junto apenas, dá uma impressão de liberdade, simplicidade, e não comprometimento, que não existia no primeiro casamento. Esse sentimento de estar livre para partir quando quiser, parece até de certa forma contribuir para um melhor relacionamento entre os membros do casal recasado”. (p. 18)

Minha experiência clínica com casais e famílias da classe média do Rio de Janeiro mostra que se para alguns existem os sentimentos mencionados por Woods, para outros isto faz com que o recasamento pareça uma união de segunda categoria, menos qualificada, socialmente e, principalmente, pelo parceiro. Pude observar também que ao contrário do que acontece no primeiro casamento, quando há um envolvimento por parte das famílias de origem na preparação dos detalhes que antecedem a união do casal, o recasamento, na grande maioria das vezes, vai “acontecendo”. Geralmente, pelo menos um dos cônjuges já tem a própria casa e a construção objetiva de um domicílio conjugal não é mais necessária. O novo casal, muitas vezes, junta em uma das

casas seus objetos pessoais, raramente promovendo rituais, celebrações ou mesmo uma data marcando o início do novo casamento.

Tudo isso foi constatado na minha pesquisa. Todos os entrevistados da pesquisa, com apenas uma exceção (N., 49, engenheiro), pensam em recasar, em voltar a constituir um casal, cada qual com suas condições.

“Não casar por casar ou casar para estar acompanhado. Casar por afinidade. Não pretendo fazer concessões como fiz antes”. (A., 36, economista)

“Vai ter que ser tudo em outros termos. Gostaria de ter um casamento com casas separadas. Dividir a minha liberdade hoje é uma agressão”. (A., 48, administradora)

A grande preocupação existente é o fato de o novo parceiro querer ter filhos e de eles não estarem mais dispostos a tê-los.

“Adoro o cotidiano da vida de casal, pensar no que fazer para o jantar, aonde iremos no final de semana... Só não quero ter mais filhos”. (T., 36, psicóloga)

“Acho que viver sozinho é muito pobre, eu acredito na cumplicidade... mas eu não penso mais em ter filhos, já tenho 40, dois filhos e uma vida toda estruturada. Já é difícil para mim namorar...”. (D., 40, executiva)

“Ela (atual namorada) quer filhos, mas eu não quero mais... Passar tudo de novo, choro de criança... Filho é mais para quando você está novo”. (J., 45, publicitário)

“Minha namorada é solteira, não tem filhos, hoje inclusive é uma luta contornar essa situação, não sei se é egoísmo da minha parte... Enquanto eu puder postergar essa idéia, eu vou...”
(A., 42, comerciário)

“Se eu fosse sozinho, seria mais fácil. Com filho é bem diferente. Você vai casar com uma mulher que não tem filho. Ela vai querer ter um. Será que eu tô a fim de passar por tudo isso de novo ? A mulher faz tudo para ter um filho com o companheiro”.
(J., 37, engenheiro)

“Não descarto a hipótese. Começar um relacionamento com alguém que dê força aos teus filhos só faz fortalecer o relacionamento... mas eu não penso em ter mais filhos”. (E., 39, corretor de valores)

Apenas uma entrevistada falou do seu desejo de recasar, sem qualquer tipo de objeção, inclusive o de voltar a ter filhos.

“Eu penso em recasar. Sou do tipo que gosta de fazer comida, de dar café na cama, acho ótimo isso, conviver junto. Se ele tivesse filhos, talvez fosse melhor, eu não pensaria em maternidade novamente. Mas eu teria um filho, se ele quisesse. Jamais faria o que fizeram comigo”.(M., 38, psicóloga)

Curiosamente, o casamento de M. acabou justamente pelo fato dela ter engravidado, já que havia um acordo entre os membros do casal de que eles não teriam filhos.

CONCLUSÃO

Os resultados aqui descritos provieram da análise da vivência de 20 sujeitos que passaram pelo processo de separação conjugal. Não pretendo aqui formular uma caracterização absoluta ou uma tentativa de aproximar o curso da vida de quem se separa. Porém, identifico algumas características desse processo, jamais concluindo que todas elas apareceram ou aparecerão em todos os casos.

A sociologia, a meu ver, só é possível porque o comportamento humano segue padrões. Um de seus principais objetivos é o de revelar os padrões e as regularidades a partir de muitas pesquisas e observações, de modo que talvez os sujeitos possam reconhecer as suas próprias vivências isoladas a partir do contexto da vivência dos outros.

O convite para a entrevista fez com que alguns sujeitos se abstivessem de participar da minha pesquisa, enquanto outros sentiram-se à vontade ao confidenciar particularidades íntimas a alguém alheio ao seu cotidiano. Quaisquer que tenham sido as razões, os que concordaram em ser entrevistados não se sentiram constrangidos em revelar suas histórias. A diferença entre os que voluntariamente aceitaram o convite e aqueles que não o fizeram suscita um questionamento, o que deve ser, ao menos, registrado aqui, como foi dito por um possível entrevistado na frase seguinte:

“Era só o que faltava na minha vida agora, ter que falar desse assunto”. (P., 38, advogado)

Através das categorias temáticas utilizadas na pesquisa, pude observar como os sujeitos vivenciaram e elaboraram o processo de separação conjugal. Ao pensar na pesquisa, parti da premissa de que homens e mulheres teriam características e atitudes distintas desde o início do processo de separação até sua conclusão. Porém, após a realização e análise das entrevistas, constatei a ausência da tão esperada diferença entre os sexos. Em relação às três categorias que dão partida ao processo de separação conjugal, “segredos”, “mentiras” e “indícios e manifestações de descontentamento”, não posso afirmar que os homens guardam mais ou menos segredos do que as mulheres, nem que elas mentem mais ou menos do que eles, ou nem que um dos gêneros manifesta mais ou menos descontentamento sobre o relacionamento.

Por mais que haja diferenças de caso para caso, a verdade é que não existe separação sem perdas, danos e muita tristeza. Em geral, o que ocorre é que um dos cônjuges, independente do gênero, quer a separação e o outro não. Não existe a imagem do casal sentado calmamente à mesa da cozinha, mantendo uma conversa adulta do tipo: “Cometemos um erro e devemos nos separar”. Isso jamais acontece. Os cônjuges não encerram seus conflitos na Justiça. Sentimentos de amor, ódio, traição não deixam de existir com a assinatura dos papéis referentes à separação. Assim constatei, através das categorias analisadas, que os sujeitos que pensaram em separação, não elaboraram um plano e o perseguiram até o final. Eles se sentiram infelizes em seus casamentos, nem sempre sabendo o porquê. A maneira como um cônjuge termina o seu casamento é raramente o resultado de um plano bem articulado, planejado desde a primeira suspeita de infelicidade. O que observei foi a grande dificuldade dos parceiros em contar que não querem mais estar casados. Não há nenhuma forma gentil e indolor, nenhuma forma de fazê-lo sem magoar o outro. No casamento, há envolvimento público e pessoal, uma

casa, filhos, muitas memórias e histórias compartilhadas. Por isso, os relacionamentos não terminam assim tão rapidamente. Os cônjuges começam a dar indícios de descontentamento num primeiro momento, depois manifestam esse descontentamento e convencem os parceiros que o relacionamento não tem mais salvação, prolongando sua própria dor e a do parceiro. Até o momento em que, nem os filhos nem a falta de dinheiro, são desculpas ou pretextos para adiar indefinidamente uma decisão.

A primeira categoria de análise, “segredos”, foi percebida quando o cônjuge insatisfeito, independente do gênero, reconhece privadamente que o seu casamento é a origem de seu mal-estar. Essa insatisfação permanece internamente para ser avaliada e considerada – um segredo em geral difícil de aceitar, compreender e, mais ainda, partilhar. A partir da definição de segredo fornecida por Bok (1982): *“alguma coisa estudiosamente escondida; um ocultamento intencional”* (p. 9), constatei o quanto a separação inicia-se como um processo silencioso e unilateral. Os cônjuges insatisfeitos criaram um “nicho privado” (Goffman, 1959), onde eles protegeram seus pensamentos, ponderando ações presentes e futuras, e criando um mundo separado que os parceiros nem desconfiavam que existisse. A ruptura no casal, iniciada pelo cônjuge insatisfeito, é criada pela informação, já que um a possui e o outro não. As entrevistas comprovaram o pensamento de Bok, de como *“os segredos permitem que planos sejam elaborados, alterados, executados e abandonados sem qualquer inspeção externa, intrusão ou correção”* (p. 19). Enquanto o segredo protegeu a capacidade desses cônjuges de explorar a situação, os parceiros foram impedidos de ter uma compreensão adequada do que estava acontecendo. A verdadeira questão – a de que o cônjuge não gostava da vida que tem com o parceiro – continuava oculta, fazendo com que o segredo permanecesse um segredo. Alguns entrevistados ao pensarem numa vida

separada de seu parceiro, criaram um mundo à parte que foi reforçado quando a informação não compartilhada com o parceiro foi revelada em outro lugar, criando e reforçando laços, enquanto enfraquecia o vínculo do casal. A atitude desses cônjuges cindiu o casal. Constatei o quanto um segredo leva a outro, o quanto eles multiplicam-se e, assim, o quanto o parceiro é, cada vez mais, excluído do mundo de seu cônjuge.

A segunda categoria de análise, “mentiras”, foi percebida quando um dos cônjuges, independente do gênero, encarregava-se de enganar seu parceiro intencionalmente, comunicando uma mensagem cuja intenção era desorientá-lo ou fazer crer em algo que ele mesmo não acreditava. A partir da definição de mentira fornecida por Bok (1978): “*uma mensagem enganosa intencional na forma de um relato*” (p. 13), constatei o quanto os parceiros enganados perceberam que, além de manipulados, ficaram incapazes de fazer escolhas para eles mesmos ou agir como gostariam se soubessem de tudo o tempo todo. A mentira não só impediu ao parceiro enganado de escolher como agir e responder a “realidade”, como o colocou num limbo em que só foi possível responder ao que “parecia” existir no relacionamento. Constatei também o poder que a mentira dá aos que foram enganados – nenhum dos entrevistados que sentiram-se enganados abdicou desse poder. Vale ressaltar ainda que, segundo os entrevistados, nenhum de seus parceiros que sentiram-se enganados também abdicou desse poder. Os mentirosos, por sua vez, com suas interpretações benevolentes, reivindicaram sempre razões especiais para mentir, como poupar sentimentos alheios ou num maior paradoxo: mentir para proteger a verdade. Vale ressaltar ainda o fato de que poucas mentiras são solitárias. Assim como os segredos, uma mentira leva a outra. Como afirma Bok: “*É fácil contar uma mentira, mas é difícil contar apenas uma*” (p.76). A primeira mentira deve ser diretamente conectada com a outra, e assim, mais e

mais mentiras parecem ser necessárias, ficando o mentiroso sempre com consertos a fazer. Muitos entrevistados confessaram que manter as inverdades em bom reparo requer uma excelente memória.

Na terceira categoria de análise, “indícios e manifestações de descontentamento”, procurei compreender em que medida esses indícios e manifestações de descontentamento eram tentativas de rever e salvar o casamento ou apenas uma confirmação sobre o seu fim. Ao expressarem descontentamento, os cônjuges, também independente do gênero, davam à sua infelicidade uma constituição tangível, tornando-a objetiva e reconhecida. Através das entrevistas realizadas, percebi que o descontentamento inicia-se geralmente através de indícios sutis e indiretos. Os cônjuges insatisfeitos redefiniram seus parceiros em termos negativos, reconstruindo a história do relacionamento e *“reordenando as reminiscências em uma cronologia de acontecimentos igualmente negativa”* (Davis, 1973, p. 45). À medida em que se intensifica o descontentamento do cônjuges, os indícios tornam-se mais visíveis e os cônjuges passam a exibir suas insatisfações para si mesmos e para os “outros significativos” (Berger e Kellner, 1964). Esse descontentamento foi expresso através de irritabilidade, rispidez, destempero, ausência ou silêncio. Através desses mecanismos, a mensagem é transmitida para pessoas escolhidas (ou “audiências escolhidas”, na terminologia de Goffman). Na ausência do parceiro – e muitas vezes, na sua presença – o cônjuge demonstra publicamente sua infelicidade, refletindo desinteresse ou falta de respeito. Ao revelar a mensagem para as “audiências escolhidas”, os cônjuges sinalizam uma fissura no compromisso, que é uma forma de separar-se do parceiro sem separar-se fisicamente. Assim, o cônjuge cria uma separação pública que ocorre diante das pessoas escolhidas antes que a separação física se torne parte da história pública do relacionamento. Todas

essas manifestações são um reflexo da tensão que os cônjuges estão passando, à medida em que eles estão pesando as conseqüências de ficarem ou partirem. De um modo geral, os entrevistados reconheceram a dificuldade de um confronto direto, muitas vezes pela própria incerteza sobre a direção de suas vidas. Nas entrevistas pude constatar que os cônjuges dissociam-se publicamente dos parceiros não apenas através do conteúdo dos segredos revelados, mas pelo próprio fato de revelá-los.

A categoria “momento de decisão” refere-se ao determinado momento ou episódio que se torna decisivo no relacionamento. Nesse momento, nem os filhos nem os custos econômicos, sociais e emocionais foram desculpas ou pretextos para adiar a decisão. Os cônjuges confrontaram seus parceiros não apenas com sentimentos negativos, mas com o desejo de se separar. Essas duas mensagens juntas são tão fortes que o parceiro é obrigado a alterar o referencial que vinha mantendo. Um resultado importante da pesquisa é que os cônjuges confrontaram seus parceiros ou foram confrontados por eles apenas quando estiveram certos e determinados sobre o que queriam. Constatei também que, muitas vezes, essa certeza ocorreu depois que algum dos cônjuges teve uma vivência intensa em outro lugar, como por exemplo, um outro relacionamento. Os cônjuges não questionam mais se devem ou não se separar, mas sim começam a pensar em como sair. Os que confrontaram seus parceiros com seu desejo de terminar o casamento são os que acreditaram que poderiam enfrentar os custos da transição. Nem todos os que tiveram certeza de que queriam a separação agiram imediatamente, já que o planejamento é algo que deve ser feito com muito cuidado. Goffman (1959) chamou esses planos de “estratégias secretas”, ou seja, intenções e capacidades que foram ocultadas para impedir os outros de se adaptarem efetivamente em relação ao objetivo pretendido. Além do confronto direto, observei nas entrevistas um

método indireto usado pelos cônjuges para forçarem seus parceiros a redefinirem o relacionamento em crise: a violação das regras do relacionamento, principalmente no que diz respeito à fidelidade conjugal. A transgressão é uma quebra de confiança tão grande que o autoconceito do parceiro fica ameaçado e sua dignidade pessoal é desafiada em uma extensão que o parceiro não pode continuar no casamento sem sentir-se humilhado. Os resultados dessa categoria confirmaram ainda a constatação já feita por Féres-Carneiro (1999) de que, entre os fatores apontados como possíveis causas da separação conjugal, a infidelidade é a mais ressaltada pela maioria dos sujeitos entrevistados.

A categoria “pais e amigos próximos” foi a mais sintética, provocando um repertório menor de respostas. A rede de amigos foi um domínio que sofreu rearranjos significativos. A separação dos grupos de amizade é o contrário do que ocorre quando duas pessoas decidem viver juntas (Berger e Kellner, 1964). Em relação aos amigos próximos, inicia-se uma distribuição. Os novos arranjos vão confirmar não mais a “*identidade conjugal*” (Féres-Carneiro, 1998) mas as identidades separadas de cada um dos cônjuges. Na pesquisa, os entrevistados dividiram-se afirmando que ou os amigos foram incapazes de apoiar ambos os cônjuges de forma igualitária, optando ou alinhando-se com um deles; ou então, incapazes de escolher entre os dois cônjuges, eles retiraram-se, isolando os recém-separados. Em relação aos pais, a grande maioria dos entrevistados afirmou que os mesmos os apoiaram integralmente nas decisões, prontificando-se inclusive a ajudá-los no cuidado com os filhos, além do apoio financeiro, social e emocional.

A categoria “relacionamentos amorosos seguintes”, inicialmente não prevista na pesquisa, foi, ao mesmo tempo, percebida como esperançosa e assustadora. A grande maioria dos entrevistados relatou o quanto ficaram

entusiasmados e perdidos, quando começaram a sair ou a interessar-se por outra pessoa. Houve ainda um grande descompasso nas expectativas de homens e mulheres em relação às primeiras saídas após a separação. Enquanto as mulheres foram unânimes ao reclamar que os homens só queriam saber de sexo, estes foram quase unânimes ao dizer que para elas o compromisso da relação estaria em primeiro lugar. Alguns entrevistados, independente do gênero, demonstraram ainda dificuldades de conciliar esses novos namoros com os filhos, o que os deixam ainda mais confusos. Quanto a possibilidade de um recasamento, os sujeitos mais velhos – principalmente as mulheres - foram categóricos ao afirmar que não pensam em recasar, embora demonstrassem desejo de namorar. Já os sujeitos mais novos, talvez em função do sentimento de ainda terem a vida pela frente, demonstraram maior interesse em recasar, embora não queiram mais ter filhos. Os resultados dessa categoria confirmaram ainda a constatação já feita por Woods (1987) de que, após a separação, os homens caminham mais para o recasamento do que as mulheres. Acredito que isto se deve em parte ao fato de que, na maior parte dos casos de separação, são eles que deixam o ambiente familiar tendo assim uma necessidade maior de reconstruir um lar – na minha pesquisa, nove dos dez homens deixaram o ambiente familiar; e em parte ao fato de que eles, talvez, estejam menos preparados do que elas para viverem sós. Foi possível confirmar ainda a constatação feita por Féres-Carneiro (1994) de que, na comparação entre os dois gêneros, as mulheres demonstram maiores possibilidades de realizarem mudanças, assim como de romper o casamento.

Em suma, o processo de separação conjugal foi percebido de forma geral, nessa pesquisa, como desordenado. Ainda assim, apesar de toda a confusão, tristeza e dor dos entrevistados, houve uma ordem subjacente que apareceu em quase todas as 20 entrevistas com as quais trabalhei durante a

elaboração desse estudo. No meio de toda a desordem que foi o processo de separação para essas 20 pessoas, houve uma seqüência de comportamento. Cada um dos parceiros tentou redefinir a si mesmo, ao cônjuge e ao casamento. Cada um elaborou seu próprio processo de luto, encontrando pessoas que o ajudaram nessa transição: família, amigos próximos, psicoterapeutas, namorados. Cada um vivenciou a distribuição dos bens e dos grupos de amizade. E quanto mais as novas definições tornaram-se públicas, mais confirmado ficou o processo de separação.

Acredito que os entrevistados selecionaram aquilo que revelaram, ou por questões de privacidade ou tendência natural de evitar algum mal-estar. Sem dúvida, o tema da minha pesquisa é bastante delicado para ser abordado por um observador externo, desinformado sobre a história pessoal de cada entrevistado.

Não tenho qualquer pretensão de ter esgotado a discussão sobre o processo de separação conjugal. Acredito que as relações são dinâmicas e sujeitas a mudanças, e que essa é sua condição principal. São tão complexas que talvez seja impossível, mesmo para os dois cônjuges romper todos os laços de uma vivência a dois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDAILLON, D. (1989) “O cotidiano de mulheres profissionais: o engodo do individualismo”, São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP, Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA PRADO, M. C. (1996) “Uma introdução aos quiproquós conjugais”, em Féres-Carneiro, T. (org) *Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal*, Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

ANTON, I. L. C. (1998) “A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico”, Porto Alegre, ArtMed.

ANZIEU, D. (1974) “L’illusion grupal”, in: *Nouv. Rev. de Psychanalyse*, n 4, Paris, Ed. Gallimard.

ARIES, P. (1973) “História social da família e da criança”, Rio de Janeiro, Zahar.

ARIES, P. (1982) “O amor no casamento”. Em: Ariès, P. e Béjin, A. (orgs) “Sexualidades ocidentais”, São Paulo, Brasiliense, 1985.

ARIES, P. (1982) "O casamento indissolúvel". Em: Ariès, P. e Béjin, A. (orgs) "Sexualidades ocidentais", São Paulo, Brasiliense, 1985.

AUGRAS, M. (1974) "Opinião pública – teoria e pesquisa", Petrópolis, Vozes.

BAWIN-LEGROS, B. (1987) "Familles, mariage, divorce: une sociologie des comportements familiaux contemporains", Psychologie et Sciences Humaines, Communauté Française de Belgique, Université de Liège.

BERGER, P. (1963) "Invitation to Sociology", New York, Anchor Books.

BERGER, P. & KELLNER, H. (1964) "Marriage and the construction of reality", Diogenes, 46, 1-25.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1966) "A construção social da realidade", Petrópolis, RJ, Vozes, 1974.

BOHANNON, P. (1970) "Divorce before and after: an analysis of the emotional and social problems of divorce". New York, Double Day.

BOK, S. (1978) "Lying: moral choice in public and private life". New York, Pantheon Books.

BOK, S. (1982) "Secrets: on the ethics of concealment and revelation". New York, Pantheon Books.

BRANNEN, J. & COLLARD, J. (1982) “Marriages in trouble: the process of seeking help”, Londres, Tavistock.

CAILLÉ, P. (1991) “Un et un font trois – Le couple révéllé à lui-même”, Paris: ESF.

CARUSO, I. (1981) “A separação dos amantes: uma fenomenologia da morte”, São Paulo, Cortez Editora, 5 ed, 1989.

COSTA, J. F. (1998) “Sem fraude nem favor – estudos sobre o amor romântico”, RJ, Rocco.

CUSCHNIR, L. (2001) “Homens e suas máscaras: a revolução silenciosa”, SP, Editora Campus.

DAUSTER, T. (1987) “Nome de família: maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear”. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

DAVIS, M. (1973) “Intimate relations”, New York, Free Press.

DIAS, M. V. (2000) “A construção do casal: um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas”. Tese de Doutorado, PUC-Rio.

DINIZ, G. (1999) “Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira”. Em: Féres-Carneiro, T. (org.) “Casal e família: entre a tradição e a transformação”, Rio de Janeiro, NAU.

D'INCAO, M.A. (1992) "O amor e a separação", em: Porchat, I. (org.) "Amor, casamento, separação", SP, Brasiliense.

DUBY, G. (1983) "Idade Média, Idade dos homens", São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

DUCK, S. (1982) "Personal relationship 4: dissolving personal relationship". Londres, Academic Press.

DUMONT, L. (1985) "O Individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna", RJ, Rocco.

EPSTEIN, J. (1974) "Divorce in America: marriage in an age of possibility", New York, E.P.Dutton.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1983) "Família: Diagnóstico e Terapia", Ed. Zahar, RJ.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1987) "Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento", Psicologia: Teoria e Pesquisa 3, p. 250-261.

FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) (1996) "Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal", Coletâneas da ANPEPP, RJ, vol 1, n 1.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1999) "Conjugalidade: um estudo sobre as diferenças da relação amorosa heterossexual e homossexual". Em: "Casal e família: entre a tradição e a transformação", Rio de Janeiro, NAU.

FERRO BUCHER, J. S. N. "Vínculo conjugal: da união à separação e o controle mútuo do destino", em: Féres-Carneiro, T. (org.) "Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal", Coletâneas da ANPEPP, vol 1, n 1.

FIGUEIRA, S. (1987) "O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre dimensão invisível de mudança social" in: Figueira, S. (org) Uma nova família ? – O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FLANDRIN, J. (1982) "A vida sexual dos casados na sociedade antiga". Em: Ariès, P. e Béjin, A. (orgs) Sexualidades Ocidentais, SP, Brasiliense, 1985.

GETTLEMAN, S. & MARKOWITZ, J. (1974) "The courage of divorce", New York, Simon & Schuster.

GEVAERD, L. F. (1996) "Quando o amor acaba na justiça – divórcio, pensão alimentícia, visitação e guarda de filhos", Rio de Janeiro, Ed. Multiletra Ltda.

GIDDENS, A. (1993) "A transformação da intimidade", São Paulo, Unesp.

GIUSTI, E. (1984) "A arte de separar-se", Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

GOFFMAN, E. (1952) "On cooling the mark out: some aspects of adaptation to failure", *Psychiatry*, 15, pp. 451-463.

GOFFMAN, E. (1959) "A representação do eu na vida cotidiana", Petrópolis, RJ, Vozes, 1983,

GOFFMAN, E. (1967) "Interaction ritual", Garden City, NY, Anchor.

GUBA, E. G. (1990) "The paradigm dialog", Londres, Sage Publications.

HEILBORN, M. L. (1992) "Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário". Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu nacional, UFRJ.

HEWITT, J. P. (1976) "Self and society: a symbolic interactionist social psychology. Boston, Allyn and Bacon.

JABLONSKI, B. (1991) "Até que a vida nos separe". Rio de Janeiro, Agir.

JABLONSKI, B. (1999) "Identidade masculina e exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos". Em: Féres-Carneiro, T. (org.) "Casal e família: entre a tradição e a transformação", Rio de Janeiro, NAU.

KASLOW, F. & SCHWARTZ, L. (1987) "The dynamics of divorce". New York, Brunner Mazil Inc.

KAUFFMANN, J. C. (1988) "Que serais-je sans toi ? L'individuel et le conjugal dans le processus d'identification de soi-même. Em: Dialogue – Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la Famille, n 102, Paris.

KEPHART, R. (1967) "Some correlates of romantic love". Journal of Marriage and the Family 29; 470-474.

KRANTZLER, M. (1973) "Creative divorce: a new opportunity for personal growth", New York, Signet.

MAGALHÃES, A. S., (1993) "Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo". Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

MARTUSCELLO, C. (1992) "Família e conflito conjugal". RJ, Francisco Alves.

MATOS, M. (2000) "Reinvenções do vínculo amoroso". Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.

McCALL, G. & SIMMONS, J. (1966) "Identities and interactions". New York, Free Press.

MENACHEM, G. (1988) “ ‘Je veux’ mais ‘nous pouvons’: création conjugale et renaissance du moi” em: Dialogue: Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la Famille, n 102, Paris.

MILARDO, P. (1982) “The social context of developing relationship”. In: Duck, S. (org) “Personal relationship 4: dissolving personal relationship”, Londres, Academic Press.

MINAYO, M. C. S. (1994) “O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde”, São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco.

MUSKAT, M. E. (1992) “Descasamento: a falência de um ideal”, em : Porchat, I. (org.) “Amor, casamento, separação”, SP, Brasiliense.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1987) “Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social”, RJ, Ed. Campus.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1989) “Questões metodológicas sobre a análise de discurso”. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol 4, n 1,2.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1993) “A análise de discurso em questão”. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v 10, n 2, p. 317-331, 1994.

NOLASCO, S. (1988) “Identidade masculina: um estudo sobre o homem de classe média”. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

PINCUS, L. e DARE, C. (1978) "Psicodinâmica da família". Porto Alegre, Artes Médicas.

RAPOPORT, R. e RAPOPORT, R. N. (1980) "Three generations of Dual-Career research". Beverly Hills, CA, Sage.

RASMUSSEN, P.K. & FERRARO, K.J. (1991) "The divorce process" in J.N.Edwards & D.H.Demo, "Marriage and family in transition", Boston: Allyn and Bacon.

RUSSO, J. & SANTOS, T. C. (1981) "Psicanálise e Casamento", Em: Figueira, S. A. & Velho, G. (orgs) Família, psicologia e sociedade, RJ, Campus.

SALEM, T. (1987) "Sobre o casal grávido: incursão em universo ético". Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ..

SALEM, T. (1989) "Casal igualitário: princípios e impasses" in Revista Brasileira de Ciências Sociais n 9, vol 3, p 24-37, Rio de Janeiro.

SARAMAGO, J. (1997) "Todos os nomes", São Paulo, Cia. das Letras.

SELLTIZ et al (1975) "Métodos de pesquisa nas relações sociais", São Paulo, E.P.U./EDUSP.

SCHWARTZ, B. (1973) "Waiting, exchange and power: the distribution of time in social systems", *American Journal of Sociology*, 79, pp. 841-870.

SCHUTZ, A. (1970) "Selective attention: relevances and typification", in "On Phenomenology and social relations", Chicago, University of Chicago Press.

SCHUTZ, A. (1979) "Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos". Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SHORTER, E. (1977) "Naissance de la famille moderne", Paris, Seul.

SINGLY, F. (1981) "Le mariage informel" in *Recherches Sociologiques*, Université Catholique de Louvain, XXII, n 1, pp. 61-90.

SINGLY, F. (1988) "Un drôle de Je: le moi conjugal" em: *Dialogue: Recherches Cliniques et Sociologiques sur le couple et la famille*, n 102, Paris.

SINGLY, F. (1993) "Sociologie de la famille contemporaine", Paris, Nathan.

SOUZA, O. (1994) "Uma visita ao amor e à conjugalidade na época de Freud", em "O laço conjugal", Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

SPRING, J. A. (1999) "After case". New York, The Free Press.

SUN, Y. (1999) *Journal of Marriage and the Family* 61 (May 1999), p. 362-374.

THORNTON, A. (1989) "Changing attitudes toward family issues in the United States", *Journal of marriage and the family* 51, 1989, 880-81.

TRAVIS, S. (1997) "Conflitos conjugais: um estudo sobre as expectativas no casamento". Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

VAITSMAN, J. (1995) "Indivíduo, casamento e família em circunstâncias pós-modernas", em: *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, vol 38, n 2.

VAUGHAN, D. (1986) "Uncompling", New York, McGraw-Hill.

VEIGA-DA-SILVA, C. E. (1997) "Partindo alianças, rompendo laços e seguindo em frente", Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

VELHO, G. (1975) "A utopia urbana", Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VELHO, G. (1981) "Individualismo e cultura". RJ, Zahar Editores, 1987.

VELHO, G. (1983) "Aliança e casamento na sociedade moderna" in *Boletim do Museu Nacional* n 39, Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ.

VILHENA, J. (1988a) “A vivência da separação: uma análise clínica”. *Psicologia Clínica, Pós-Graduação e Pesquisa III*, Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, pp.3-14.

VILHENA, J. (1988b) “Desamor – um afeto pouco enunciado”, *Cadernos de Psicanálise*, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano X, n 6.

VILHENA, J. (1991) “Viver junto nos mata. Separamo-nos é mortal. A ilusão grupal e a incapacidade de ficar só”, em: Vilhena, J. “Escutando a família: uma abordagem psicanalítica”, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

VILHENA, J. (1999) “Até que o amor nos separe... Algumas reflexões acerca da família contemporânea”, Trabalho apresentado no I Encontro Internacional de Família e Psicanálise, 1998, Universidade de São Marcos, São Paulo.

WALLERSTEIN, J. & BLAKESLEE, S. (1989) “Sonhos e realidade no divórcio” (Second chances), São Paulo, Saraiva, 1991, 1 ed.

WALLERSTEIN, J. & KELLY, J. (1980) “How children and parents cope with divorce”, New York, Basic Books.

WEBER, M. (1946) “Classe, estamento e partido”. In: *Ensaio de Sociologia*, RJ, Editora Guanabara Koogan, 1982.

WEISS, R. (1975) “Marital separation”, New York, Basic Books, 1986.

WHITEHEAD, B. (1996) "The divorce culture: rethinking our commitments to marriage and family", Vintage Books, New York.

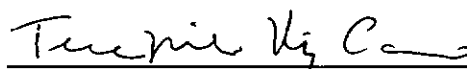
WILLI, J. (1990) "A construção diádica da realidade", em: Andolfi, M. (org) O casal em crise, São Paulo, Summus.

WILLI, J. (1997) "The significance of romantic love for marriage", in: Family Process, vol 36, n 2.

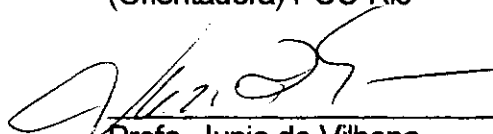
WOLFF, K. (org) "The sociology of Georg Simmel" (1903). New York, Free Press, 1964.

WOODS, E. (1987) "Um estudo sobre o recasamento no Brasil".
Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pelo aluno Carlos Eduardo Veiga da Silva, intitulada, "Sem 'nós' dois, o que resta sou 'eu': Os caminhos para a separação conjugal" e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro
(Orientadora) PUC-Rio



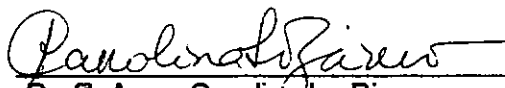
Profa. Junia de Vilhena
PUC-Rio



Ana Maria Nicolaci-da-Costa
PUC-Rio



Prof^a. Lucia Rabello de Castro
UFRJ



Prof^a Anna Carolina Lo Bianco
UFRJ

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, ...P...1...3.../2006.



Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas